

Eduardo Saugineta Sigáúque

**CAPITALISMO AFRICANO DEPENDENTE: ESTUDO
HISTÓRICO–ESTRUTURAL DA ECONOMIA MOÇAMBICANA
ENTRE O PERÍODO DE 1985–2015**

Dissertação submetida ao
Programa de Pós–Graduação em
Economia da Universidade Federal
de Santa Catarina para a obtenção
do Grau de Mestre em Economia.
Orientador: Prof. Dr. Sílvio
Antonio Ferraz Cario.

Florianópolis
2017

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Sigaúque, Eduardo Saugineta

CAPITALISMO AFRICANO DEPENDENTE : ESTUDO HISTÓRICO–
ESTRUTURAL DA ECONOMIA MOÇAMBICANA ENTRE O PERÍODO
DE 1985–2015 / Eduardo Saugineta Sigaúque ; orientador, Sílvio Antonio
Ferraz . - Rio de Janeiro : Elsevier, 2017.

228 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro
Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Economia, Florianópolis,
2017.

Inclui referências.

1. Economia. 2. teoria da dependência. 3. investimento direto externo. 4.
Moçambique. I. Rio de Janeiro, Sílvio Antonio Ferraz . II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Economia. III. Título.

Eduardo Saugineta Sigáúque

**CAPITALISMO AFRICANO DEPENDENTE: ESTUDO
HISTÓRICO-ESTRUTURAL DA ECONOMIA MOÇAMBICANA
ENTRE O PERÍODO DE 1985-2015**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 11 de Abril de 2017.

Prof. Dr. Jaylson Jair da Silveira
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Silvio Antônio Ferraz Cário, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Pablo Felipe Bittencourt, Dr.
Membro Externo

Prof. Helton Ricardo Ouriques, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. José Rubens Damas Garlipp, Dr.
Universidade Federal de Uberlândia
“Video Conferência”

Dedico aos meus avós Moisés Mabique
Sigáúque e Leia Siquela Húo, pelo
incentivo e apoio moral em toda minha
vida académica.

A minha mãe Saugineta Moisés
Sigáúque e minha esposa Stela Temar
Mabasso Sigáúque pelo amor
incondicional e encorajamento total,
sempre!

AGRADECIMENTOS

Agradeço,

A Deus pelo dom da vida e pelas graças abundantes (*Deem graças em todas as circunstâncias, pois esta é a vontade de Deus para vocês em Cristo Jesus. 1 Tessalonicenses 5:18*).

Ao meu querido filho Morgan Eduardo Sigaúque (Junior) que mesmo não tendo tido oportunidade de testemunhar o seu nascimento, és a marca viva desta minha caminhada no mestrado.

Ao grande mestre, amigo, guerreiro da luz, companheiro e camarada na caminhada acadêmica, professor Sílvio Cario pelos ensinamentos, conselhos e prontidão pessoal em ajudar em tudo, sempre.

Aos professores e todo Corpo Técnico–Administrativo do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina, especialmente aos professores Roberto Meurer, Pablo Felipe Bittencourt e Hoyêdo Nunes Lins.

A Evelise Elpo Silveira por todo encaminhamento e aconselhamento acadêmico sempre oportuno ao longo do curso.

A Vanusa Pacheco por ter sido testemunho das minhas lutas e sonhos durante o meu mestrado, a minha eterna gratidão.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do Brasil e ao Ministério da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico-Profissional de Moçambique pela bolsa de estudo.

Aos colegas/amigos Jean Samuel Rosier (Haiti) e Mamadu Alfa Djau (Guiné Bissau) pela “força e encorajamento único” nesta caminhada acadêmica.

As amigas Fernanda Peres, Natasha Fragoso e Nádia Mota.

Aos irmãos e irmãs da Paróquia Santíssima Trindade de Florianópolis pela acolhida fraterna e aconselhamento espiritual, em especial ao Frei Luiz Antônio Frigo e ao Grupo de Oração e Vida (TOV).

Aos irmãos e irmãs da Igreja São Francisco de Assis do Bairro Patrice Lumumba em Maputo, especial ao Padre Arcélio Afonso Matola pela ajuda espiritual contínua.

IDENTIDADE

Preciso ser um outro
para ser eu mesmo

Sou grão de rocha
Sou o vento que a desgasta
Sou pólen sem insecto

Sou areia sustentando
o sexo das árvores

Existo onde me desconheço
aguardando pelo meu passado
ansiando a esperança do futuro

No mundo que combato morro
no mundo por que luto nasço.

Mia Couto, in "Raiz de Orvalho e Outros
Poemas"

RESUMO

O trabalho tem por objetivo estudar o paradigma da dependência no processo de desenvolvimento econômico de Moçambique, através da análise da evolução dos indicadores socioeconômicos. Esta pesquisa compreende a análise estrutural da economia nacional no período de 1985–2015, com um enfoque estrutural nas dependências, produtiva, comercial, financeira. A abordagem teórica encontra-se embasada na teoria Latino-americana da “dependência”. Os principais resultados apontam que desde que a economia foi liberalizada entre 1984–1985, tornou-se mais dependente da dinâmica do capitalismo produtivo e financeiro mundial. Os principais setores industriais do país (têxtil, caju, borracha, etc.) que detinham na década de 1980 uma participação significativa na divisão internacional e regional (SADC) do trabalho fora encerrada ou privatizada na década de 1990. No campo produtivo, os dados mostraram que em 2015, cerca de 80% das exportações do país estavam sobre o controle das empresas multinacionais. E, apesar de Moçambique ter sido ao longo século XXI (2000-2015), o segundo maior destino preferencial do Investimento Direto Externo (IDE) na África Subsaariana, à contribuição média anual dos megaprojetos não superou 2% do Produto Interno Bruto (PIB). O Estado Moçambicano tornou-se um ao longo do período em estudo um “Estado-empresário”, reflexionando nos níveis de endividamento público interno e externo e na própria dinâmica empresarial nacional. A burguesia nacional que também controla e/ou tem seus interesses entrelaçadas no Estado, para compartilhar financeiramente nos megaprojetos de capital externo vê-se obrigada a contrair empréstimos em mercados internacionais. O nível de endividamento público impacta nos níveis de sustentabilidade da dívida, agudizando as contradições econômicas e sociais, tais como pobreza e desigualdades sociais.

Palavras-chave: Dependência, IDE, Moçambique.

ABSTRACT

The objective of this study is to study the dependency paradigma in Mozambique's economic development process, by analyzing the evolution of socioeconomic indicators. This research comprises the structural analysis of the national economy in the period 1985-2015, with a structural focus on dependencies, productive, commercial and financial. The theoretical approach is based on the Latin American theory of "dependence". The main results indicate that since the economy was liberalized between 1984 and 1985, it became more dependent on the dynamics of world productive and financial capitalism. The major industrial sectors of the country (textile, cashew, rubber, etc.) that had significant participation in the international and regional division of the 1980s had been waxed or privatized in the 1990s. In the productive field, the data showed that in 2015, about 80% of the country's exports were over the control of multinational companies. And although Mozambique has been the second destination of Foreign Direct Investment (FDI) in sub-Saharan Africa during the XXI century (2000-2015), the average annual contribution of megaprojects did not exceed 2% of Gross Domestic Product (GDP). The Mozambican State became during the period under study as a "business-state", reflecting the levels of internal and external public indebtedness and in the national business dynamics itself. The local bourgeoisie, which also controls and/or has its interests intertwined in the state to participate financially in the megaprojects of foreign capital is obliged to borrow in international markets. The level of public debt impacts on levels of debt sustainability, exacerbating economic and social contradictions such as poverty and social inequalities.

Keywords: Dependency, FDI, Mozambique.

LISTA DE FIGURAS

Figura 5.1: Empréstimos para participação do Estado Moçambicanos nos Megaprojetos - 2015	183
Gráficos 5.2: Entrada de fluxos de Investimento Externo Direto e PIB em Moçambique – (2000-2010).....	185
Gráfico 5.3: Preços Mundiais de Commodities (US\$) – 2000-2015... ..	187
Figura 5.4: Esquema de relações entre o Estado, Burguesia Local e Empresas Multinacionais	203

LISTA DE QUADROS

Quadro 4.1: Cronologia Histórica – Período de Transição (1985-1994)	135
Quadro 4.2: Cronologia Histórico-político de Moçambique (1995-2015)	138
Quadro 5.1: Cronologia Histórica de Moçambique – Período Colonial (1960-1974).....	123
Quadro 5.2: Cronologia de Moçambique – I República (1975-1984). ..	127
Quadro 5.3: Diagnóstico da Estrutura Econômica de Moçambique -1977	129
Quadro 5. 4: Objetivos do PPI – Plano Perspectivo Indicativo de Desenvolvimento de Moçambique.....	131
Quadro 5.5: Principais destinos das principais exportações das Multinacionais - Moçambique – 2014.....	190

LISTA DAS TABELAS

CAPÍTULO III

Tabela 3.1: Taxa de fecundidade total e Crescimento da População (1960-2015).....	62
Tabela 3.2: Força de trabalho (milhões) – União Europeia, América Latina e Caribe, África Subsaariana e Mundo – (1990; 1995; 2005; 2010; 2014)	67
Tabela 3.3 Despesa com educação (total % do PIB) – América Latina, África Subsaariana, União Europeia e o Mundo – (1995; 2000; 2005; 2010; e 2013).....	68
Tabela 3.4: Despesas de saúde per capita (US\$) – América Latina África Subsaariana, UE e Mundo – (1995; 2000; 2005; 2010; 2014)	68

Tabela 3.5: Taxas médias de crescimento do PIB, População, renda per capita e poupança interna – África Subsaariana, América Latina, União Europeia, Europa e Ásia Central, Ásia Oriental e Pacífico - (1961-2015)	72
Tabela 3.6: Exportações líquidas (bilhões de US\$) – União Europeia América Latina e África Subsaariana – (1960; 1965; 1970; 1975; 1980; 1985; 1990; 1995; 2000; 2005; 2010; 2015)	81
Tabela 3.7: Fluxo Líquido de IDE (bilhões US\$ - preços correntes) – União Europeia, América Latina, África Subsaariana e Mundo – (2004-2015)	85
Tabela 3.8: Taxa de Crescimento da População e PIB – África Austral (2015)	92
Tabela 3.9: Comparação dos indicadores Demográficos da África Subsaariana e SADC (1990; 1995; 2000; 2005; 2010; 2015)	93
Tabela 3.10: Taxa de Desemprego (% da Força de Trabalho) – SADC e África Subsaariana - (1991; 1995; 2000; 2005; 2010; 2014)	95
Tabela 3.11: Comparação dos Indicadores Sociais da África Subsaariana e da SADC – (1990; 1995; 2000; 2005; 2010; 2014)	99
Tabela 3. 12: Índice de Pobreza I (> de \$1.90 por dia) na SADC – (1991-2013)	101
Tabela 3.13: Índice de Pobreza I (> de \$3.90 por dia) na SADC – (1991-2013)	102
Tabela 3.14: Despesa com Educação e Saúde (% do PIB) – SADC e África Subsaariana – (1995; 1998; 2000; 2002; 2004; 2006; 2008; 2010; 2014)	103
Tabela 3.15: Comparação dos Indicadores Econômicos da África Subsaariana e SADC – (1990; 1995; 2000; 2005; 2010; 2015)	105
Tabela 3. 16: Valor total PIB (US\$) por cada país da SADC – (2015)	107
Tabela 3. 17: Valor Adicionado por setor produtivo (% do PIB) – SADC – (Valores médios de 1960-2015)	110
Tabela 3. 18: Produtos de Exportação na Formação do PIB da SADC (%) – (2015)	112
Tabela 3. 19: Valor de IDE (US\$) em relação do PIB na SADC (1970-2015)	113

CAPÍTULO IV

Tabela 4. 1: Divisão Administrativa e População – Moçambique – 2017.	140
Tabela 4. 2: Evolução da Balança Comercial de Moçambique (milhões de US\$) – 1980 – 2015	159

Tabela 4.3: Megaprojetos em operação em Moçambique (2010) _____	163
Tabela 4. 4: Créditos do Banco Mundial e FMI (US\$)- Moçambique – 1984-2015 _____	169

CAPÍTULO V

Tabela 5.1: Estimativa de Prejuízos Diretos e Redução das Receitas - Moçambique – (1975-1983)_____	133
Tabela 5. 2: Estrutura Acionista dos Megaprojetos de investimento em Moçambique (1997, 2004, 2008)_____	180
Tabela 5.3: Volume de Exportações das Empresas Multinacionais (US\$) – Moçambique -2000-2015 _____	189

LISTA DE GRÁFICOS

CAPÍTULO III: ECONOMIA DA ÁFRICA SUBSAARIANA E ÁFRICA AUSTRAL

Gráfico 3.1: Taxa de Crescimento da População – União Europeia, América Latina e África Subsaariana (1961-2015) _____	61
Gráfico 3.2: Taxa de mortalidade – homens e mulheres (1000 habitantes) – África Subsaariana – (1960-2014) _____	63
Gráfico 3.3: Taxa de prevalência de VIH/SIDA – África Subsaariana e América Latina - (1990-2015) _____	64
Gráfico 3.4: Evolução do desemprego na África Subsaariana (1991-2014) _____	65
Gráfico 3.5: Taxa de desemprego Jovens (ambos os sexos) – África Subsaariana – (1991-2014) _____	66
Gráfico 3.6: Desemprego na União Europeia, América Latina e África Subsaariana (1961-2015) _____	67
Gráfico 3.7: Taxa de Crescimento do PIB (%) América Latina, União Europeia, África Subsaariana e Mundo – (1961-2015) _____	69
Gráfico 3.8: Crescimento da renda per capita (%) América Latina, União Europeia, África Subsaariana – (1961-2015). _____	70
Gráfico 3.9: Formação Bruta de Capital (%) América Latina, União Europeia, África Subsaariana e Mundo – (1970-2015)._____	71
Gráfico 3.10: Agricultura e Indústria no PIB - América Latina, União Europeia, África Subsaariana e Mundo – (1981-2015) _____	74
Gráfico 3.11: Serviços no PIB (%) América Latina, União Europeia, África Subsaariana e Mundo – (1981-2015) _____	75

Gráfico 3.12: Exportações e Importações, Saldo da Balança Comercial (% do PIB) África Subsaariana – (1960-2015).	76
Gráfico 3.13: Exportações (% do PIB), União Europeia, América Latina, África Subsaariana e Mundo – (1960-2015)	77
Gráfico 3.14: Importações (% do PIB), União Europeia, América Latina, África Subsaariana e Mundo – (1960-2015)	78
Gráfico 3.15 Balança Comercial (%), União Europeia, América Latina, África Subsaariana e Mundo – (1960-2015).	79
Gráfico 3.16: Comércio Mundial (% do PIB) – União Europeia América Latina e África Subsaariana – (1960-2015)	80
Gráfico 3.17: Produtos de Exportação: Agricultura, Minérios e Metais (% do PIB) – União Europeia, América Latina e África Subsaariana, Mundo – (1960-2015)	82
Gráfico 3.18: Produtos de Exportação: Manufaturas de alta tecnologia e Combustíveis (% do PIB) – União Europeia, América Latina e África Subsaariana, Mundo – (1960-2015)	83
Gráfico 3.19: Fluxo Líquido de IDE (preços correntes US\$) – União Europeia, América Latina, África Subsaariana, Mundo – (1970-2015)	84
Gráfico 3.20: Crédito doméstico fornecido pelo sistema financeiro (% do PIB) - União Europeia, América Latina, África Subsaariana e Mundo – (1960-2015).	86
Gráfico 3.21: Crédito doméstico para o setor privado (% do PIB) - União Europeia, América Latina, África Subsaariana e Mundo – (1960-2015)	88
Gráfico 3.22: Dívida de Curto Prazo (% do total de reservas) - África Subsaariana e América Latina - (1970-2015).	89
Gráfico 3.23: Ajuda Pública ao Desenvolvimento (preços correntes) - África Subsaariana e América Latina - (1970-2015)	90
Gráfico 3.24: Taxa de Crescimento do PIB (%) – SADC e África Subsaariana (1980-2015)	108
Gráfico 3.25: Comparação do Valor Adicionado (Agricultura, Indústria e Serviços) no PIB regional– SADC – (1980-2015)	111

CAPÍTULO IV: ECONOMIA MOÇAMBICANA

Gráfico 4.1 Total da População de Moçambique (1960-2015)	139
Gráfico 4.2: Desemprego (% da força de Trabalho) – Moçambique – (1991-2015)	141
Gráfico 4.3: Expectativa de Vida (total da população) – Moçambique – (1960-2015).	142

Gráfico 4. 4 Taxa de mortalidade Adulta (homens e mulheres) – Moçambique (1960-2015)	143
Gráfico 4. 5: Pobreza I e II (US\$1.90 e US\$ 3.90 por dia) – Moçambique – (1995-2015).	144
Gráfico 4.6: Índice GINI – Moçambique - (1996; 2002; e 2008)	145
Gráfico 4.7: Despesas com educação (%) e Analfabetismo – Moçambique – (1980-2014).	146
Gráfico 4. 8: Despesa com saúde e taxa de VIH/SIDA (%) – Moçambique – (1990-2015)	147
Gráfico 4. 9: Valor do PIB (US\$) e Taxa de Crescimento – Moçambique – (1960-2015)	148
Gráfico 4.10: Agricultura, Indústria e Serviços na formação do PIB – Moçambique – (1980-2015)	149
Gráfico 4. 11: Renda per capita (%) e (US\$) – Moçambique – (1980-2015).	150
Gráfico 4.12: Formação Bruta de Capital – Moçambique - (1980-2015)	151
Gráfico 4.13: Importações e Exportações no PIB (%) – Moçambique – (1980-2015)	152
Gráfico 4.14: Importações (US\$) – Moçambique – (1960-2015)	153
Gráfico 4.15: Participação dos Minérios e Metais no total das exportações de Moçambique (%) – (1990-2015)	154
Gráfico 4.16: Participação dos combustíveis no total das exportações de Moçambique – (1990-2015)	155
Gráfico 4.17: Participação dos produtos manufaturados nas exportações de Moçambique – (1995-2015)	156
Gráfico 4. 18: IDE, entradas e saídas líquidas (US\$) – Moçambique – (1970-2015)	161
Gráfico 4.19: Evolução do estoque da dívida pública externa de Moçambique - (1984-2015)	165
Gráfico 4.20: Empréstimos do Banco Mundial e FMI (US\$) para Moçambique (1984–2015)	169

CAPÍTULO V: CAPITALISMO DEPENDENTE: ESTRUTURAS E DINÂMICAS EM MOÇAMBIQUE

Gráfico 5.1: IDE (% do PIB) SADC – (1970-2015)	177
Gráfico 5.2: Produtos de Importação – Moçambique -2013-2014	193

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABREVIATURA	SIGNIFICADO
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento dos Países da África Austral
ONU	Organização das Nações Unidas
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
FMI	Fundo Monetário Internacional
BM	Banco de Mundial
RPM	República Popular de Moçambique
RDC	República Democrática do Congo
IDE	Investimento Direto Externo
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
UE	União Europeia
EUA	Estados Unidos da América
ALFM	Ajuda Financeira Líquida Mundial
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
Hab.	Habitantes
VIH/SIDA	Vírus da Imunodeficiência Humana
PIB	Produto Interno Bruto
TD	Teoria da Dependência
IPEX	Instituto de Promoção de Exportações de Moçambique
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
RENAMO	Resistência Nacional de Moçambique
INE	Instituto Nacional de Estatísticas de Moçambique
USP	Universidade de São Paulo
PPP	Parcerias–Público-Privada
P&D	Pesquisa & Desenvolvimento
PARP	Plano de Ação para a Redução da Pobreza
US\$	Dólar Americano
PRE	Programa de Reabilitação Econômico

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	26
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	30
1.2.1 OBJETIVO GERAL:	30
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:	30
1.2.3 HIPÓTESE:	30
1.3 QUESTÕES METODOLÓGICAS.....	30
2. TEORIAS DA DEPENDÊNCIA: EVOLUÇÃO HISTÓRICA...36	
2.1 SUBDESENVOLVIMENTO – ESTRUTURALISMO CEPALINO ..	37
2.2 SUBDESENVOLVIMENTO: ESTRUTURAS SOCIAIS	39
2.3 DESENVOLVIMENTO ASSOCIADO	42
2.4 DESENVOLVIMENTO DEPENDENTE: ESTRUTURA POLÍTICA E SOCIAL	43
2.5 DEPENDÊNCIA OU DESENVOLVIMENTO PERIFÉRICO EXCLUDENTE?	46
2.6 DESENVOLVIMENTO DEPENDENTE	47
2.6.1 SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO	50
2.6.2 INTERCÂMBIO DESIGUAL	51
2.7 SÍNTESES DO CAPÍTULO	54
3. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA ÁFRICA SUBSAARIANA	58
3.1 CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA ÁFRICA SUBSAARIANA	58
3.2 CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICA DA ÁFRICA SUBSAARIANA	61
3.3 PRINCIPAIS INDICADORES SOCIAIS DA ÁFRICA SUBSAARIANA ...	65
3.4 DINÂMICA SETORIAL DA ESTRUTURA PRODUTIVA	73
3.5 DINÂMICA DO COMÉRCIO EXTERNO MOÇAMBICANO	75
3.6 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA SADC	91
3.7 SÍNTESE DO CAPÍTULO	114
4. ESTADO E ECONOMIA MOÇAMBICANA	120
4.2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO–POLÍTICO DE MOÇAMBIQUE	122
4.3 INDEPENDÊNCIA E ESTADO SOCIALISTA	126
4.4 TRANSIÇÃO DO MODELO SOCIALISTA PARA O NEOLIBERALISMO	134
4.5 CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA DE MOÇAMBIQUE	139

4.6 CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA DE MOÇAMBIQUE	148
4.7 DINÂMICA DO COMÉRCIO EXTERNO MOÇAMBICANO	152
4.8 INVESTIMENTO DIRETO EXTERNO EM MOÇAMBIQUE	160
4.9 ESTADO E DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA	165
4.10 EMPRÉSTIMOS EXTERNOS DE MOÇAMBIQUE – FMI E BANCO MUNDIAL	168
4.11 SÍNTESE DO CAPÍTULO	170
5. CAPITALISMO DEPENDENTE EM MOÇAMBIQUE: ESTRUTURAS E DINÂMICAS	176
5.1 DEPENDÊNCIA PRODUTIVA	177
5.2 DEPENDÊNCIA COMERCIAL	187
5.3 DEPENDÊNCIA FINANCEIRA	194
5.4 ESTADO, BURGUESIA NACIONAL E CAPITAL EXTERNO	201
5.6 SÍNTESE DO CAPÍTULO	206
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	210
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	217
ANEXO	227

**I CAPÍTULO: PROBLEMA DE PESQUISA E
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

1. INTRODUÇÃO

“A nossa escolha não tem por que ser feita entre socialismos que foram pervertidos e capitalismo perversos de origem, mas entre a humanidade que o socialismo pode ser e a inumanidade que o capitalismo sempre foi”

José Saramago.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Durante as décadas de 1960–1970, a maior parte ou quase a totalidade dos países independentes de África Subsaariana escolheram o socialismo como via ideológica para alcançarem o desenvolvimento socioeconômico. Tal pressuposto, deu-se em parte em razão dos meios pelos quais os países africanos alcançaram suas independências, visto que foi através da luta armada revolucionária apoiada pelos países do “campo socialista”.

Desta forma, depois de dez anos de luta armada (1964–1974), em 25 de junho de 1975, o país alcançou a sua independência política de Portugal. Neste dado período, inicia o processo de construção do moderno Estado Moçambicano. Nos primeiros dez anos (1975–1985), os pilares ideológicos do Estado estevam assente no modelo socialista, o marxismo–leninismo. No entanto, as crises do petróleo de 1979 e da dívida pública de 1983 condicionaram o projeto desenvolvimentista, e abrindo possibilidades para a instauração d economia de mercado.

Não obstante a luta pela supremacia do socialismo na África Austral, e em Moçambique em particular, e total disponibilidade do país continuar no “campo socialista”, em 1980 viu rejeitado o pedido de adesão ao Conselho Econômico de Ajuda Mútua. Esta rejeição à impactou nos vários projetos estruturantes de desenvolvimento que o Estado planejava levar a cabo para vencer o subdesenvolvimento. Deste modo, o país iniciou uma reaproximação diplomática com os países Ocidentais. E, em setembro de 1984, formalmente, o país foi aceito como país-membro do Fundo Monetário Internacional

(FMI) e Banco Mundial e marcou o passo inicial para a instauração da economia do mercado em Moçambique.

Em termos geográficos, Moçambique encontra-se localizada na África Austral (SADC), objeto de estudo desta pesquisa. Por sua vez, a SADC apresentou um PIB real de US\$ 609 bilhões (2015), com taxa média de crescimento anual de 4%. A renda média per capita foi de US\$ 1.470, no período de 1980–2015. O valor adicionado pela Agricultura na formação do PIB do bloco econômico esteve estimado em 20%, a Indústria em 30% e os Serviços, em 50%. Em termos de fluxos de capital externo, a SADC recebeu um total fluxo líquido de US\$ 200 bilhões em IDE, correspondente à média anual de US\$ 4.4 bilhões, de 1975 a 2015. Este valor líquido de IDE representou uma contribuição de 4% na formação total do PIB. O IDE correspondeu à formação bruta de capital fixo, na média anual de 22% do PIB. As exportações da SADC totalizaram em 2015, cerca de US\$ 159 bilhões, correspondente a 40% do PIB. E do lado das importações alcançou um valor líquido total de US\$ 188 bilhões, correspondente a 50% do PIB. O saldo da balança comercial foi deficitário em 10,5% do PIB.

Na década de 2000, o país registrou um aumento significativo do fluxo líquido de IDE. De acordo com os dados do Banco Mundial (2015), nos últimos quinze anos (2005-2015), o país recebeu um valor acumulado de US\$ 1.2 bilhões em IDE, equivalente a média anual de US\$ 109 milhões. O IDE esteve concentrado nos setores da indústria extrativa, nos chamados megaprojetos, de alumínio (Mozal), carvão (Vale do Rio Doce), energia elétrica (Hidroelétrica de Cahora Bassa) e gás natural (SASOL - Empresa de Carvão e Óleo da África do Sul.). A atração de capital externo, através de fixação de bases produtivas de empresas multinacionais em território nacional foi definida como uma das estratégias de desenvolvimento do país no âmbito da Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2015-2035). Os dados sobre os fluxos líquidos de IDE mostram que Moçambique configurou entre os três principais destinos de capitais externos da África Subsaariana, ao lado da África do Sul e Nigéria.

Nos períodos compreendidos entre 1984-2015, o país recebeu empréstimos acumulados das instituições do Banco Mundial no valor de US\$ 30 bilhões, equivalente a uma média anual de US\$ 983 milhões. E, do FMI, de 1987–2015, recebeu crédito acumulado de US\$ 7.2 bilhões, o que correspondeu, à

média de US\$ 245 milhões por ano. Em termos de Ajuda Líquida ao Desenvolvimento, no período entre 1960 e 2015 foram desembolsados cerca de US\$ 40.7 bilhões, equivalente a uma média de US\$ 755 milhões por ano. O crédito doméstico oferecido pelos bancos à economia correspondeu a 13% do PIB e o crédito doméstico para o setor privado 16% do PIB. Em 2015, os dados do Banco Mundial apontavam um estoque da dívida pública externa de US\$ 753 milhões. No período considerado, a média do estoque da dívida pública externa alcançou o valor médio de US\$ 423 milhões por ano.

No que se refere ao saldo médio da balança comercial do país, a mesma mostrou-se deficitária, ao longo dos últimos 35 anos (1985-2015), em quase 25% do PIB. As exportações de bens e serviços, de representaram em média anual, 18% do PIB e as importações de bens e serviços corresponderam a 43% do PIB.

Por outro lado, os dados do Banco Mundial (2015) apontam que no ano de 1996, o índice de desigualdade de GINI foi de 44% e em 2008 elevou-se para 46%. Os índices de pobreza em Moçambique apontam que em 1996, mais de 47% da população viviam com menos de US\$ 1.90 por dia e o indicador reduziu para 30%, em 2008, uma diminuição de 17 em termos percentuais. No que tange, ao percentual da população vivendo com menos de US\$ 3.90 por dia, em 1996, era de 64%, e em 2008, 50% da população.

A teoria da dependência constitui um marco teórico de análise e sustentação do desenvolvimento do sistema capitalista periférico. A CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe, órgão criado pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, foi à precursora dos estudos estruturalistas sobre o capitalismo na periferia.

Durante as décadas de 1960 e 1970, várias escolas foram se consolidando no campo das ciências sociais na busca de interpretações analíticas sobre o fenômeno da dependência na periferia. De entre essas escolas, maior destaque é dado à escola marxista, que teve como principais autores, Ruy Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos; a escola de sociologia da Universidade de São Paulo (USP) cujas contribuições de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Enzo Falleto se enquadram como principais defensores da visão weberiana; e, a escola estruturalista da CEPAL que tem em Celso Furtado e Raúl Prebisch seus expoentes máximos. Todas estas correntes

produziram pensamentos analíticos que explicaram o paradigma da dependência no processo de desenvolvimento das economias periféricas.

Nas décadas de 1970 e 1980, vários cientistas da África, de entre eles, Claude Ake (1980), inspirados nas visões teóricas da CEPAL apresentaram estudos empíricos sobre dependência na África. Não obstante esse esforço dos cientistas sociais africanos, Devés–Valdés (2012, p.145) considera que “havia um erro metodológico que sempre prevalecia nas pesquisas sobre o fenômeno da dependência na realidade socioeconômica Africana. Segundo Devés–Valdés (2012, p.145) os cientistas econômico-sociais conheciam pouco ou nada da trajetória do próprio pensamento social e econômico africano, e isso fez com que, buscassem interpretações fundamentalmente embasadas em escolas de pensamento econômico internacionais, à economia do desenvolvimento, ao marxismo e ao dependentismo.

O estudo do paradigma da dependência dentro da realidade africana requer do pesquisador não só a incorporação dos elementos histórico-estruturais da CEPAL, mas também da superexploração ou intercâmbio desigual dos Marxistas e a perspectiva weberiana sobre as economias, política e grupos sociais. De acordo com Ake (1980, p.9) *apud* Devés–Valdés (2012, p.145) “a tarefa urgente a ser realizada pelos cientistas econômico-sociais africanos é encontrar um modelo de desenvolvimento de acordo com as realidades africanas, melhor do que os modelos ocidentais atualmente adotados”.

Assim sendo, esta pesquisa faz um entrelaçado analítico dos indicadores socioeconômicos e financeiros da África Subsaariana, África Austral (SADC– Comunidade de Desenvolvimento Econômico da África Austral) e Moçambique visando compreender a dinâmica do sistema capitalista nos países periféricos. À vista disso, analisando a tendência evolutiva dos indicadores socioeconômicos de Moçambique nas últimas décadas (1985–2015), questiona-se:

- De que modo a estratégia de desenvolvimento assentada em investimento produtivo externo, captação de recursos financeiros internacionais, em vinculação passiva com o comércio mundial e regional contribuiu para reprodução da dependência e limitação do desenvolvimento sustentado de Moçambique?

1.2 Objetivos da Pesquisa

1.2.1 Objetivo Geral:

- Analisar a dinâmica do desenvolvimento do capitalismo em Moçambique – África – sob o tratamento teórico-analítico da teoria Latino-americano da dependência.

1.2.2 Objetivos Específicos:

- 1) Descrever a evolução socioeconômica da África Subsaariana e da África Austral;
- 2) Caracterizar a dinâmica estrutural e histórica da economia Moçambicana;
- 3) Avaliar os indicadores socioeconômicos de desenvolvimento sob a perspectiva dos elementos norteadores do paradigma da dependência em Moçambique.

1.2.3 Hipótese:

- O capitalismo dependente em Moçambique se caracteriza pela associação entre o Estado–empresário e o capital internacional, através dos megaprojetos de IDE, assentados na captação de recursos externos e na dependência comercial com o mercado mundial, cujo desenvolvimento não se tem traduzido na redução das desigualdades sociais.

1.3 Questões Metodológicas

“Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino”

Paulo Freire.

Este subtema tem por objetivo descrever os procedimentos metodológicos adotados na elaboração desta pesquisa. Neste caso, foi feita à delimitação do tema de pesquisa, do espaço temporal de análise e os principais indicadores socioeconômicos selecionados para a precursão da pesquisa.

1.31. Caracterização e Delimitação da Pesquisa

A presente pesquisa é qualitativa, visto que busca a obtenção de dados, por meio de análise estatística, com objetivo de verificar a ocorrência de fenômenos ao longo do processo histórico e sua compreensão a partir de uma perspectiva teórico-analítica. Em razão disso, a pesquisa foi descritiva e interpretativa, permitindo uma interpretação da tendência evolutiva dos indicadores socioeconômicos coletados. Sendo que, teoricamente vários autores, de entre eles, Dos Santos (2015), Martins (2015), Marini (2000) consideram que a escola da dependência tem três visões analíticas distintas que se destacaram na construção do pensamento teórico ao longo das últimas décadas. As três correntes são: estruturalista da CEPAL; marxista da CESO (Centro de Estudos Socioeconômicos) da Universidade de Chile; e; weberiana da Escola de Sociologia da USP.

Neste contexto, metodologicamente foram selecionados dois autores de cada corrente da teoria da dependência. Assim sendo, Furtado e Prebisch representam a CEPAL; Bambirra e Marini para a corrente marxista do Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO) da Universidade de Chile; e, por fim, Cardoso e Falleto para a corrente weberiana da Escola de Sociologia da USP.

A compreensão analítica do objeto de estudo dentro do conceito de capitalismo foi feita por meio de uma construção histórica da formação econômica de Moçambique. É apresentado um quadro evolutivo contendo os aspectos históricos da construção do Estado, e as variáveis estruturais e conjunturais que conduziam a escolha dos modelos de desenvolvimento no período considerado.

A pesquisa dividiu o tempo histórico em três períodos: a i república, de 1975 a 1984; o período de transição, de 1985–1994; e, por fim, a ii república, de 1995-2015. Nestes três períodos estiveram em vigência distintos modelos de desenvolvimento. Na I República (1975-1984) a economia era centralizada (Marxismo-Leninismo). No período de transição houve uma economia mista, combinando o socialismo e a economia de mercado, entendido como Nova Economia Política (NEP) de Moçambique. Na II República foi consolidada a economia de mercado.

Quadro 1: Indicadores Socioeconômicos

Número	Demográficos	Sociais	Econômicos
1	População	Pobreza	PIB
2	Desemprego	Educação	Renda per capita
3	Força de Trabalho	Índice GINI	Exportações
4	Natalidade	Saúde	Importações
5	Mortalidade	Expetativa de Vida	Formação Bruta de Capital

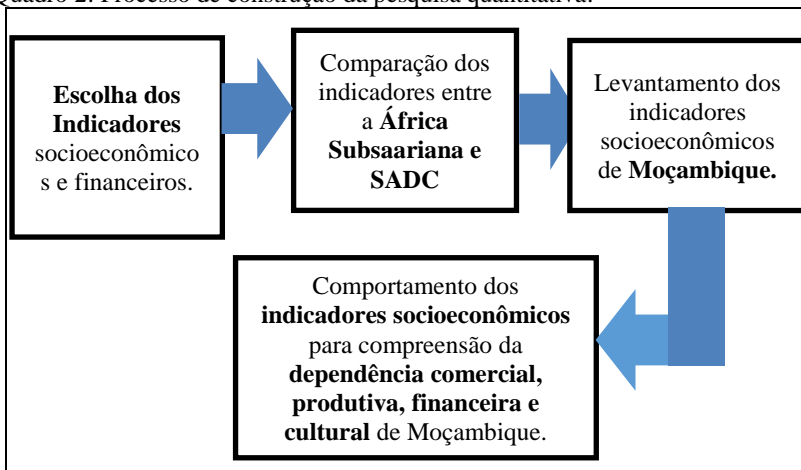
Fonte: Elaborado pelo autor

A construção teórica-analítica foi feita por meio de abordagem bibliográfica dos diferentes autores da escola Latino-americana da dependência. A pesquisa utilizou dados secundários extraídos das bases dos dados do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Banco Central de Moçambique (BcM), Instituto Nacional de Estatísticas (INE) e do Instituto Nacional de Promoção de Exportações (IPEX). Como consta no Quadro 1 foram selecionados indicadores socioeconômicos com objetivo de compreender as mudanças estruturais ocorridas em Moçambique e na África Subsaariana e África Austral.

1.3.2 Estrutura da Dissertação

O Quadro 2 encontram-se ilustradas as principais etapas de construção da dissertação. O **primeiro capítulo** apresenta o problema de pesquisa, os objetivos da pesquisa, hipótese e os procedimentos metodológicos. No **segundo capítulo** faz-se alusão sobre o paradigma da teoria da dependência, centrando nas três correntes, estruturalista, marxista e weberiana. No **terceiro capítulo** caracteriza-se o quadro socioeconômico da África Subsaariana e da África Austral (SADC). No **quarto capítulo** discute-se o processo de construção do novo Estado Moçambicano e as dinâmicas estruturais ocorridas na economia nas últimas quatro décadas (1975–2015). No **quinto capítulo** faz-se análise teórico-analítica do capitalismo dependente em Moçambique, com intuito de caracterizar o fenômeno das dependências produtiva, financeira e comercial. E por fim, no **sexto capítulo** apresentam-se as conclusões do trabalho.

Quadro 2: Processo de construção da pesquisa quantitativa.



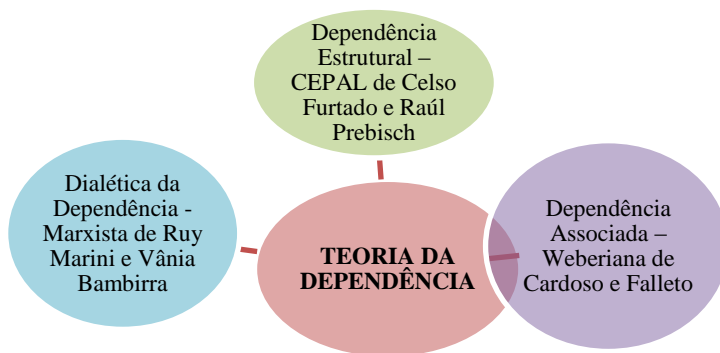
Fonte: Elaborado pelo autor.

II CAPÍTULO: PARADIGMA DA DEPENDÊNCIA.

2. TEORIAS DA DEPENDÊNCIA: EVOLUÇÃO HISTÓRICA

A teoria da dependência é uma formulação teórica desenvolvida na América Latina na década de 1960, com objetivo de compreender as características estruturais do desenvolvimento dos países de capitalismo tardio. As diferentes correntes da teoria da dependência emergiram entre 1964 e 1974, e mantiveram uma grande influência ideológica até os finais da década de 1970 (MARTINS, 2015, p. 229). No final da década de 1970 e início da década de 1980, houve um esgotamento interpretativo da teoria da dependência para responder aos problemas estruturais da região. No entanto, a teoria da dependência representou esforço crítico para compreender a limitação do desenvolvimento periférico, iniciado num período que a economia mundial estava constituída sob a hegemonia de capitalista liderada pelos EUA (Dos Santos, 2015).

Figura 1: Correntes da Escola da Dependência



Fonte: Elaborado pelo autor.

Na ótica de Martins (2015, p.229) “a teoria da dependência significou um salto teórico importante para a compreensão da realidade social e econômica da América Latina”. As três correntes da teoria da dependência ilustradas na Figura 1 foram os principais fundamentos teóricos que contribuíram para compreender a dinâmica conjuntural do

capitalismo periférico. Assim, na Figura 1 estão ilustradas as três principais correntes que compõem a escola latino-americana da dependência: a corrente Estruturalista da CEPAL que apontou os limites para a instauração de um projeto de desenvolvimento nacional autônomo; a Marxista do Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO) da Universidade do Chile, que analisou a questão da superexploração do trabalho e da desigualdade nos termos de intercâmbio no comércio externo; e a Weberiana da Escola de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP) que aceita o papel positivo do capital externo para o desenvolvimento das economias dependentes.

2.1 SUBDESENVOLVIMENTO – Estruturalismo Cepalino

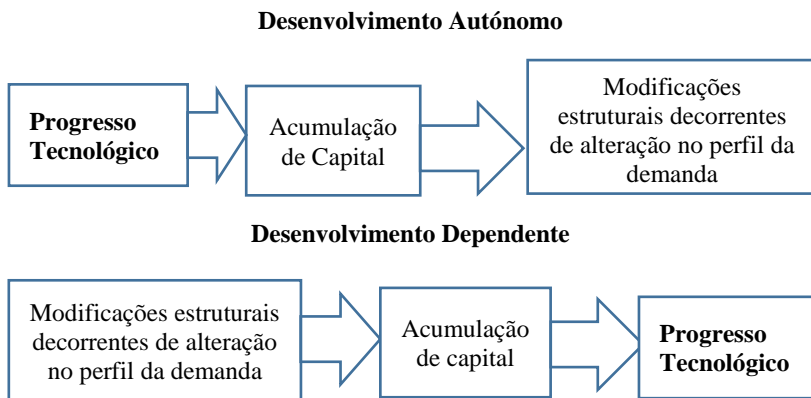
De acordo com Furtado (2009, p. 81) o desenvolvimento além de ser um fenômeno de aumento de produtividade do fator trabalho, é também um processo contínuo de adaptação das estruturas sociais existentes dentro de um horizonte em expansão. Assim sendo, o autor apresenta duas dimensões do processo de desenvolvimento: a econômica e cultural. Portanto, o problema de desenvolvimento nos países de capitalismo tardio consiste em “definir o campo de opções” que se abre à coletividade.

Na ótica de Furtado (2011, p. 104) a acumulação de capital e o progresso tecnológico constituem dois principais fatores para o desenvolvimento nos Estados. E, por conseguinte, o autor reafirma que a acumulação de capital acompanha todas as formas de desenvolvimento.

Neste caso, a acumulação de capital é vista como uma condição necessária, mas não suficiente para promover o desenvolvimento. A acumulação de capital nos países periféricos apresenta-se como mais “um limite às possibilidades de desenvolvimento”, ainda que, só excepcionalmente, no entanto, tal limite não deva ser considerado um freio efetivo para desenvolvimento dos países dependentes. Na Figura 2 encontra-se ilustrada a ordenação dos fatores primários para o desenvolvimento das economias autônomas e das dependentes. Na perspectiva analítica de Furtado (2011, p.104) os fatores que limitam as possibilidades de desenvolvimento encontram-se o progresso tecnológico que permite aumentar a produtividade física dos fatores, e, por conseguinte, a modificação estrutural no perfil da demanda interna.

Por seu turno, um dos fatores responsáveis pelo aumento da produtividade do fator trabalho é o progresso tecnológico. Assim sendo, Furtado (2009, p.85) considera que o progresso tecnológico desempenha um papel importante na delimitação da forma e/ou modelo de desenvolvimento, uma vez que, o desenvolvimento no geral se dá através das combinações novas dos fatores existentes no nível da técnica conhecida.

Figura 2: Ordenação dos fatores primários no processo de desenvolvimento



Fonte: Adaptado pelo autor com base em Furtado (2011).

O crescimento da economia dependente encontra-se condicionado pela sua capacidade de assimilação de inovações tecnológicas produzidas no centro do capitalismo mundial. Assim sendo, “a deficiência na utilização dos fatores não resulta necessariamente de má combinação dos fatores de produção existentes na economia dependente, mas da escassez do fator capital” (FURTADO, 2009, p.85). Neste caso, quando o progresso técnico e capital externo penetram nos países dependentes “o processo de desenvolvimento assume a forma de processos mais capitalísticos” (FURTADO, 2009 p. 89).

A despeito disso, Furtado (2009, p. 89) enfatiza que o impulso do intercâmbio externo nas economias subdesenvolvidas beneficia de início, os setores primários, diretamente ligados à exportação, criando uma massa adicional de lucros no setor comercial. Como faz notar o autor, a tendência imediata da abertura da economia ao mercado externo será a concentração de

renda. Em síntese, a evolução da demanda interna e o aumento da produtividade dos fatores físicos são duas variáveis independentes no processo de desenvolvimento dos países. Esta premissa tem fundamento teórico em Furtado (2009, p.92) ao considerar “o aumento da produtividade cresce com o potencial produtivo da economia subdesenvolvida, na medida em que se a demanda interna não se diversificar a economia tende a ficar ociosa uma parte crescente do potencial da economia”.

Deste modo, Furtado (2009, p.93) aponta que, por mais aberta que seja uma economia, existe sempre uma grande quantidade de bens e serviços que não é possível importar. Tal constatação, explica o fato de, as economias com crescente integração no comércio internacional terem diversificado progressivamente sua estrutura produtiva.

2.2 Subdesenvolvimento: Estruturas Sociais

De acordo com Furtado (2009, p.106) as escolas do Ocidente apresentaram uma falha fundamental ao ignorar que o desenvolvimento possuía uma “nítida dimensão histórica”. Deste modo, ao limitarem suas análises em reconstruir por meio de uns modelos matemáticos abstratos, derivados de experiências históricas limitadas os níveis de desenvolvimento dos países de economias dependentes. Assim, o problema do estudo do subdesenvolvimento não se configurou no nível de desenvolvimento alcançado pelos distintos sistemas econômicos, mas no efeito da expansão do capitalismo sobre as estruturas arcaicas.

“O efeito da expansão do capitalismo sobre as estruturas arcaicas variou de região para região, ao sabor das circunstâncias locais, do tipo de penetração capitalista e da sua intensidade. A resultante da expansão do capitalismo na periferia foi quase sempre a criação de estrutura preexistente. O fenômeno de subdesenvolvimento é um processo histórico autônomo dos países periféricos, e não uma etapa necessariamente pela qual tenham passado os países centrais” (Furtado, 2009, p. 106).

Desta maneira, os países periféricos “tem uma economia dualista” (FURTADO, 2009, p.161). Ainda que o dinamismo da economia capitalista resulte do papel desempenhado pela classe empresarial, “à qual cabe utilizar de forma reprodutiva uma parte substancial da renda real em permanente processo ou em formação” (FURTADO, 2009, p.163). Portanto, a etapa superior do subdesenvolvimento pode ser alcançada quando se diversifica o núcleo industrial do país. Desta forma, para que os países alcancem a fase superior do subdesenvolvimento torna-se necessário produzir, internamente, parte dos equipamentos requeridos para a expansão da capacidade produtiva.

Todavia, Furtado (2009, p.170) adverte que “o fato da economia periférica alcançar a etapa superior do subdesenvolvimento não implica necessariamente que o elemento dinâmico passe necessariamente a representar o núcleo industrial do mercado interno”. Deste modo, a expansão do núcleo industrial pode residir na procura pré-existente, formada principalmente, por indução externa. Assim sendo, Furtado (2007, p.171) sustenta que o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. Dessa maneira, o desenvolvimento da economia dependente é visto como “um processo particular” substanciado no processo de penetração de empresas multinacionais em estruturas arcaicas. Na ótica de Furtado (2009, p.171) o subdesenvolvimento:

Apresenta diferentes estados, diferindo de região para região e das condições arcaicas preexistentes. Existem várias formas de subdesenvolvimento, como a coexistência de empresas multinacionais, produtoras de mercadorias de exportação, com uma larga faixa de economia de subsistência, coexistência essa que pode perdurar, em equilíbrio estático, por longos períodos.

O subdesenvolvimento requer um esforço de teorização autônoma (FURTADO, 2009, p.172). O autor considera que a falta do esforço de teorização autônoma, leva as economias subdesenvolvidas a procurar soluções teóricas e práticas para os

problemas estruturais, tais como os da crise da dívida pública por analogia com as experiências de desenvolvimento de capitalismo avançado, sem que estes últimos tenham passado por essa etapa.

Nas economias subdesenvolvidas a plena utilização do capital disponível não corresponde à condição suficiente para a completa absorção da força de trabalho, no nível de produtividade apropriada à tecnologia que prevalece no setor dinâmico da economia. Isso contribui para que exista heterogeneidade tecnológica entre setores na mesma economia. Neste caso Furtado (2009, p.174) assegura que,

Não somente a tecnologia se apresenta como variável independente, mas também a forma de desenvolvimento industrial, que segue a modelo de política de substituição de importações, levando à adoção de tecnologia compatível com uma estrutura de custos e preços similar à que prevalece no mercado internacional. (...), o subdesenvolvimento não é resultado das transformações endógenas que ocorrem na economia pré-capitalista, mas de um processo enxertos das economias em expansão".

Neste âmbito, a forma de crescer dos países subdesenvolvidos caracterizada por um forte aumento da procura de produtos industriais intermediários concorre para que exista “tendência à elevação do coeficiente de importações” (FURTADO, 2009, p.177). Deste modo, existe nas economias subdesenvolvidas um elevado grau de dependência de formação de capital fixo com respeito ao comércio internacional. Entretanto, afirma o autor, “não somente prevalece nas economias subdesenvolvidas a dependência concernente à formação da poupança interna, mas, sobretudo no que tange a transformação dessa poupança em inversão real” (FURTADO, 2009, p.182).

Para tal, nesta estrutura de desenvolvimento subdesenvolvida, constata-se um aumento do coeficiente de gastos com consumo supérfluo e uma total diversificação por elevação do nível de vida da sociedade, induzindo pela premissa de que o desenvolvimento

é um dos critérios valorativo de progresso no bem-estar social. No entanto, Furtado (1978, p. 58) adverte que,

“O aumento dos gastos com consumo supérfluo é um subproduto do processo de reprodução das desigualdades sociais inerentes ao sistema capitalista; e excluem outras formas de elevação do nível de vida, concebíveis em função de outros projetos de transformação social”.

A imitação dos hábitos e identidade das civilizações dos países desenvolvidos amplia a reprodução das desigualdades sociais na economia subdesenvolvida, na medida em que exclui outras possibilidades de elevação do nível de vida das “sociedades arcaicas”.

2.3 DESENVOLVIMENTO ASSOCIADO

Segundo Cardoso e Falleto (1969, p.497) “o desenvolvimento é, em si mesmo um processo social e que os seus aspetos puramente econômicos deixam transparecer uma trama de relações sociais subjacentes”. Para tais autores, as mudanças às estruturas sociais, longe de ser um processo acumulativo no qual se agregam variáveis abstratas que se incorporam a configuração estrutural, implicam em relações entre os grupos e classes através do qual tentam impor ao conjunto da sociedade a forma de dominação que lhes é própria.

Assim sendo, acrescentam os autores, quando se trata de vincular a análise estritamente econômica para compreensão do desenvolvimento político e social, o problema básico que é formulado se constitui em processo da formação estrutural das “sociedades arcaicas” e no tipo de atuação dos grupos locais em manter ou modificar a forma de desenvolvimento. Tais ocorrências (formulação da sociedade dependente e atuação dos grupos locais) apresentam repercussões políticas e sociais, que implicam no equilíbrio dos grupos e classes nos planos interno e externo (CARDOSO E FALLETO, 1969, p. 499). Por consequência, os processos as decisões internas passam a ter forte influência política dos grupos e forças sociais externas envolvidos nas implicações.

O efeito demonstração incorpora-se na análise do paradigma da dependência como elemento explicativo subordinado, visto que o fundamental seria caracterizar o modo de relações entre os grupos sociais no plano nacional que, por suposto, depende do modo de vinculação ao sistema econômico e aos blocos políticos externos que podem produzir consequências dinâmicas na sociedade (CARDOSO E FALLETO, 1969, p. 502).

No entanto, o efeito demonstração, no plano econômico, supõe que a modernização da economia subdesenvolvida seja dada por meio do consumo e que, em última instância, introduz um elemento de alteração no sistema produtivo que pode provocar desvios em relação às etapas de industrialização características dos países altamente desenvolvidos.

Os investimentos para o desenvolvimento autônomo dependem da poupança interna, assim sendo, a pressão modernizadora do consumo (através do efeito demonstração) constitui um freio ao desenvolvimento, pois favorece as importações, como também dos bens de capital associados à produção daqueles, e isso induz aos investimentos em setores econômicos que não são básicos para o desenvolvimento do país (CARDOSO E FALLETO, 1969, p.500).

Neste contexto, o efeito demonstração também concorre para que a sociedade arcaica altere o perfil da demanda e os modos de consumo. Tais elementos fazem com que ocorram alterações no campo político e social, antes que se verifique uma diferenciação completa do sistema produtivo nacional. Assim sendo, os países dependentes modernizam as pautas de consumo sem que correlativamente haja uma menor dependência e deslocamento do setor econômico da periferia em relação ao centro. Esta forma de desenvolvimento, no plano social consistirá em levar a cabo, e até mesmo reproduzir, as diversas etapas que caracterizaram as transformações sociais dos países centrais (CARDOSO E FALLETO, 1969, p.500).

2.4 Desenvolvimento Dependente: estrutura política e social

No estudo sobre as dinâmicas sociais e políticas, as análises dos indicadores abstratos de desenvolvimento não são suficientes para uma ter uma compreensão das transformações internas ocasionadas pela dinâmica do sistema capitalista na sociedade dependente. Nestes termos, é necessário agregar ao

conhecimento dos “condicionantes estruturais” à captação dos fatores político e social. Entretanto, para adquirir uma significação realista à análise sobre desenvolvimento periférico se requer um duplo esforço de redefinição de perspectiva, que consiste em considerar a totalidade dos fatores históricos, econômicos e sociais subjacentes ao processo de desenvolvimento (CARDOSO E FALLETO, 1969, p. 502–503).

Deste modo, afirmam os autores que para compreender as dinâmicas sociais e políticas dos países periféricos se requer uma perspectiva que realce as condições concretas, de caráter meramente estrutural (valores, ideologias, hábitos, etc.) e uma análise sobre as relações e determinações recíprocas. No final, trata-se de buscar uma perspectiva estrutural que vincule os componentes econômicos e sociais do desenvolvimento na análise da atuação dos grupos e elites locais e não só sobrepostos. No entanto, a análise do processo de desenvolvimento periférico ultrapassa a chamada abordagem estrutural, reintegrando-a com uma interpretação analítica embasada na “abordagem histórica”.

Desenvolvimento é um processo histórico, não significa aceitar o ponto que assinala a importância da sequência temporal, mas o “devir histórico”, (...). O desenvolvimento é (...) resultado das interações de grupos e classes sociais que têm um modo de relação que lhes é próprio e, portanto, interesses materiais e valores distintos, cuja posição, conciliação ou superação dá vida ao sistema econômico (CARDOSO E FALLETO, 1969, p.503).

Deste modo, as estruturas sociais e políticas prevaletentes vão se modificando na medida em que diferentes classes e grupos sociais conseguem impor seus interesses materiais e valores ao conjunto da sociedade. E, através da análise dos interesses e valores que orientam as ações dos grupos ou da elite local deixam de apresentar-se como resultados de “fatores naturais”, e começam a perfilar-se como processo que expressa tensões entre grupos com interesses sociais e políticos divergentes. (CARDOSO E FALLETO, 1969; p.503).

Segundo Cardoso e Falleto (1975, p.130–131) “o funcionamento social das economias dependentes se agudiza e se contradiz nos parâmetros do comportamento econômico”. Tal ocorre, segundo os autores porque “o ciclo de realização de capital completa-se no âmbito interno em função da grande unidade produtiva, o sistema econômico, restringindo no âmbito interno a eficácia da contrapartida autônoma dos grupos locais”. Os autores consideram ainda que “a instabilidade política aumenta nas economias dependentes à medida que se consolida o Estado” e o jogo de poder político passa a ser por meio democrático. Neste caso, para que as elites ou grupos locais consigam manter-se no poder é crucial que haja um aumento constante de fluxos de IDE. Todavia, para os autores “o jogo democrático torna-se mais precário à medida que diminui os fluxos de entradas líquidas de IDE” (CARDOSO E FALLETO, 1975, p.131). Neste quadro, o desenvolvimento da economia dependente realiza-se intensificando as desigualdades sociais e a exclusão das camadas sociais economicamente significativas.

Na ótica dos autores, os países que recebem os IDE cabem à possibilidade de proceder à modernização do setor industrial e diversificação através de unidades produtivas das empresas multinacionais. No entanto, as bases tecnológicas das empresas multinacionais limitam a capacidade das economias dependentes de incorporarem a tecnológica destas na estrutura industrial interna (CARDOSO E FALLETO, 1975, p.132).

Na perspectiva analítica dos autores, o Estado na economia dependente tem um papel importante apresentando-se como produtor e comprador, por meio das empresas estatais ou de participação estatal. Nesse caso, os que controlam o Estado (grupos ou classes) atuam mais como “empresários públicos”. No final, nessas economias dependentes se instala um novo comportamento político-estatal, onde passa a prevalecer um “Estado-empresário” (CARDOSO E FALLETO, 1975, p.131).

Segundo Cardoso e Falleto (1975, p. 134) nos países onde o setor produtivo moderno instaurou-se sob os condicionantes das novas condições de desenvolvimento (penetração de capital externo através das empresas multinacionais), a reorganização do sistema de tomada de decisões políticas e a reorientação da economia impõem-se forma consistente. Deste modo, os autores consideram que o Estado nas economias dependentes exerce duas

funções, como uma instituição jurídica e organização política das classes/elites.

Na ótica de Cardoso e Falleto (1975, p.135) na medida em que se forma uma espécie de tecnoburocracia (Estado–empresário) nos países dependentes, o Estado passa a sofrer dois tipos de pressão, a saber:

1. A favor do desenvolvimento racional e moderno, estimulado pela entrada das grandes corporações industrial–financeira;
2. Caráter mais excludente em termos relativos de desenvolvimento capitalista. Esta pressão faz com que o papel do Estado se cinge na execução de soluções de problemas a serem resolvidos no curso do desenvolvimento.

2.5 Dependência ou desenvolvimento periférico excludente?

O termo dependência remete a uma interpretação analítica das condições de existência e funcionamento do sistema socioeconômico e político da economia periférica, e mostra as vinculações e as relações entre os países periféricos (relações internas) e centrais (relações externas). Contrariamente ao termo subdesenvolvimento, proposto pelos teóricos da CEPAL, que era entendido como “o estado ou grau de diferenciação dos sistemas produtivos entre os países de capitalismo tardio e capitalismo avançado”, o termo dependência remete “ao estudo analítico das diferenciações econômicas que implicam consequências sociais, sem acentuarem as pautas de controle de decisões de produção e consumo” (CARDOSO E FALLETO, 1969, p.508).

Na visão sociológica dos autores, os processos econômicos devem ser processos sociais que requerem uma busca permanente por um ponto de intercessão teórica. Neste particular, os autores afirmam que o poder econômico se expressa através da denominação social, isto é, como uma estrutura política. Os autores consideram que é através do processo político que as classes ou grupos locais estabelecem um sistema de relações sociais, que lhe permitem impor a sociedade um modo de produção e estabelecer alianças ou subordinar os demais grupos ou classes, com objetivo de desenvolver uma forma econômica compatível com seus objetivos ou interesses (CARDOSO E FALLETO, 1969, p.505).

Figura 3: Condicionantes das Estruturas Internas e Externa da Dependência



Fonte: Adaptado de Cardoso e Falleto (1969, p.505)

Para Cardoso e Falleto (1975, p.125), o fenômeno econômico da dependência se dá pela entrada de empresas multinacionais nas economias periféricas. Neste caso, as empresas multinacionais outorgam um significado particular à nova forma de desenvolvimento das economias periféricas. Os autores realçam que esta nova forma de desenvolvimento “coloca as relações específicas entre o crescimento do PIB e a vinculação externa (financeira e produtiva e comercial) contribuindo para um endividamento externo crescente, principalmente em relação à dívida pública externa de curto prazo” (CARDOSO E FALLETO, 1975, p.126).

2.6 DESENVOLVIMENTO DEPENDENTE

“A ruptura da dependência somente poderá ser promovida pelas classes dominadas,

através de um processo revolucionário”
(BAMBIRRA, 2015, p.151).

O elemento central de estudo da teoria marxista da dependência funda-se na compreensão do processo de formação socioeconômico dos países dependentes, tomando como premissa básica a sua integração subordinada à economia capitalista mundial, sobre controle dos grandes grupos hegemônicos. Na ótica analítica da teoria marxista da dependência existe uma relação desigual de controle dos mercados mundiais, exercida pelos países centrais. Desta maneira, este controle se traduz na perda de controle dos países dependentes dos seus recursos naturais (matéria-prima e alimentos) e subsecutiva à transferência do excedente econômico (juros, royalties) gerado na periferia para o centro hegemônico do sistema capitalista.

Segundo Marini (2000, p.320) “a economia periférica nasceu a partir de uma exigência natural de circulação do sistema capitalista mundial”. Neste âmbito, a industrialização dos países dependentes ocorreu numa etapa histórica em que a industrialização já tinha atingido altos níveis de desenvolvimento nos países centrais. Segundo Bamberra (2015, p.138) existe uma estreita vinculação e dependência da industrialização dos países periféricos com relação aos países centrais.

Na ótica de Marini (2000, p.154) a economia dependente está inteiramente subordinada à dinâmica da acumulação nos países desenvolvidos. Neste contexto, Bamberra (2015; p.139) considera que a dependência só se tornará dispensável economicamente, no período em que as indústrias pesadas instaladas nos países periféricos passarem a ser capazes de satisfazer parte substancial da demanda interna em equipamentos e maquinaria. Em razão disso, a autora observou que a dependência existe nas economias periféricas desde as origens do processo de industrialização.

Este tratamento teórico considera que as empresas multinacionais nas regiões periféricas definem a forma como os avanços tecnológicos alcançados na indústria hegemônica devem ser utilizados nos mercados internos da periferia. Assim como, tais empresas impõem o domínio do mercado em função dos interesses de lucros (BAMBIRRA, 2015, p.141). Deste modo, observa-se que os mecanismos da dependência derivam da forma como as empresas multinacionais operam na periférica.

Em consequência, observa-se a ocorrência do processo de repatriamento dos excedentes econômicos (juros e royalties) gerados nos países periféricos para os centros hegemônicos do sistema capitalista mundial. Apenas uma parte pequena dos lucros gerados é reinvestida no mercado interno, reproduzindo assim situação de industrialização dependente. Esta é a dinâmica financeira do capitalismo mundial que aprofunda a dependência das economias periféricas. De acordo com Marini (2000, p.158) a transferência do excedente econômico gerado na periferia para os centros mundiais de acumulação capitalista concorre para a formação da taxa média de lucros em nível mundial.

Neste contexto, as economias dependentes expandem a pauta de exportações, a preços compensadores para os países centrais e continua atraindo os recursos externos na forma de IDE, o que permite dar continuidade ao processo de acumulação capitalista (Marini, 2000, p.158). Nesta mesma linha de pensamento o autor afirma que a diversidade e o grau de desenvolvimento das forças produtivas que se integram ao mercado internacional implicam em diferenças significativas na composição orgânica de capital. E, tal elemento concorre para que haja distintas formas e graus de superexploração do trabalho nos países periféricos.

Neste contexto, as ações das economias industriais repercutem no mercado mundial no sentido de inflar a demanda interna dos países dependentes, mas estes ao invés de recorrer ao aumento da produtividade se valem de um maior emprego extensivo e intensivo da força de trabalho. Isto traz como consequência, baixa sua composição orgânica e aumento do excedente econômico e o lucro (Marini, 2000, p.156).

Na ótica de Bambirra (2015, p.145) enquanto aprofunda-se a dependência econômica através do domínio das empresas multinacionais nos setores-chaves da economia nacional, também se verifica um aprofundamento da dependência política, uma vez que as decisões de investimento nacional são tomadas tendo como referência os interesses do capital estrangeiro. Neste caso, adianta a autora, as classes ou grupos dominantes dos países periféricos aceitam a situação de dependência política para preservarem os interesses substanciais vinculados à perpetuação do sistema capitalista mundial. Deste modo, Bambirra (2015, p.143) afirma que,

Por maiores que sejam as possibilidades dos grupos ou classes políticas dos países dependentes aumentarem a sua autonomia relativa frente aos centros hegemônicos em períodos históricos específicos, aproveitando-se de conjunturas internas e externas favoráveis, tais possibilidades jamais serão suficientes para colocar em xeque o funcionamento das empresas multinacionais situadas em setores-chaves da economia; (...) e nem de atuar a partir de uma linha política realmente independente. (...) a dependência economia é que possibilita e explica a dependência política.

Por isso, a autora considera que o dilema dos grupos ou classes políticas dos países dependentes “é que não podem questionar o sistema capitalista mundial sem com isso incorrer em questionar sua própria existência enquanto classe dominante”. E para tal, a autora assegura que os grupos ou classes políticas dos países dependentes se conformam com seu papel de “classes dominantes-dominadas”.

2.6.1 Superexploração do trabalho

Na ótica de Marini (2000, p.159) “a superexploração do trabalho aparece como a condição necessária para o capitalismo mundial”. Desta forma, a superexploração do trabalho se define mais pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade, e tende a expressar-se no fato de que a força de trabalho se remunere por baixo de seu valor real (MARINI, 2000, p.160).

Neste contexto, a produção capitalista ao desenvolver a força produtiva do trabalho, não suprime, mas acentua a maior exploração do trabalhador e se verifica que as combinações de formas de exploração capitalistas se levam a cabo de maneira desigual no conjunto do sistema (MARINI, 2000, p.160). Desta forma, existe uma relação positiva entre o aumento da força produtiva do trabalho e a maior exploração do trabalhador, que

adquire um caráter agudo nas economias dependentes (MARINI, 2000, p.161).

Neste contexto, o desenvolvimento da força produtiva do trabalho numa economia capitalista de produção reduz a quantidade de trabalho incorporado ao produto individual e ao mesmo tempo rebaixa o seu valor, afetando negativamente a trabalho não pago (MARINI; 2000; p.162). O autor considera que a superexploração do trabalho não corresponde a uma sobrevivência dos modos primitivos de acumulação de capital, mas é inerente e cresce correlativamente ao desenvolvimento da força produtiva do trabalho. Por isso, considera que “o capitalismo à medida que se aproxima do “modelo puro” se converte em um sistema econômico cada vez mais menos explorador e conseqüentemente reúnem as condições para solucionar indefinitivamente as contradições internas” (MARINI, 2000, p.163).

Segundo Marini (2000, p.165) “as condições criadas pela superexploração do trabalho na economia dependente tendem a obstruir o trânsito da produção de mais-valia absoluta à de mais-valia relativa, enquanto forma dominante de relações entre o capital e trabalho”. Neste caso, a existência de uma força de trabalho abundante, ou seja, exército industrial de reserva e o estrangulamento interno relativo da capacidade de realização da produção contribuem para a superexploração do trabalho. Para o autor o fundamento da dependência é a superexploração.

Deste modo, as relações de exploração em que se baseia o intercâmbio externo entre os países periféricos e centrais criaram movimento cíclico do que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra face à economia internacional. Afirma ainda que o sacrifício do consumo individual dos trabalhadores em favor da exportação ao mercado mundial deprime os níveis de demanda interna e elege o mercado mundial como única saída para a produção (MARINI, 2000, p. 134-135).

2.6.2 Intercâmbio desigual

A divisão internacional do trabalho determinou e condicionou o desenvolvimento dos países periféricos ao longo das últimas décadas. Pois, a partir da divisão internacional do trabalho se configurou a dependência, vista como “uma relação

de subordinação entre nações formalmente independentes” (MARINI; 2000; p.109).

A inserção dos países dependentes na economia capitalista respondeu às exigências que coloca nos países capitalistas a passagem à produção de mais-valia relativa. Neste âmbito, a mais-valia relativa esteve ligada indissoluvelmente a desvalorização dos bens-salário e não na produtividade do trabalho¹. Entretanto, o resultado do aumento da mais-valia foi à elevação simultânea do valor do capital constante empregado na produção, isto fez com que houvesse uma baixa da cota de lucro.

O aumento da capacidade produtiva do trabalho implica no consumo mais que proporcional de matérias-primas. Na medida em que a maior produtividade é acompanhada efetivamente pela geração de mais-valia relativa, significa que o valor do capital variável em relação ao capital constante possibilita que se eleve a composição-valor do capital (MARINI, 2000, p.117). Neste contexto, o aumento da oferta mundial de alimentos e de matérias-primas é sempre acompanhado pela redução dos preços desses produtos no mercado internacional, relativamente aos preços alcançados pelas manufaturas.

As leis mercantis foram falseadas no plano internacional graças à pressão diplomática e militar por parte das nações industriais. Não é porque se cometeram abusos contra as nações não industriais que estas se tornaram economicamente fracas, é porque eram fracas que se abusou delas. Não é tampouco porque produziram além do devido que sua posição comercial deteriorou-se, mas foi à deterioração comercial que as forçou a produzir em maior escala (Marini; 2000; p. 118).

¹ Maior produtividade se acompanha efetivamente de uma maior mais-valia relativa, isto significaria que baixa o valor do capital variável em relação ao inclui matérias-primas), ou seja, que se eleva a composição-valor do capital. O que apropriada o capitalista não é diretamente a mais-valia produzida, mas a parte desta que lhes corresponde sob a forma de lucro. Como a cota de lucro não pode ser fixada apenas em relação ao capital variável, mas sobre o total do capital avançado no processo de produção (MARINI; 2000, p. 116).

Para Marini (2000, p.119) a medida que o mercado internacional se desenvolve, o uso da violência política e militar para a exploração das “nações fracas se torna supérfluo” e isso leva que a periferia se torne ainda mais dependente relativamente aos centros de acumulação capitalista mundial. A expansão do mercado mundial é a base sobre a qual opera a divisão internacional do trabalho entre nações industriais e não industriais (Marini, 2000, p.119).

Uma nação pode apresentar preços de produção inferiores a seus concorrentes, sem por isso baixar significativamente os preços de mercado que as condições de produção destes contribuem a fixar. Isto se expressa, para a nação favorecida, em um lucro extraordinário, similar ao que constatamos ao examinar de que maneira se apropriam os capitais individuais do fruto da produtividade do trabalho (Marini; 2000, p.120).

As transações entre nações que intercambiam distintos tipos de mercadorias, como manufaturas e matérias-primas o mero fato de que umas produzem bens que as demais não produzem, ou não o que podem fazer com a mesma facilidade, permite as demais eludam a lei do valor. Neste sentido vendem seus produtos a preços superiores ao seu valor, configurando assim um intercâmbio desigual. Isto implica que “as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem” (MARINI, 2000, p.121).

Para Marini (2000, p.122), os países periféricos no âmbito do intercâmbio desigual não buscam corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas, mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio externo por meio de recurso a superexploração do trabalhador.

As similaridades aparentes entre as economias industriais dependentes e as economias industriais desenvolvidas encobrem profundas diferenças, que o

desenvolvimento capitalista acentuaria em lugar de atenuar (MARINI, 2000, p.137).

A indústria é uma atividade subordinada à produção e à exportação de bens primários, que constituíram este sim, o centro vital de acumulação capitalista mundial (MARINI, 2000, p.136). A industrialização nos países dependentes não cria a sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda externa dos países centrais (MARINI, 2000, p.140).

2.7 SÍNTESES DO CAPÍTULO

O presente capítulo apresenta de forma resumida, a revisão das três correntes da Teoria da Dependência, oferecendo um quadro histórico evolutivo. Deste modo, todas as correntes consideram que a inserção tardia das economias periféricas no sistema capitalista mundial coloca-as numa situação de dependência ou subordinação perante os países centrais ou desenvolvidos.

A CEPAL representa a primeira corrente—estruturalista que busca uma interpretação sobre o fenômeno do desenvolvimento dos países de capitalismo tardio. Furtado (2009) reconhece que o subdesenvolvimento é uma fase autônoma não sendo necessariamente uma fase em que os países centrais tenham passado. Tal pressupõe inevitavelmente uma crítica aos modelos de universalização o processo e a forma de desenvolvimento. Para tanto, propõe uma ordenação dos fatores primários no processo desenvolvimento autônomo ou dependente.

Conclui-se que existe uma inversão dos fatores de produção, sendo que nas economias autônomas, o progresso tecnológico é a chave para a acumulação de capital e mudança estrutural do perfil da demanda. Nos países dependentes existe uma inversão da ordenação dos fatores primários, por tratar de países permeáveis ao IDE, ocorre à modificação do perfil da demanda interna seguindo o processo de acumulação ditado pelos países centrais.

No segundo momento apresenta-se a corrente weberiana, através das contribuições de Cardoso e Falleto (1979) que consideram que o desenvolvimento econômico é antes de mais, um processo social. Todas variáveis abstratas consideradas remetem a comportamentos sociais, considerando, por exemplo,

que a renda e emprego no final são reflexos de estruturas sociais da sociedade. Em relação ao papel da tecnologia e do capital financeiro mundial no processo de desenvolvimento dependente, os autores aludem que as pressões políticas no final são os interesses de grupos ou classes que irão definir a forma de desenvolvimento do país periférico. Mesmo assim, os autores consideram que a abertura das economias periféricas ao capital externo constitui uma estratégia-chave para a industrialização e própria sobrevivência das classes dominantes. Na perspectiva analítica dos autores, através da atração das empresas multinacionais é possível desenvolver a periferia e expandir um setor industrial forte que ofereça possibilidades e desenvolvimento de um mercado interno forte. Por outro lado, reconhecem o caráter da marginalização absoluta causada pela expansão das empresas multinacionais nos países dependentes. Os efeitos sociais, como desvio das prioridades de investimento básico para a sociedade é um dos elementos negativos do efeito demonstração que os países dependentes tendem a sofrer com aumento de fluxos de capitais externos.

A corrente marxista representada pelas contribuições teóricas de Bamberger (2015) e Marini (2000) apresenta uma crítica ao sistema de produção capitalista. Bamberger (2015) considera que a inserção tardia das economias dependentes no processo de industrialização não ofereceu alternativas para o desenvolvimento tecnológico nacional e acumulação da poupança interna; em razão disso, esses países mostraram permeáveis ao IDE. Na ótica de Marini (2000) o estudo da dependência deve ser alastrado para o campo da sociologia, que ilustra o caráter multidisciplinar do estudo do paradigma da dependência. Os autores consideram que o mercado mundial é onde se dá a dependência, e para tal seja necessário definir os termos de intercâmbio que operam na divisão internacional do trabalho.

O aumento da produtividade de trabalho nas economias centrais proporcionou a expansão produtiva das empresas multinacionais para as regiões periféricas, em busca da mais-valia relativa. Neste processo, tais empresas buscam explorar a força de trabalho abundante-reserva de força de trabalho através de pagamentos de baixos salários, elevação da composição do valor de capital. Bamberger (2015) crítica o caráter descapitalizador da entrada de capitais externos, que por meio de mecanismos de

remessas de lucros, royalties e serviços técnicos mantem os países periféricos dependentes de IDE que os empobrece.

De modo geral, as três correntes da dependência, apesar de apresentarem elementos divergentes nas perspectivas de análise, querem em termos de estrutura, oferecer uma compreensão teórica abrangente sobre o paradigma da dependência e da expansão do sistema capitalista nas economias periféricas. Enquanto, a primeira e segunda corrente (estruturalista e weberiana) apontam que o sistema capitalista pode provocar expansão e desenvolvimento na periférica, mesmo sob condição associada e subordinada; e, a terceira (marxista) propôs que somente através do processo revolucionário será possível à sociedade periférica se desenvolver de forma autônoma.

**III CAPÍTULO: ECONOMIA DA ÁFRICA SUBSAARIANA
E ÁFRICA AUSTRAL (SADC)**

3. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA ÁFRICA SUBSAARIANA

*Tu não és um país, África,
Tu és uma Ideia,
Conformada em nossos espíritos, cada
qual com o seu,
Para esconder nossos medos, cada qual
com os seus,
Para alimentar nossos sonhos, cada qual
com os seus.
(Davidson Abioseh Nicol)*

Este capítulo oferece um quadro analítico sobre a evolução da economia da região da África Subsaariana e da sub-região da SADC. Desta maneira, a caracterização socioeconômica da região e da sub-região oferece elementos que possibilitam uma compreensão analítica da evolução estrutural da economia Moçambicana. Assim sendo, este capítulo encontra-se subdividido em dois subtemas. No primeiro subtema apresenta-se a caracterização socioeconômica da região da África Subsaariana; e, no segundo os principais indicadores referentes à sub-região da África Austral (SADC).

3.1 Caracterização geográfica da África Subsaariana

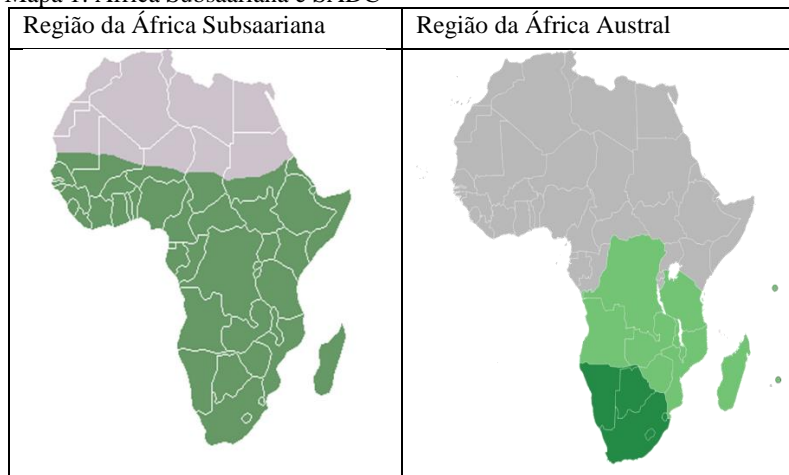
O maior enfoque analítico sobre a região da África Subsaariana decorre do fato de Moçambique localizar-se numa das sub-regiões, a África Austral. A África é um continente maciço, com poucos recortes acentuados, que possui 30 milhões de quilômetros ou 20,3% das terras firmes do planeta. O ponto mais ao Norte (paralelo 37°21'N), o Cabo Bom (Tunísia), até sua extremidade Sul (Cabo das Agulhas, na África do Sul – paralelo 34°52'S) são oito mil quilômetros. Enquanto do ponto extremo

Leste (Cabo Guardafui, na Somália – paralelo $51^{\circ}28'L$) são 7.500 quilômetros (CAMPOS, 2014, p. 9).

O litoral africano possui pouco mais de 27 mil quilômetros de extensão. Por razão da sua história geológica, é retilíneo, com poucas ilhas e recortes (são raras baías, golfos e penínsulas), o que dificulta um pouco o estabelecimento de instalações portuárias naturais. Merecem ser destacados o grande golfo da Guiné (Atlântico), o estreito de Gibraltar (15 km de largura, entre Atlântico e Mediterrâneo), a península da Somália, o Golfo de Áden (Índico) e a Ilha de Madagáscar (CAMPOS, 2014, p. 9).

Por sua vez, o continente africano tem ao Norte e ao Sul, desertos de grande extensão (Saara e Calaári). Ocupando uma única placa tectônica, com uma grande falha a oriente, o continente é dominado por grandes, antigos e desgastados planaltos em boa parte da sua extensão. Dadas as suas características culturais e geográficas, a África pode ser dividida em: África Saariana e Subsaariana (Campos, 2014, p. 9).

Mapa 1: África Subsaariana e SADC



Fonte: www.google.com.br.

Quadro 3.1: Países das Regiões da África

Região da África	Sub-região	Total de Países	Países da Sub-região
África do Norte	África do Norte	05	Marrocos, Tunísia, Argélia, Líbia e Egito.
África Subsaariana	África Ocidental	17	Benim, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo.
	África Oriental	11	Ilhas Comores, Djibuti, Eritreia, Etiópia, Quênia, Somália, Burundi, Sudão, Sudão do Sul, Ruanda e Uganda.
	África Central	08	Chade, Congo-Brazzaville, Camarões, Gabão, Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe, República Centro-Africana, Congo-Kinshasa.
	África Austral	15	Angola, Moçambique , África do Sul, Botswana, Lesoto, Suazilândia, Zimbabué, Malawi, República Democrática do Congo, Ilha de Madagascar, Ilhas Seychelles, Tanzânia, Zâmbia, Namíbia, Ilhas Maurícias.

Fonte: Elaborado pelo autor.

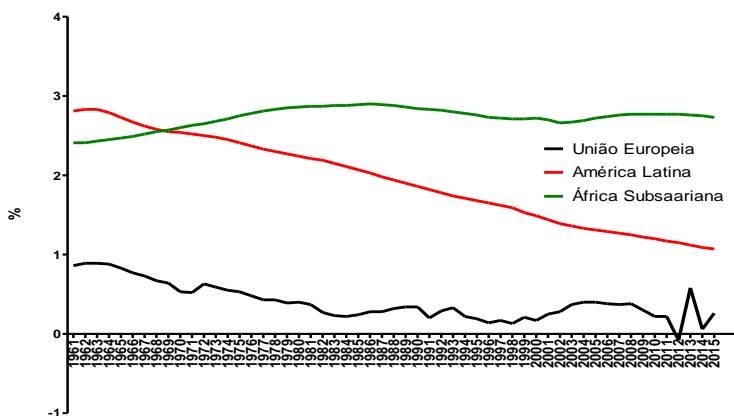
A Organização das Nações Unidas – Departamento de Estatísticas, convencionalmente divide o continente Africano em duas regiões distintas, a África do Norte (Branca) e a África Subsaariana (Negra). A África Subsaariana subdivide-se em quatro sub-regiões geográficas e políticas: África Ocidental, África Oriental, África Central e a África Austral. Neste contexto,

a África Subsaariana tem cinquenta países e África do Norte possui cinco países.

3.2 Características demográfica da África Subsaariana

Segundo os dados do Gráfico 3.1 a África Subsaariana é região que apresentou maior taxa de crescimento anual da população do mundo nas últimas cinco décadas. No período de 1960 e 2015 registrou uma taxa média de crescimento da população de 2,8 % a.a. No início da década de 1960, a África Subsaariana apresentou uma população estimada em 228 milhões de habitantes, e na década de 1970 passou para 291 milhões de habitantes. Posteriormente, a população alcançou para 383 milhões no início da década de 1980; 509 milhões em 1990; 667 milhões em 2000; um bilhão de habitantes, em 2015.

Gráfico 3.1: Taxa de Crescimento da População – União Europeia, América Latina e África Subsaariana (1961-2015)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2015).

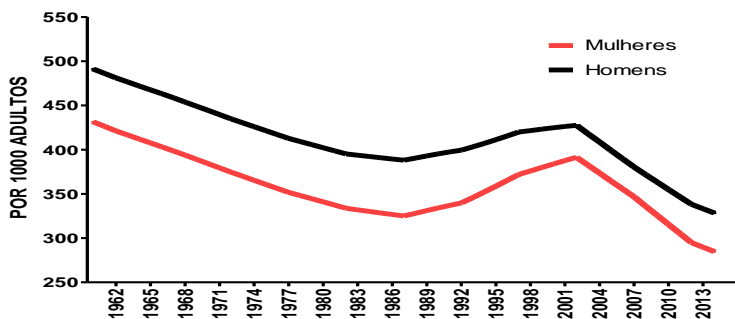
Tabela 3.1: Taxa de fecundidade total e Crescimento da População
(1960-2015)

ANO	Taxa de fecundidade total (filhos/mulher)	Crescimento da População (%)	População Total (milhões)
1960	6,62	2,41	228.268.752
1965	6,66	2,49	257.414.930
1970	6,73	2,63	291.897.883
1975	6,80	2,78	333.222.446
1980	6,76	2,87	383.043.891
1985	6,62	2,90	441.414.277
1990	6,36	2,83	508.616.039
1995	6,05	2,73	583.892.679
2000	5,79	2,70	667.742.098
2005	5,54	2,74	762.476.790
2010	5,24	2,77	873.780.170
2015	4,97	2,73	1.000.980.981

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da Divisão da População da ONU.

De acordo com os dados da Tabela 3.1, a África Subsaariana apresentou no período de 1960–2014, taxa de fecundidade média de 6,54 filhos por mulher. Nos últimos anos (2000– 2014), taxa de fecundidade média baixou para 5,4 filhos por mulheres. Não obstante essa baixa registrada de 1,1 filhos por mulher constata-se que a África Subsaariana possui a maior taxa de fecundidade do mundo.

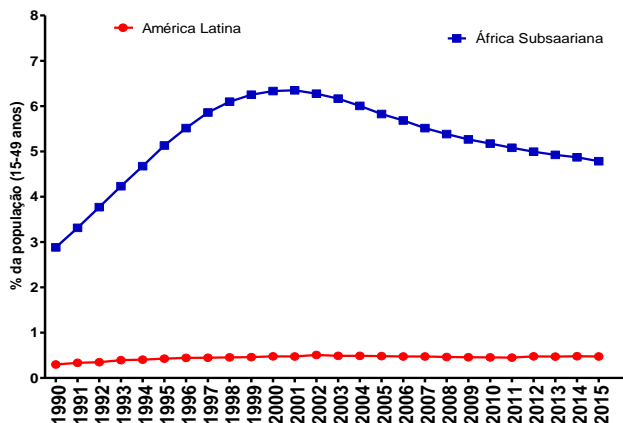
Gráfico 3.2: Taxa de mortalidade – homens e mulheres (1000 habitantes)
– África Subsaariana – (1960-2014)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2013).

No Gráfico 3.2, pode-se notar que nas últimas décadas houve pouco progresso na redução da taxa bruta de mortalidade adulta (ambos os sexos). Dados de 1966 apontam que a taxa bruta de mortalidade nas mulheres era de 403 mortes/1000 habitantes, e a mesma reduziu para 285 mortes/1000 habitantes em 2014. No período de aproximadamente cinco décadas (1966–2014) houve redução de 118 mortes por 1000 habitantes (mulheres). Portanto, no caso da taxa bruta de mortalidade dos homens, em 1966 a mesma era de 463 mortes/1000 habitantes. As tendências dos dados mostram que de 1966 a 2014 houve uma redução média de 135 mortes por cada 1000 habitantes.

Gráfico 3.3: Taxa de prevalência de VIH/SIDA – África Subsaariana e América Latina - (1990-2015)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2015).

O Gráfico 3.3 mostra a evolução dos índices de prevalência de VIH/SIDA na África Subsaariana. A população da África correspondia a 10% da população mundial, em 2015. Com isso, mais de 60% das pessoas portadoras de VIH/SIDA viviam nesta região nesse período. Os dados do Banco Mundial apontam que a taxa média de prevalência de VIH/SIDA, na população da faixa etária entre os 15 e 49 anos de idade foi de 5,3% a.a., no período de 1990 e 2015. Por outro lado, a região da América Latina, registrou período em análise, índice de prevalência de VIH/SIDA baixíssimos, em torno de 0,46% a.a. Em termos médios, no período de 1960 a 2015, a expectativa média registrada foi, de 50 anos de vida (para ambos os sexos). A expectativa de vida das mulheres, período de 1960 a 2015, foi de 51 anos e nos homens foi de 48 anos. Neste sentido, nota-se que ocorreu um aumento de 18 anos na expectativa de vida para ambos os sexos.

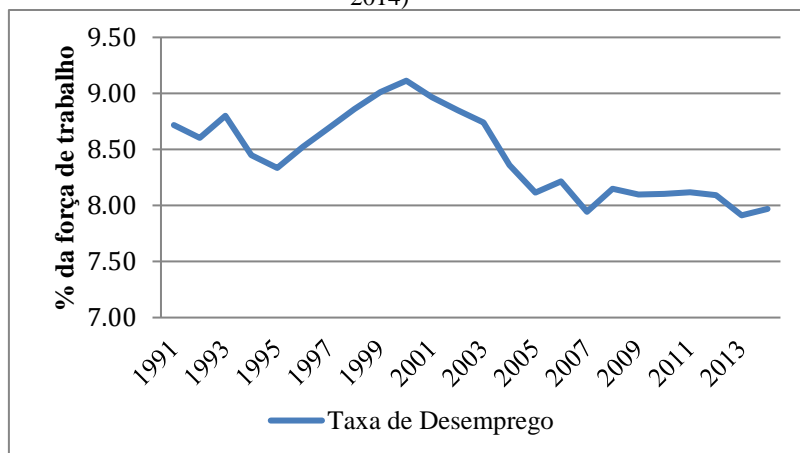
Em 1960, a expectativa média de vida era de 42 anos de vida (mulheres) e 39 anos de vida (homens), em 2014, os dados apontavam que a expectativa passou para 60 anos nas mulheres e em 59 anos para os homens. Apesar de ter havido aumento de 18 anos na expectativa de vida (ambos os sexos), a mesma é muito baixa comparativamente a América Latina e União Europeia. De

conformidade com os dados do Banco Mundial (2015), a União Europeia apresentou expectativa vida média de 78 anos para as mulheres e de 71 anos para os homens, enquanto a América Latina registrou uma média de 70 anos para as mulheres e 64 anos para os homens.

3.3 Principais indicadores sociais da África Subsaariana

A tendência dos dados do gráfico 3.4 mostra que a taxa de desemprego, no período de 1991–2014 na África Subsaariana foi de 8,5% a.a. A taxa média anual de desemprego nas mulheres foi 9,6% e nos homens 7,4% do total da força de trabalho. Observa-se que a taxa de desemprego médio nas mulheres teve uma alta média anual de 2.1%, comparativamente com a dos homens. Nesse ínterim, registrou-se um crescimento médio anual da taxa de desemprego de 1.4 %, no período de 1991–2014.

Gráfico 3.4: Evolução do desemprego na África Subsaariana (1991-2014)

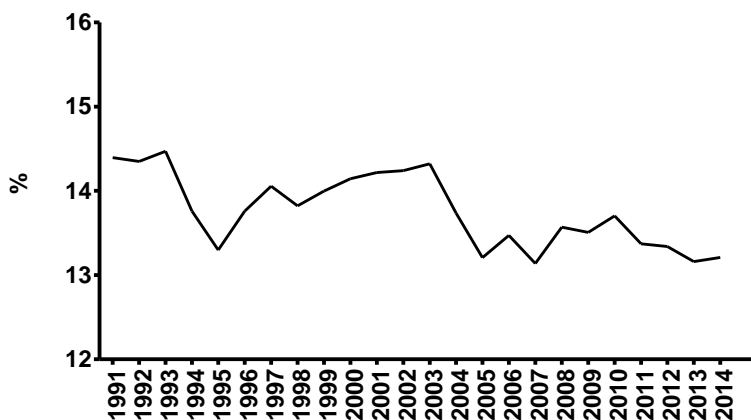


Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2014).

Segundo os dados do Gráfico 3.5, no período entre 1991–2014, a taxa média anual de desemprego jovem na África Subsaariana foi de 8%. Por conseguinte, nas duas últimas décadas, não houve uma variação considerável em termos médios percentuais da taxa de desemprego na faixa etária dos jovens.

Pois, na década de 1990, a taxa de desemprego médio registrado foi de 12% a.a., e na década de 2000 a mesma situou-se em torno de 11,4% a.a. Assinala-se que, neste período, a taxa de desemprego nas mulheres foi maior em comparação com a dos homens. A taxa média anual de desemprego nas mulheres jovens foi de 13,8%; e, para os homens a de 9,6%. Por essa via, aponta-se que houve variação positiva de 1,25% a.a. na redução taxa de desemprego jovem (ambos os sexos), no período de 1990 a 2014.

Gráfico 3.5: Taxa de desemprego Jovens (ambos os sexos) – África Subsaariana – (1991-2014)

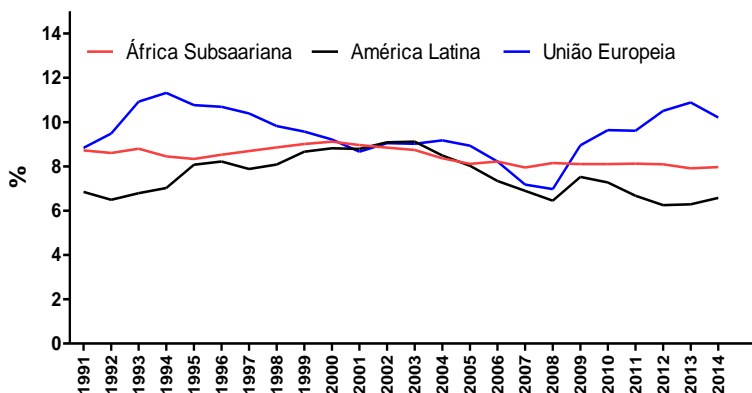


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2014).

Conforme o Gráfico 3.6, a taxa média anual de desemprego na África Subsaariana foi de 8,5%, no período de 1991–2014. A taxa média de desemprego nas mulheres foi de 9,6% a.a. e nos homens 7,4% a.a. do total da força de trabalho. Inclusive igualmente, observa-se que a taxa de desemprego médio nas mulheres teve uma alta média anual de 2,1%, comparativamente com a dos homens. Nesse ínterim, registrou-se aumento médio anual de 1,4% na taxa de desemprego. Segundo a Tabela 3.2 a força de trabalho na África Subsaariana foi de 383 milhões, em 2014. No mesmo período a força de trabalho no mundo foi de três bilhões de pessoas. O total da força de trabalho da África Subsaariana representou 11% da força de trabalho mundial. A região da União Europeia e a América Latina

contribuíram com 7% e 9% da força de trabalho mundial, respetivamente.

Gráfico 3.6: Desemprego na União Europeia, América Latina e África Subsaariana (1961-2015)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2015).

Tabela 3.2: Força de trabalho (milhões) – União Europeia, América Latina e Caribe, África Subsaariana e Mundo – (1990; 1995; 2005; 2010; 2014)

ANO	União Europeia	América Latina e Caribe	África Subsaariana	Mundo
1990	219.454.133	172.559.805	189.778.463	2.337.633.508
1995	222.074.024	202.440.801	220.987.472	2.546.636.617
2000	228.735.414	228.588.298	255.019.610	2.773.182.787
2005	236.543.133	257.467.466	292.934.221	3.020.891.986
2010	243.993.578	285.199.088	339.402.211	3.201.851.469
2014	247.074.464	306.047.485	383.772.769	3.384.193.532

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2017).

Os dados da Tabela 3.3 a despesa média anual com a educação no período de 1998–2013, correspondeu a 17% do orçamento global dos Estados. Portanto, no mesmo período as despesas médias anuais com o setor da educação corresponderam

a 3,7% do PIB dos países da África Subsaariana. Deste modo, nota-se que em termos comparativos existiu um menor investimento na área da educação na África Subsaariana em comparação à União Europeia e América Latina.

Tabela 3.3 Despesa com educação (total % do PIB) – América Latina, África Subsaariana, União Europeia e o Mundo – (1995; 2000; 2005; 2010; e 2013)

Ano	América Latina	África Subsaariana	União Europeia	Mundo
1995	3,56 %	S/d	S/d	S/d
2000	3,82 %	3,25 %	11,33 %	14,54 %
2005	S/d	3,85 %	11,72 %	13,68 %
2010	4,61 %	4,05 %	11,41 %	14,31 %
2013	S/d	3,97 %	11,31 %	14,25 %

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2014)

Posto que, na América Latina, no período considerado, a despesa média com a educação correspondeu a 16% a.a. do orçamento geral dos Estados, enquanto na União Europeia, a média foi de 11,6 % a.a. Os dados da Tabela 3.5 apontam que a América Latina alocou em média anual, 3,9% do PIB para a educação, e a União Europeia em aproximadamente 5%.

Tabela 3.4: Despesas de saúde per capita (US\$) – América Latina África Subsaariana, UE e Mundo – (1995; 2000; 2005; 2010; 2014)

AN O	União Europeia	América Latina	África Subsaariana	Mundo
1995	US\$ 1.650,73	US\$ 239,92	US\$ 40,50	US\$ 461,55
2000	US\$ 1.505,10	US\$ 264,78	US\$ 32,58	US\$ 493,05
2005	US\$ 2.641,70	US\$ 340,82	US\$ 56,86	US\$ 706,81
2010	US\$ 3.340,98	US\$ 639,84	US\$ 88,49	US\$ 948,70
2014	US\$ 3.612,94	US\$ 714,10	US\$ 97,67	US\$ 1.060,99

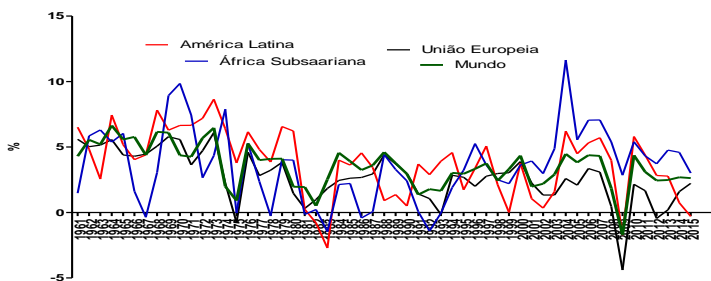
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2014).

A Tabela 3.4 apresenta a comparação dos gastos per capita com a saúde por habitante nas três regiões selecionadas. No período de 1995–2014 o gasto médio per capita com saúde na

África Subsaariana correspondeu a US\$ 54 por habitante. Contanto que, ao longo dos últimos anos aumentou o valor da despesa per capita com saúde. Na África Subsaariana, a despesa per capita com saúde foi de US\$ 97,67, em 2014. Consoante aos dados da mesma tabela depreende-se que na União Europeia o gasto médio per capita com saúde alcançou US\$ 2.568 por habitante e na América Latina US\$ 308 no período de 1995–2014. Mesmo nestas regiões, ao longo dos últimos anos, notou-se um aumento considerável do gasto com saúde per capita, no caso da União Europeia revelaram que em 2014, a despesa por habitante com a saúde era de US\$ 3.612, enquanto a América Latina apresentou gasto médio de US\$ 714. A África Subsaariana e a América Latina apresentaram despesas médias por habitante inferiores à despesa per capital do mundo.

O Gráfico 3.8 mostra que o PIB nominal da África Subsaariana foi US \$1.5 trilhão, em 2015. No período de 1960–2015, o PIB da África Subsaariana apresentou uma variação anual positiva de 0,18%. Em termos comparativos o PIB nominal da América Latina alcançou o valor de US\$ 5,3 trilhões, em 2015, correspondentes à variação positiva de 0,39%. O PIB mundial foi de US\$ 73.9 trilhões, em 2015. A África Subsaariana em 1960 apresentava um PIB nominal de US\$ 26 bilhões, e em 2000 passou para US\$ 367 bilhões, e alcançou em 2015 o valor de US\$ 1.5 trilhão.

Gráfico 3.7: Taxa de Crescimento do PIB (%) América Latina, União Europeia, África Subsaariana e Mundo – (1961-2015)

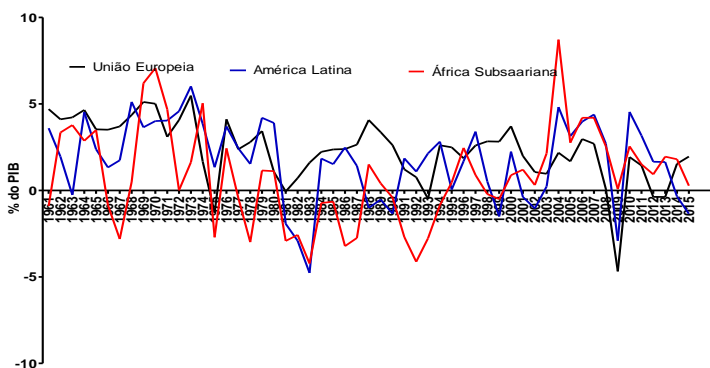


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2015).

Segundo os dados do Gráfico 3.9, no período entre 1960–2015, a África Subsaariana apresentou uma taxa média anual de

crescimento do PIB de 3,6%. No período considerado, a América Latina apresentou uma taxa média de crescimento de 3,7% a.a. e a União Europeia alcançou de 2,7% a.a. Em conformidade com os dados apresentados, conclui-se que a África Subsaariana teve uma taxa de crescimento do PIB médio superior à média mundial (3,5%). A União Europeia registrou uma taxa de crescimento abaixo da média anual. Segundo os apresentados, conclui-se que o PIB da África Subsaariana representou apenas 2% do produto mundial, em 2015, enquanto a União Europeia correspondeu a 22% do PIB e a América Latina representou 11%.

Gráfico 3.8: Crescimento da renda per capita (%) América Latina, União Europeia, África Subsaariana – (1961-2015)

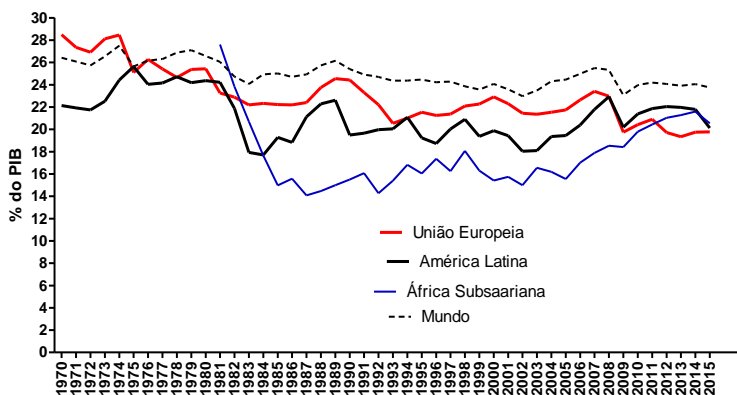


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2015)

Os dados do Gráfico 3.10 mostram o comportamento da renda per capita nas últimas décadas e constatou-se que a mesma apresentou variações (positivas e negativas). O crescimento anual da renda per capita nas décadas de 1960 foi de 2,8%; 1970 em 1,4%; e, de 1980 e 2000, de 2,4%. Contrário, nas décadas de 1980 foi à renda média teve um crescimento negativo (-1,7%); 1990 (-0,5%). Neste período considerado, a renda média anual per capita na União Europeia cresceu 2,3% a.a., no mesmo momento que na América Latina a renda per capita crescia a 1,8% a.a. e a renda média per capita mundial elevou-se em 1,9%. Por conseguinte, a renda média anual da América Latina e a África Subsaariana cresceram abaixo da média mundial. Segundo os dados do Banco Mundial (2015), a renda média per capita da

África Subsaariana foi de US\$ 627. Enquanto, a América Latina no período de 1982-2015 alcançou renda média per capita de US\$ 4.785. A União Europeia a renda média per capita de alcançou US\$ 14.439. Dado que a renda média mundial foi de US\$ 4.131 e conclui-se que a renda per capita da África Subsaariana figurou como a mais baixa do mundo, neste período em análise.

Gráfico 3.9: Formação Bruta de Capital (%) América Latina, União Europeia, África Subsaariana e Mundo – (1970-2015)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2015).

Conforme a Gráfico 3.11, a taxa de formação bruta de capital nas últimas décadas (1970–2010) foi de 17,63% a.a. na África Subsaariana. No entanto, quando feita à comparação das taxas de formação bruta de capital de cada década, verifica-se que década de 1980 a taxa foi de 18% a.a.; na década de 1990 alcançou 16,2% a.a.; e, na década de 2000 passou para 16,8% a.a. Com base no comportamento conclui-se que houve uma redução da taxa de formação bruta de capital em 1,92% a.a. na década de 1990, e, por conseguinte na década de 2000 registrou-se um crescimento em 0,5% a.a.

No período de 1970–2015, a taxa média anual de formação bruta de capital na América Latina foi de 21%, ao passo que, na União Europeia foi de 23% a.a. e a taxa média mundial registrada foi de 25% a.a. Quando se faz a relação entre as taxas de formação bruta de capital com a de crescimento do PIB nota-se que o investimento não é principal motor de crescimento

econômico da África Subsaariana. Desta maneira, na América Latina e na União Europeia o crescimento PIB foi acompanhado também por tendência de aumento da acumulação de capital. Sob este ponto de vista o processo de acumulação de capital tem papel impulsionador no crescimento econômico.

Analisando a Tabela 3.5, observa-se que taxa de crescimento da população da África Subsaariana cresceu em média 2,7% a.a. e o PIB em torno de 3,5% a.a. Nas regiões em que o crescimento do PIB foi superior ao da população nota-se um efeito positivo na evolução do produto per capita. No quadro abaixo se pode notar que quase todas as regiões apresentaram tendência de crescimento do PIB e redução da taxa de crescimento da população, fator este que propicia aumento do produto per capita.

Tabela 3.5: Taxas médias de crescimento do PIB, População, renda per capita e poupança interna – África Subsaariana, América Latina, União Europeia, Europa e Ásia Central, Ásia Oriental e Pacífico - (1961-2015)

Região	Taxa de Crescimento do PIB	Taxa de Crescimento da População	Taxa de Formação Bruta de Capital	Taxa de Crescimento da renda per capita	Taxa de Poupança Interna
África Subsaariana	3,5%	3%	15,5%	0,9%	17%
América Latina	4,0%	2%	16,0%	2%	19%
União Europeia	3%	0,4%	16 %	3%	22%
Europa e Ásia Central	2%	0,6%	16%	2%	23%
Ásia Oriental e Pacífico	5%	2%	21%	4%	35%

Fonte: Adaptado de Piketty (2015) e com os dados do Banco Mundial (2015).

No período considerado, a taxa de poupança interna na África Subsaariana foi de 16% a.a. No entanto na América Latina a taxa de poupança interna registrada foi de 19,06% a.a., enquanto na União Europeia a poupança interna atingiu média de 22,3% a.a. Com base no comportamento das taxas de crescimento

da poupança interna e renda per capital nota-se que existe na África Subsaariana baixa capacidade de poupança das famílias. Assim sendo, nos anos considerados notou-se que foi construído um círculo vicioso que limita a capacidade da África Subsaariana financiar o seu próprio desenvolvimento econômico.

3.4 Dinâmica Setorial da Estrutura Produtiva

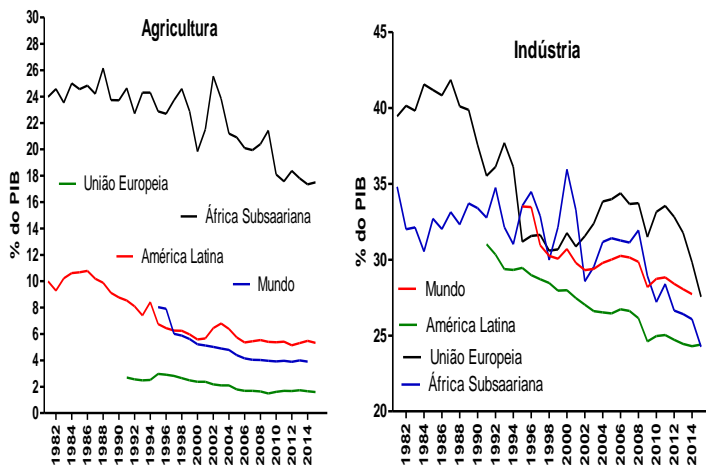
As transformações na estrutura produtiva constituem elemento central no âmbito do processo de desenvolvimento. Nas últimas cinco décadas (1980–2015), a África Subsaariana não fugiu muito ao padrão de transformação produtiva ocorrida na economia mundial. A participação média do setor primário na formação do PIB no período considerado foi de 22% a.a. Desde a década de 1990 verificou-se a tendência de redução da participação da agricultura na estrutura global da produção, principalmente no início da década de 1990 e, por conseguinte aumento da participação do setor terciário.

Diante da redução da participação da agricultura na formação do PIB, na década de 1990, o setor primário contribuiu em 5% a.a. Ademais, a participação média do setor primário na formação do PIB da América Latina e da União Europeia foi de 9% a.a. e 2% a.a., respectivamente, na década de 1990. Portanto na década de 2000 a agricultura foi contribuiu em 22% a.a. na formação do PIB. Enquanto isso, a América Latina registrou redução da participação do setor primário para 6% a.a. e para a União Europeia foi de 2% a.a. Este declínio da participação da agricultura no PIB correspondeu ao padrão de desenvolvimento das economias do mundo. A mudança na estrutura produtiva possibilita a transferência de recursos da agricultura para setores com elevada dinâmica de acumulação de capital e transformação tecnológica.

Os setores secundário e terciário apresentaram uma dinâmica de expansão forte nas duas décadas (1990–2015) em todas as economias do mundo, o que sinalizou uma mudança na estrutura produtiva mundial. No período de 1980–2015, a indústria teve uma participação média mundial de 30% a.a. De acordo com o Gráfico 3.11, a América Latina apresentou maior participação média da indústria na estrutura global produtiva, tendo alcançado 35% a.a. No mesmo período em análise, a África

Subsaariana e a União Europeia valor adicional bruto da indústria no PIB, em média foi 31% a.a. e 27% a.a. respetivamente.

Gráfico 3.10: Agricultura e Indústria no PIB - América Latina, União Europeia, África Subsaariana e Mundo – (1981-2015)

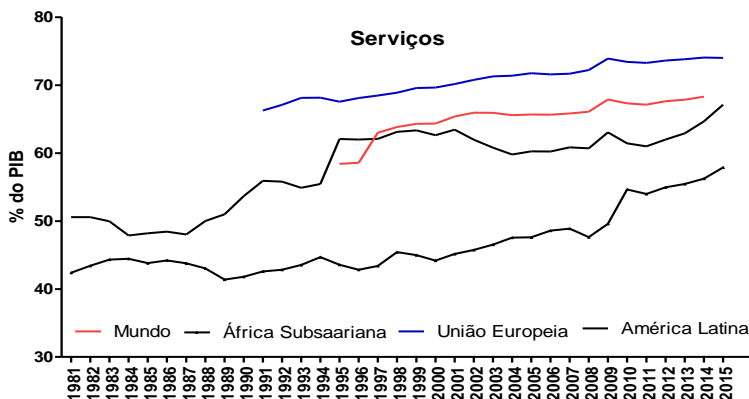


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2015).

Na década de 2000, registrou-se uma tendência de redução da participação da indústria na estrutura produtiva mundial. De conformidade com os dados do Banco Mundial (2015), globalmente houve declínio da participação da indústria em 2% a.a. em nível global. Portanto, nesse período a União Europeia apresentou redução média de 3% a.a. da participação da indústria; na África Subsaariana uma redução média foi de 1,4% a.a.; e por fim na América Latina a diminuição média foi de 1% a.a. Neste período, a participação da indústria na União Europeia foi de 27% a.a., na América Latina em 32% a.a. e 31% a.a. na África Subsaariana. Em termos mundiais, a indústria contribuiu em média com 29% a.a.

No Gráfico 3.12 observa-se que no período de 1983–2015, a contribuição média do setor terciário na formação do PIB da África Subsaariana foi de 46% a.a., enquanto na América Latina esteve em 55% a.a. e na União Europeia em aproximadamente 71% a.a. Na década 1990, o setor terciário ao nível mundial contribuiu em média de 62% a.a. para o PIB mundial.

Gráfico 3.11: Serviços no PIB (%) América Latina, União Europeia, África Subsaariana e Mundo – (1981-2015)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2015).

O setor de serviços registrou uma participação média anual de 44% do PIB da África Subsaariana, ao mesmo tempo, a América Latina alcançou média anual de participação deste setor de 58% e a União Europeia, de 68%. O setor de serviços constituiu dentre os segmentos econômicos o que mais cresceu a sua participação no PIB, nas últimas décadas. Em razão disso, na década de 2000, a participação média do setor de serviços na economia mundial foi de 66%. Neste período considerado na África Subsaariana, a média anual da participação do setor terciário foi de 47%; e, na América Latina e na União Europeia, a média foi de 61% e 71%, respetivamente.

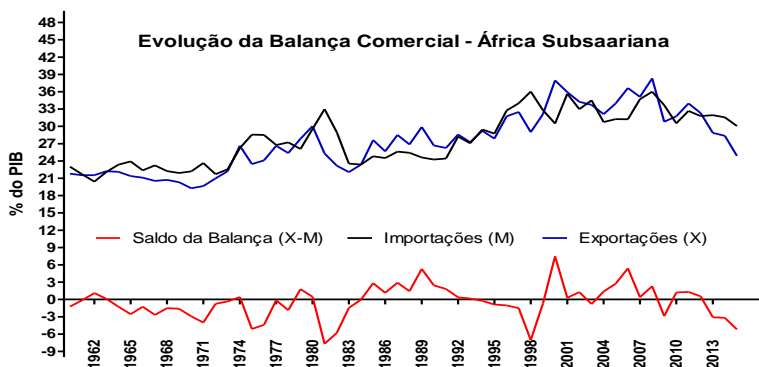
3.5 Dinâmica do Comércio Externo Moçambicano

A dinâmica das economias no comércio externo constitui resultado das transformações estruturais ocorridas na capacidade produtiva interna. Deste modo, o comportamento das taxas de exportações e importações sinalizam as modificações na estrutura produtiva que vem ocorrendo ao longo do tempo. O crescimento das exportações e o progressivo estreitamento do hiato em

relação às importações resultaram da transformação da estrutura das exportações e da substituição dos produtos primários por produtos dos setores secundário e terciário.

No entanto, na África Subsaariana o crescimento das exportações e das importações não seguiu o padrão tipo de modificações estruturais no processo de desenvolvimento. Entretanto, tomando por base o comportamento das exportações e importações constante no Gráfico 3.13, nota-se que no período entre 1960–2015, as exportações corresponderam à média anual de 27,36%; e, por sua vez, as importações registraram à média anual de 27,8%. De modo geral, considera-se que se registrou um déficit percentual médio anual no saldo da balança comercial de 0,48% nas últimas cinco décadas.

Gráfico 3.12: Exportações e Importações, Saldo da Balança Comercial (% do PIB) África Subsaariana – (1960-2015).

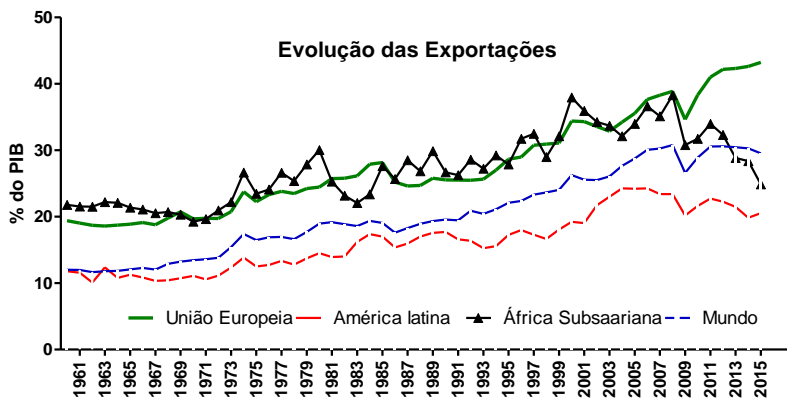


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2015)

Tomando como base o comportamento dos indicadores macroeconômicos do Gráfico 3.14, observa-se que período de 1960–2015, a África Subsaariana registrou períodos de déficit e de superávit no saldo da balança comercial. Durante cerca de cinco décadas a África Subsaariana acumulou déficits no saldo da balança comercial, a saber: na década de 1960 teve déficit médio anual de 1,1% do PIB; na década de 1970 apresentou déficit médio anual de 1,7%; na década de 1980 alcançou déficit médio anual de 0,09%; e por fim na década de 1990 registrou um déficit médio anual de 0,7%. Na década de 2000, a África Subsaariana

alcançou um superávit médio anual no saldo da balança comercial de 1,8%. No primeiro quinquênio da década de 2010 (2010-2015), a África Subsaariana apresentou déficit médio anual de 1,4%.

Gráfico 3.13: Exportações (% do PIB), União Europeia, América Latina, África Subsaariana e Mundo – (1960-2015)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2015)

No período entre 1960–2015 as exportações médias anuais da América Latina corresponderam a 16 % do PIB, enquanto na União Europeia a média foi de 28%. No mesmo período, a média anual das exportações mundiais representaram 20% do PIB Mundial. Os dados do Gráfico 3.14 mostram que na década de 1960 a taxa média anual das exportações mundial foi 12 %. Portanto, na África Subsaariana as exportações médias representaram 21 % do PIB, e na América latina e União Europeia foram de 11 % e de 19 %, respetivamente.

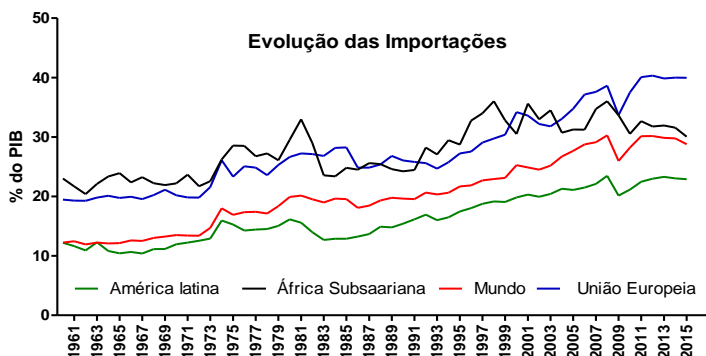
Durante as últimas cinco décadas (1960–2015), as exportações do mundo aumentaram em média de 16%. No que tange a variação percentual das exportações por região, a União Europeia registrou o maior aumento das exportações no total percentual do PIB, tendo obtido 16,3%, seguida pela África Subsaariana que aumentou das exportações na ordem de 14% a.a., e a América Latina registrou aumento de 11% a.a. No Gráfico 3.14, também se constatou que em 2015 as exportações mundiais corresponderam a 28% do PIB; e, a África Subsaariana

alcançou 35%; América Latina conseguiu 22% e a União Europeia a 35%.

O Gráfico 3.15 apresenta a evolução percentual das importações nas últimas cinco décadas. As importações médias anuais mundiais, no período de 1960–2015 alcançaram 20% do PIB. No período selecionado a América Latina apresentou importações médias de 16%, todavia a União Europeia e a África Subsaariana registraram importações médias de 28% a.a. e 29% a.a., respetivamente. Nas últimas cinco décadas (1960–2015), constatou-se que em termos reais houve aumento em 17% das importações mundiais. Entretanto, no mesmo período em análise a União Europeia apresentou maior aumento relativo das importações no total do PIB, 21%; a América Latina de 11 %; e, a África Subsaariana, 7%.

Analisando o comportamento dos saldos da balança comercial nota-se que no período de 1960-2015, a balança comercial mundial apresentou um superávit médio de 0,12% do PIB. No período selecionado, a África Subsaariana registrou déficit médio na balança comercial de 0,48% do PIB. A União Europeia e a América Latina registaram no mesmo período, superávit médio de 0,08% e 0,04% do PIB, respetivamente.

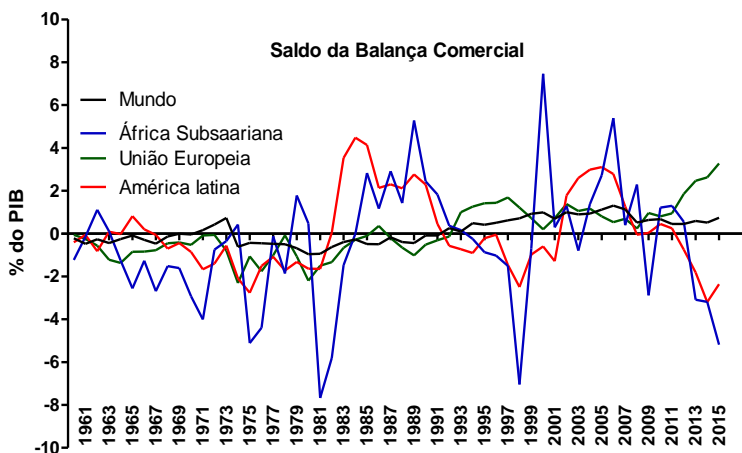
Gráfico 3.14: Importações (% do PIB), União Europeia, América Latina, África Subsaariana e Mundo – (1960-2015)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2015).

Na década de 1960, a África Subsaariana registrou déficit médio de 1,10% do PIB, enquanto a América Latina e a União Europeia apresentaram déficits médios anuais no saldo da balança comercial de 0,14 % e 0,68% do PIB, respetivamente. Na década de 1970 a África Subsaariana registrou aumento médio anual de 0,66% do déficit comercial. Nesta década de 1960, o valor percentual do déficit comercial na África Subsaariana foi de 1,7% do PIB. Os dados do Gráfico 3.16 mostram que a América Latina apresentou um déficit de 1,5%, representando um aumento médio de 1,4% a.a., comparativamente a situação da década de 1960. A União Europeia teve déficit médio anual de 0,88% do PIB, que representou aumento médio anual de 0,20% em comparação a década de 1960. De acordo com o comportamento do saldo da balança comercial, a década de 1980 foi o período em que se verificou uma diminuição dos níveis de déficits em todas as regiões seleccionadas. A África Subsaariana apresentou redução do saldo médio deficitário em 1,7% do PIB, e apresentou saldo médio anual do déficit da balança comercial de 0,09%, ao longo da década de 1980.

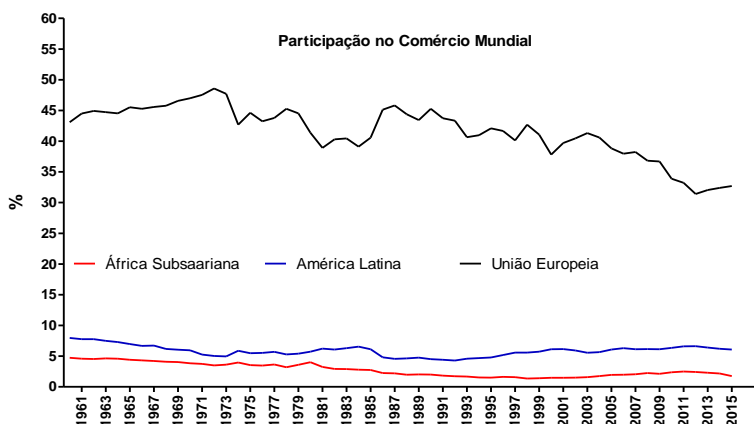
Gráfico 3. 15 Balança Comercial (%), União Europeia, América Latina, África Subsaariana e Mundo – (1960-2015)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2015).

Desta forma, ao longo da década de 1990 a União Europeia registrou saldo positivo na balança comercial. Obteve um superávit comercial de 0,77% do PIB, na década de 1990. Na década de 2000, todas as regiões selecionadas apresentaram superávits no saldo da balança comercial. A África Subsaariana teve médio anual de superávit de 1,8% do PIB, enquanto que a América Latina apresentou saldo médio anual superavitário de 1,3% do PIB. Não obstante o fato da América Latina e a África Subsaariana terem obtido aumento médio anual no saldo da balança comercial em 1,7% e 2,4%, respectivamente, a União Europeia apresentou um saldo menor a, o saldo de 0,77% do PIB, conforme o Gráfico 3.17.

Gráfico 3.16: Comércio Mundial (% do PIB) – União Europeia América Latina e África Subsaariana – (1960-2015)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2015)

A participação da África Subsaariana no comércio mundial foi composta de produtos primários de valor agregado. Segundo os dados da Tabela 3.6, no período de 1960–2015, o montante médio anual das exportações da África Subsaariana foi de US\$ 108 bilhões. Este montante correspondeu à participação média anual da África Subsaariana no comércio externo de 2% no comércio mundial. A África Subsaariana teve uma participação média muito menor no comércio mundial quando comparado com a América Latina e União Europeia.

Tabela 3.6: Exportações Líquidas (bilhões de US\$) – União Europeia América Latina e África Subsaariana – (1960; 1965; 1970; 1975; 1980; 1985; 1990; 1995; 2000; 2005; 2010; 2015)

Ano	União Europeia	América Latina	África Subsaariana
	Valor Nominal	Valor Nominal	Valor Nominal
1960	54	10	6
1965	83	13	8
1970	144	18	12
1975	380	47	30
1980	822	114	80
1985	772	117	52
1990	1.583	158	70
1995	2.192	249	79
2000	2.459	398	97
2005	4.082	640	204
2010	5.184	973	364
2015	5.387	1.003	290

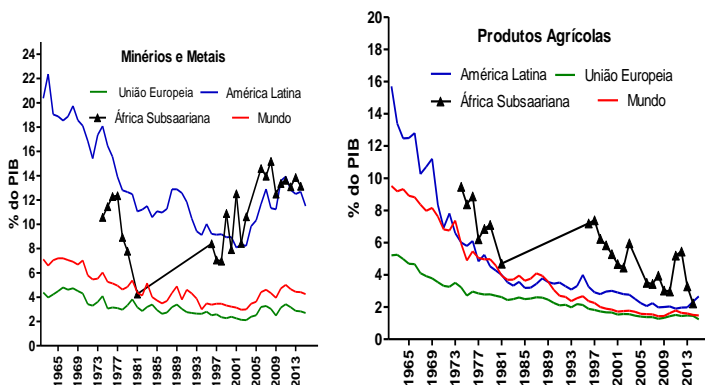
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2015)

A América Latina alcançou uma participação média anual de 6% no comércio mundial, enquanto a União Europeia foi responsável por 37% das exportações mundiais. O valor médio anual das exportações da América Latina foi de US\$ 304 bilhões, enquanto a União Europeia apresentou um valor médio anual de US\$ 1.9 trilhão. Conforme os dados da Tabela 3.8, na década de 2000 registrou o maior aumento do valor de exportações das últimas cinco décadas da África Subsaariana. O aumento do valor das exportações foi ocasionado pelo aumento dos preços das commodities no mercado internacional.

De acordo com os dados do Gráfico 3.18, no período de 1960–2015, a participação média anual da agricultura na África Subsaariana foi de 5,5% do PIB. Deste modo, o valor adicionado da agricultura na África Subsaariana esteve acima da participação média mundial, que foi de 4,1% no período em referência. Por outro lado, na América Latina a agricultura registrou participação média anual de 4,9% do PIB. No mesmo período em análise, na União Europeia a agricultura teve uma participação média de

2,7%. Assim, observa-se que na África Subsaariana o setor primário teve maior contribuição no PIB, comparativamente às outras regiões. Segundo os dados do Gráfico 3.18 constata-se que os metais, minerais e minérios contribuíram em média com 11% do PIB. Com isso, assinalar que as exportações de minérios e metais na África Subsaariana estiveram acima da média mundial (4,7%).

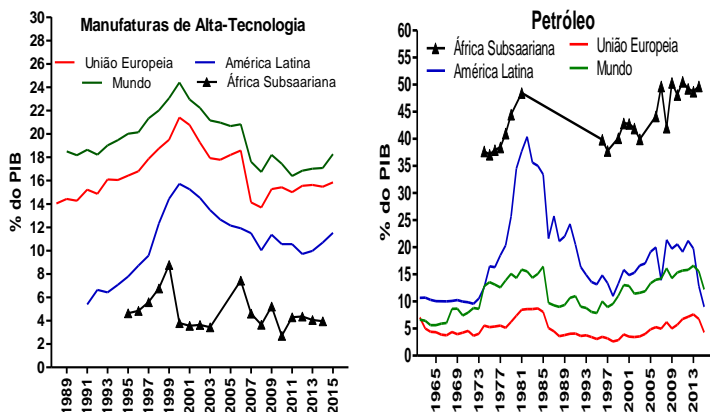
Gráfico 3.17: Produtos de Exportação: Agricultura, Minérios e Metais (% do PIB) – União Europeia, América Latina e África Subsaariana, Mundo – (1960-2015)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2015)

As exportações de metais e minérios na América Latina contribuíram em 13 % e a União Europeia, 3,2% do PIB. A princípio, as regiões da África Subsaariana e a América Latina apresentaram uma pauta de exportação substanciada totalmente em produtos primários que serviram para alimentar indústrias dos países desenvolvidos.

Gráfico 3.18: Produtos de Exportação: Manufaturas de alta tecnologia e Combustíveis (% do PIB) – União Europeia, América Latina e África Subsaariana, Mundo – (1960-2015)



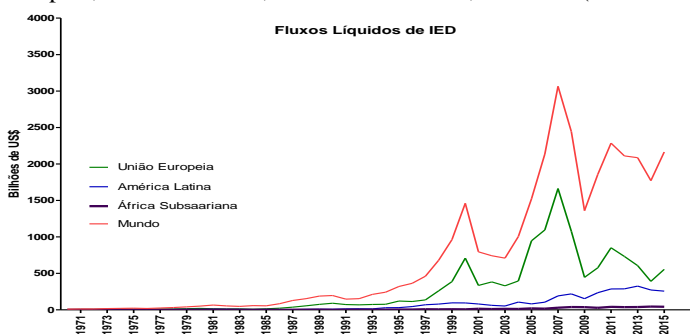
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2015).

O Gráfico 3.19 mostra a evolução das exportações do petróleo na África Subsaariana. Deste modo, a contribuição média anual pauta de exportação do petróleo representou 44% do PIB da África Subsaariana, no período de 1962–2015. No período em consideração, a média anual da exportação mundial de petróleo correspondeu a 11,4% a.a. Por seu turno, na América Latina, o petróleo contribuiu em média com 18,1% das exportações do setor. Em suma, na África Subsaariana e América Latina, o petróleo teve uma contribuição média nas exportações superior à média mundial do setor.

No entanto, contrariamente à dinâmica das exportações notada no setor primário, as exportações de produtos manufaturados dos setores secundário e terciário, a América Latina e a África Subsaariana apresentaram um crescimento abaixo da média mundial (19,5%). Com base em dados do Banco Mundial, notou-se que entre 1988 e 2015, produtos manufaturados contribuíram em termos médios anuais em 4,7% do PIB da África Subsaariana. De referir que, a participação média de manufaturas de alta-tecnologia nas exportações mundiais foi de 19,5%. Portanto, a América Latina apresentou uma participação média de 10,8% a.a. nas exportações de

produtos manufaturados e a União Europeia, por sua vez, registrou uma média de 16,6%. Em síntese, nas três regiões selecionadas (União Europeia, América Latina e África Subsaariana) as exportações de produtos manufaturados não superaram à média mundial.

Gráfico 3.19: Fluxo Líquido de IDE (preços correntes US\$) – União Europeia, América Latina, África Subsaariana, Mundo – (1970-2015)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2015)

Tabela 3.7: Fluxo Líquido de IDE (bilhões US\$ - preços correntes) – União Europeia, América Latina, África Subsaariana e Mundo – (2004-2015).

Região	União Europeia		América Latina		África Subsaariana		Mundo
Ano	Fluxo Líquido	% no IDE Mundial	Fluxo Líquido	% no IDE Mundial	Fluxo Líquido	% no IDE Mundial	Fluxo Líquido
2004	395	39%	106	11%	12	1%	1.004
2005	946	62%	81	5%	19	1%	1.522
2006	1.095	51%	104	5%	16	1%	2.136
2007	1.663	54%	190	6%	30	1%	3.065
2008	1.077	44%	218.	9%	39%	2%	2.443
2009	445	33%	153	11%	37%	3%	1.360
2010	577	31%	236	13%	28%	2%	1.858
2011	851	37%	285	13%	41%	2%	2.285
2012	733	35%	288	14%	37%	2%	2.110
2013	606	29%	326	16%	38%	2%	2.086
2014	392	22%	272	15%	44%	3%	1.771
2015	555	26%	256	12%	42%	2%	2.164

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2015).

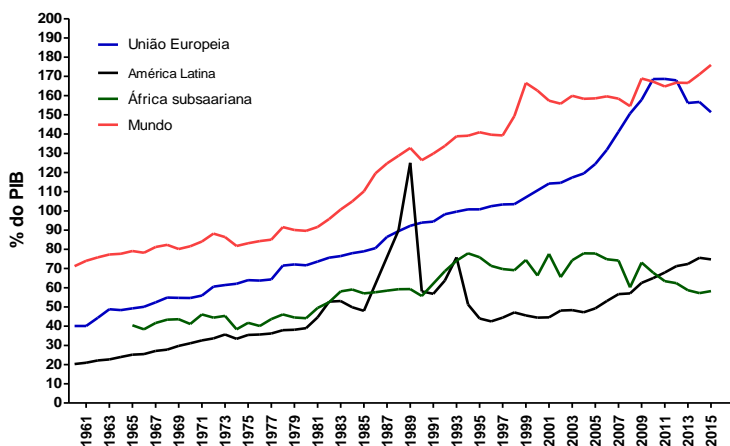
De acordo com o Gráfico 3.20, no período de 1970-2015, os fluxos líquidos de IDE que se direcionaram para a África Subsaariana, com respeito ao PIB foram em média de dois pontos percentuais. Entretanto, o estoque acumulado de capital externo, em termos líquidos de IDE atingiu US\$ 497 bilhões, no período considerado. Nestes termos, houve entrada média anual de IDE no valor de US\$ 10.8 bilhões. A África Subsaariana não foi a principal região receptora de fluxo de IDE no mundo. De acordo com dados do Banco Mundial, a União Europeia atraiu uma média de 40% a.a. de IDE e na América Latina, foi na média de 10% a.a. do fluxo mundial de IDE.

Os dados da Tabela 3.7 mostram que o estoque acumulado, em termos líquidos de IDE na União Europeia foi de US\$ 12.8 trilhões. O valor líquido acumulado de IDE na União Europeia representou entrada média anual de US\$ 278 bilhões. No período selecionado, o estoque acumulado de IDE na América Latina foi

de US\$ 3.3 trilhões, o que representou uma entrada líquida média anual de IDE no valor de US\$ 72 bilhões.

A leitura dos valores sobre o Fluxo Líquido de IDE permite afirmar que a partir de 2004, registrou-se um aumento no fluxo de IDE no mundo. Neste contexto, a União Europeia no ano 2005 recebeu em torno de US\$ 1 trilhão em IDE (62% do fluxo mundial). No entanto, A crise financeira e econômica internacional de 2007/2008 provocou uma severa retração de IDE nos países desenvolvidos, em especial na União Europeia, fato que contribuiu para uma redução média anual de 2% no fluxo de entrada de IDE. Em contrapartida, a América Latina registrou aumento médio anual de 0,5% no fluxo de entrada de IDE.

Gráfico 3.20: Crédito doméstico fornecido pelo sistema financeiro (% do PIB) - União Europeia, América Latina, África Subsaariana e Mundo – (1960-2015)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2015).

Os dados do Gráfico 3.21 mostram que a evolução do crédito doméstico fornecido pelo sistema financeiro em relação ao PIB, durante o período entre 1960 a 2015. Em termos gerais, nota-se uma expansão do crédito em todas as economias. A média anual de crédito doméstico fornecido pelo sistema financeiro em relação ao PIB na África Subsaariana foi de 58% a.a. No período selecionado, a média anual de crédito doméstico

fornecido pelos bancos na América Latina foi de 47%, enquanto na União Europeia a média registrada foi de 92%.

Na década de 1960, a média anual de crédito fornecido pelo sistema financeiro na África Subsaariana, foi de 41,5% do PIB. A América Latina, em termos médios anuais, tinha 25% do crédito doméstico sendo fornecida pelo sistema financeiro, em contrapartida a União Europeia alcançou média de 48%. Na década de 1970, os bancos continuaram tendo papel crescente no fornecimento do crédito doméstico. Na África Subsaariana, registrou-se um aumento médio anual de 1,6% (comparativamente à década de 1960) e o volume total de crédito doméstico fornecido pelos bancos representaram em média 43% do PIB.

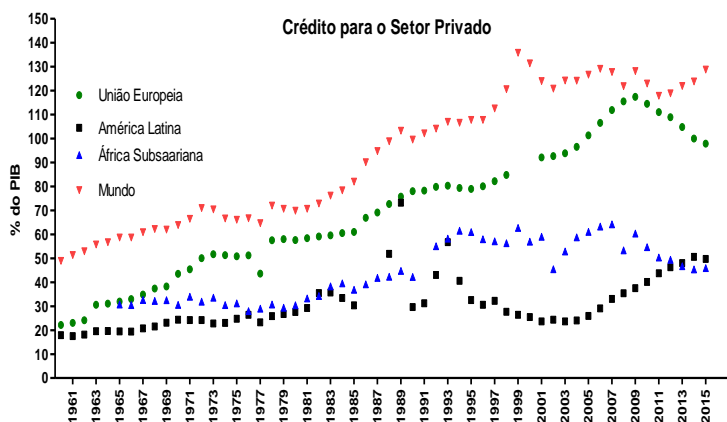
No entanto, na América Latina e na União Europeia observaram-se aumento médio anual no estoque de crédito doméstico fornecido pelo setor financeiro de 10,4% e de 14,7%, respetivamente. Assim sendo, na década de 1970, na América Latina, cerca de 40% do crédito era provido pelo sistema financeiro e na União Europeia representou 63,04% do PIB.

Observando os dados do Gráfico 3.21 nota-se que na década de 1980, a América Latina registrou um aumento de 28%, no volume total de crédito doméstico fornecido pelos bancos. Em termos médios anuais, o crédito doméstico fornecido pelos bancos na América Latina, representou 62% do PIB. Em contrapartida, na África Subsaariana houve um aumento médio do volume de crédito doméstico em 12,3% e a taxa anual passou para 56%. A União Europeia manteve a tendência de financeirização da economia, e na década de 1980, registrou aumento de 17,3%, em comparação com a década de 1970. Nesta década de 1980, a União Europeia apresentou em média, 80,3% do crédito sendo fornecido pelo sistema financeiro.

Na década de 1990, notou-se que a América Latina registrou uma redução do crédito doméstico fornecido pelo setor financeiro em 9,8% (comparativamente à década de 1980). Enquanto, na África Subsaariana e na União Europeia ocorreu um aumento médio anual de 15% e 19%, respetivamente. Neste contexto, África Subsaariana passou a ter 71% do crédito doméstico sendo fornecido pelo sistema financeiro e a União Europeia, por sua vez, alcançou uma média anual de 99,7% do PIB.

Na década de 2000, a América Latina registrou redução de 1,8% e o sistema financeiro passou a fornecer em média, 51% do crédito doméstico. No período entre 2000 a 2010, o crédito doméstico fornecido pelo sistema financeiro na África Subsaariana e União Europeia, foi de 72% e de 127%, respetivamente.

Gráfico 3.21: Crédito doméstico para o setor privado (% do PIB) - União Europeia, América Latina, África Subsaariana e Mundo – (1960-2015)



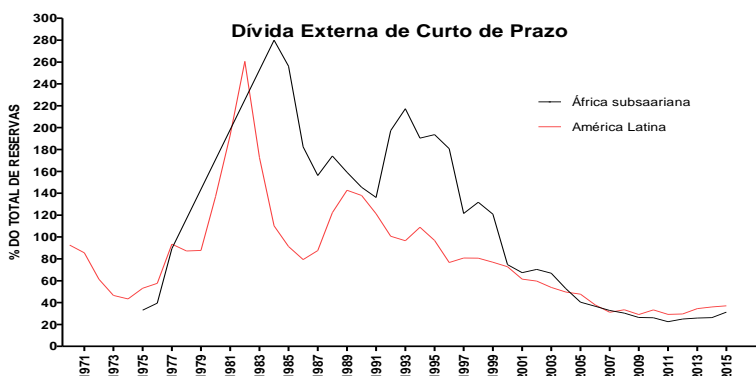
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2015)

De acordo com os dados apresentados no Gráfico 3.22 se observam que nas últimas cinco décadas (1960–2015), a representatividade do crédito doméstico concedido para o setor privado correspondeu a 44,6% do PIB da África Subsaariana. Assim sendo, na América Latina, o crédito doméstico para o setor privado representou 31% do PIB médio, e na União Europeia, o volume de crédito doméstico passou para uma média anual de 69% do PIB. Com efeito, na década de 1960, a representatividade média de crédito doméstico para o setor privado na África Subsaariana reduziu para a 32% do PIB. No entanto, na União Europeia, no mesmo período, o crédito doméstico concedido ao setor privado passou a representar 30,6% do PIB e na América Latina, foi de 19,7% do PIB.

Na década de 1970, houve maior expansão do crédito para as atividades do setor privado na América Latina e na União Europeia e retração de crédito doméstico na África Subsaariana. Na África Subsaariana, o crédito doméstico para o setor privado representou 31%, uma redução média de 0,87%, em comparação com a década de 1960. Por conseguinte, a América Latina registrou aumento médio de crédito doméstico em 4,8%, e tal fato, contribuiu para que a região apresentasse uma taxa média de crescimento do crédito doméstico para o setor privado, de 24,6%.

Por outro lado, a União Europeia registrou uma expansão anual média de 19,7%, de tal modo que, o crédito para o setor privado representou 50,3% do PIB, na década de 1970. Nas décadas de 1980, 1990 e 2000, notou-se uma tendência de aumento do valor percentual do PIB destinado para o crédito doméstico para o setor privado na África Subsaariana e na União Europeia, na média, de 19%, e 39%, respetivamente. Do lado contrário, a América Latina apresentou redução média de 11,4% a.a. do crédito doméstico para o setor privado/PIB.

Gráfico 3.22: Dívida de Curto Prazo (% do total de reservas) - África Subsaariana e América Latina - (1970-2015)



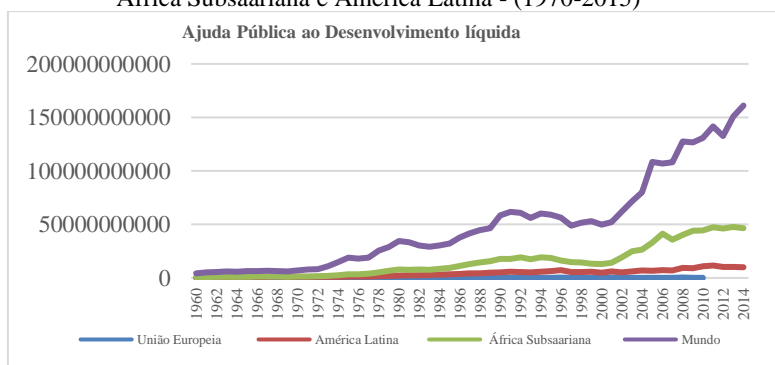
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2015).

Segundo os dados do Gráfico 3.23, no período de 1970 a 2015, a dívida média de curto prazo na África Subsaariana representava 104,62% das reservas líquidas internacionais. Nas décadas de 1970-1980, em consequência da crise da dívida externa que afetou os países subdesenvolvidos, vários países da

África Subsaariana foram seriamente afetados. Na década de 1980, a dívida média externa da África Subsaariana superou em 201,4% das reservas internacionais. Com efeito, a América Latina, também ressentiu dos efeitos da crise da dívida, tendo apresentado na década de 1980, dívida média de curto prazo que excedeu as reservas internacionais em 139,70%. Na década de 1990, com a implementação das políticas econômicas neoliberais em vários países africanos, propostas pelo FMI e Banco Mundial, a dívida pública externa de curto prazo reduziu para média de 163,5% (redução média de 37,8%, comparativamente à dívida externa registrada na década de 1980) na África Subsaariana. Similarmente, a dívida pública externa da América Latina reduziu para 97,8%, (redução média de 41,9%, comparativamente à dívida externa registrada na década de 1980).

A década de 2000 representou o período de maior prosperidade na economia da África Subsaariana. Neste período houve também forte redução da dívida média externa de curto prazo, e esta passou a corresponder a 49,9% das reservas internacionais (redução média de 113,6% a.a., comparativamente à dívida externa registrada na década de 1990). De forma idêntica, a dívida média de curto prazo da América Latina reduziu para 47,7% (redução de 50% a.a., comparativamente à dívida externa registrada na década de 1990).

Gráfico 3.23: Ajuda Pública ao Desenvolvimento (preços correntes) - África Subsaariana e América Latina - (1970-2015)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2015)

Os dados do Gráfico 3.24 mostram que período de 1960 a 2015 a África Subsaariana foi à região que recebeu maior montante de Ajuda Pública ao Desenvolvimento. No período considerado, cerca de 30% do valor de APD mundial foi alocada para o desenvolvimento da África Subsaariana. Este percentual correspondeu um valor acumulado de US\$ 835.4 bilhões, proporcionalmente equivalente ao montante de US\$ 15 bilhões por ano. A América Latina recebeu no período considerado, um valor acumulado de Ajuda Pública ao Desenvolvimento estimado em US\$ 233 bilhões, e que correspondeu a um valor médio anual de US\$ 4.2 bilhões (8% da APD mundial). No caso da União Europeia, o valor acumulado de APD foi US\$ 4.5 bilhões (0,2% da Ajuda Pública ao Desenvolvimento Mundial) representando um valor médio anual US\$ 87 milhões.

3.6 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA SADC

Neste subtema faz-se a caracterização geral da sub-região da África Austral. A sub-região da África Austral encontra-se localizada Moçambique. Para efeitos da análise cumpre salientar que existem várias divisões geopolíticas sobre os países da África Austral, mas para efeitos desta pesquisa são considerados os quinze países que constituem o bloco econômico regional, a Comunidade Econômica para Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Tabela 3.8: Taxa de Crescimento da População e PIB – África Austral (2015)

Países	Taxa de crescimento da Pop. (%)	Total da População (Milhões)	Taxa de crescimento do PIB (%)	Taxa de crescimento da renda per capita
Angola	3,23%	25	3,01%	-0,26%
Botswana	1,22%	2.3	-0,25%	-2,13%
Lesoto	2,78%	2.1	1,61%	0,38%
Madagáscar	2,76%	24.2	3,05%	0,23%
Moçambique	0,13%	27.9	6,61%	3,71%
Maurícias	3,07%	1.2	3,47%	3,33%
Malauí	2,30%	17.2	2,83%	-0,28%
Namíbia	1,40%	2.4	5,30%	2,90%
Suazilândia	1,63%	1.2	1,87%	0,45%
Seychelles	3,13%	0,92	3,50%	1,83%
Tanzânia	1,65%	53.2	6,96%	3,67%
África do Sul	3,14%	54.9	1,26%	-0,39%
RDC	3,07%	77.3	6,92%	3,61%
Zâmbia	2,31%	16.2	2,92%	-0,19%
Zimbabué	1,90%	15.6	0,47%	-1,82%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2015).

De acordo com os dados da Tabela 3.8, a África Austral tem um total de 321 milhões de habitantes. Os países mais populosos da sub-região são Tanzânia (17%), África do Sul (17%), Congo Democrático (24%), Moçambique (9%) e Madagáscar (8%). No período de análise, (1960-2015) a população apresentou uma taxa de crescimento de 2,52% a.a. No entanto, depois da década de 1990 ocorreu uma taxa média de 2,5% a.a.; posteriormente houve um recuo em 0.5% na década de 2000, terminando com uma taxa de crescimento na ordem de 2% a.a. A taxa média de crescimento populacional (1960-2015) da África Austral esteve abaixo da registrada na região da África Subsaariana que foi de 2,75% a.a.

Tabela 3.9: Comparação dos indicadores Demográficos da África Subsaariana e SADC (1990; 1995; 2000; 2005; 2010; 2015)

Região/Sub-região	África Subsaariana	SADC	África Subsaariana	SADC	África Subsaariana	SADC	África Subsaariana	SADC	África Subsaariana	SADC	África Subsaariana	SADC
Anos	1990		1995		2000		2005		2010		2015	
População (Total) milhões	508	166	583	191	667	217	762	245	873	280	1.000	321
Taxa Anual de Crescimento da População (%)	2,8	2,9	2,76	2,4	2,7	2,5	2,7	1,5	2,8	2,8	2,7	2
Taxa média de desemprego (% da Força de Trabalho)	7,8	14	7,3	13	8	11	7,2	13	7	11	7	11
Taxa bruta de Mortalidade (ambos os sexos por 1000 habitantes)	365	337	385	397	404	458	382	438	335	356	306	297
Taxa Mortalidade Infantil (por 1000 nascimentos vivos)	46	71	44	77	41	80	36	61	32	53	29	43
Força de Trabalho (milhões)	189	66	220	78	255	90	292	103	339	118	383	133
Taxa média de Desemprego Jovem (% ambos os sexos)	12	20	11	27	12	21	11	26	11	24	11	24

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2015)

De acordo com a Tabela 3.9, no período de 1991-2014 a taxa média de desemprego na SADC foi de 12% a.a. Realça-se que alguns países tiveram taxas de desemprego acima da média regional, a África do Sul (25% a.a.), Zâmbia (15% a.a.), Moçambique (23% a.a.), Lesoto (31% a.a.), Namíbia (20% a.a.), Suazilândia (23% a.a.) e Botswana (21% a.a.). E outros países do bloco apresentaram taxas de desemprego abaixo da média da SADC, Madagáscar (4% a.a.), Maurícias (9% a.a.), Malauí (8% a.a.), Tanzânia (4% a.a.), Zimbabué (5% a.a.) e Angola (7% a.a.). A taxa média de desemprego da SADC manteve-se ainda muito alta (+5% a.a.), comparativamente a taxa média da África Subsaariana de 7% a.a., registrada no período homólogo.

Tabela 3.10: Taxa de Desemprego (% da Força de Trabalho) – SADC e África Subsaariana - (1991; 1995; 2000; 2005; 2010; 2014).

ANO	Taxa de Desemprego-SADC (%)	Taxa de Desemprego-África Sub. (%)	Taxa de desemprego Jovens - Mulheres - SADC	Taxa de desemprego Jovens - Mulheres - África Sub.	Taxa de desemprego jovens - Homens - SADC	Taxa de desemprego jovens - Homens - África Sub.
1991	14 %	8%	23%	17%	17%	14%
1995	13%	7%	28%	16%	25%	13%
2000	11%	8%	22%	17%	20%	14%
2005	13%	7%	28%	16%	23%	13%
2010	11%	7%	26%	16%	23%	14%
2014	11%	7%	26%	15%	22%	13%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2014).

Segundo a Tabela 3.10, a taxa média regional de desemprego jovem nas mulheres (15–24 anos) na SADC foi de 26% a.a. no período de 1991-2014. Quando se analisa a evolução do desemprego por cada país membro do bloco constata-se que existem países com registros de taxas de desemprego acima da

média regional, como Botswana (40% a.a.), Lesoto (50% a.a.), Namíbia (43% a.a.), Suazilândia (46% a.a.), Moçambique (40% a.a.) e Maurícias (29% a.a.). Porém, existem países do bloco com taxas de desemprego abaixo da média regional como Angola (11% a.a.), Madagáscar (5% a.a.), Malauí (15% a.a.), Congo Democrático (14% a.a.), Zâmbia (24% a.a.) e Zimbabwe (9% a.a.). A taxa média de desemprego jovem nas mulheres continuou alta na SADC (+10% a.a.), comparativamente à média da África Subsaariana que foi de 16% a.a.

No tocante a taxa média de desemprego jovem nos homens foi de 23% a.a. (1991-2015). Os países que apresentaram taxas acima da média foram Botswana (30% a.a.), Lesoto (31% a.a.), Moçambique (42% a.a.), Namíbia (35% a.a.), Suazilândia (39% a.a.), África do Sul (43% a.a.) e Zâmbia (28% a.a.). E, os países que apresentaram as taxas de desemprego abaixo da média da SADC foram Angola (10% a.a.), Madagáscar (4% a.a.), Maurícias (18% a.a.), Malauí (13% a.a.), Tanzânia (5% a.a.), República Democrática do Congo (10% a.a.) e Zimbabué (12% a.a.).

A taxa anual de desemprego jovem nos homens da SADC (1991–2014) foi elevada (+ 5%), quando comparada com a média da África Subsaariana que foi de 14%. Na SADC existiam 133 milhões de pessoas economicamente ativa, em 2014. Em 1991 existiam 66 milhões de pessoas com capacidade de participar da divisão social do trabalho, tendo passado para 90 milhões em 2000. Nota-se que em duas décadas (1991–2014), duplicou o número da força de trabalho nesta sub-região da SADC. Os cinco países da SADC com maior reserva de força de trabalho foram o Congo Democrático (29 milhões pessoas), Tanzânia (25 milhões pessoas), África do Sul (20 milhões pessoas), Moçambique (13 milhões pessoas) e Madagáscar (12 milhões pessoas). Estes cinco países representavam 73% (98 milhões pessoas) da força de trabalho total da SADC. A SADC possuía aproximadamente 35% da força de trabalho total da África Subsaariana. Em termos históricos, a participação da força de trabalho da SADC no conjunto na região da África Subsaariana foi de 35% a.a.

O aumento da força total de trabalho na SADC, dentre vários fatores esteve ligado à diminuição da taxa bruta de mortalidade adulta (ambos os sexos) e do aumento da expectativa de vida da população. A SADC, no período de 1960–2015, apresentava uma Taxa Média de mortalidade nos homens de 398 mortes/1000 habitantes. Alguns países apresentaram taxas de

mortalidade nos homens superior à média regional, a saber: Moçambique (463 mortes/1000 hab.), Malauí (437 mortes/1000 hab.), Suazilândia (432 mortes/1000 hab.), Tanzânia (405 mortes/1000 hab.), África do Sul (463 mortes/1000 hab.) e Zâmbia (416 mortes/1000 hab.). Nas cinco décadas consideradas houve uma redução anual de 67 mortes/1000 habitantes na SADC.

A taxa média de mortalidade adulta nas mulheres na SADC foi de 342 mortes/1000 hab. (1960-2015). No período em análise, alguns países apresentaram taxas médias de mortalidade superiores à média regional, tais como: Angola (403 mortes/1000 hab.); Lesoto (362 mortes/1000 hab.); Moçambique (404 mortes/1000 hab.); Malauí (386 mortes/1000 hab.), Suazilândia (368 mortes/1000 hab.); Tanzânia (353 mortes/1000 hab.); África do Sul (365 mortes/1000 hab.) e a Zâmbia (360 mortes/1000 hab.). A Taxa Média de Mortalidade nos homens na África Subsaariana foi de 352 mortes/1000 habitantes (1960-2015). Tal ocorrência significa que, a SADC possuía uma Taxa Média de Mortalidade dos homens (398 mortes/1000 hab.) superior à média total da África Subsaariana. No entanto, no tocante a taxa de mortalidade nas mulheres, a SADC apresentou uma taxa média de 342 mortes/1000 hab. que figuraram abaixo da média da África Subsaariana.

Tabela 3.11: Força de Trabalho e Taxas de Mortalidade (Adulta e Infantil) – África Subsaariana e SADC (1991; 1995; 2000; 20005; 2010; 2014)

Região	África Subsaariana	SA DC	África Subsaariana	SA DC	África Subsaariana	SA DC	África Subsaariana	SA DC
Ano	Força de Trabalho (Milhões)		Taxa de Mortalidade - Homens - (1000 hab.)		Taxa de Mortalidade - Mulheres - (1000 hab.)		Taxa de Mortalidade Infantil - (1000 nascimentos vivos) -	
1991	190	67	337	355	397	306	179	71
1995	214	76	359	420	411	374	173	77
2000	247	90	384	484	425	432	155	80
2005	284	101	365	465	399	410	127	61
2010	330	116	315	374	355	337	101	53
2014	372	130	285	331	328	262	86	45

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2014)

De acordo com os dados da Tabela 3.11, no período de 1960–2015, a taxa média de mortalidade infantil na SADC foi de 79 mortes por cada 1000 nascimentos vivos. Os países que apresentaram taxas médias inferiores à média regional foram o Zimbabué (62 mortes a cada 1000 nascimentos vivos); África do Sul (51 mortes a cada 1000 nascimentos vivos); Seychelles (16 mortes a cada 1000 nascimentos vivos); Namíbia (49 mortes a cada 1000 nascimentos vivos); Maurícias (23 mortes/1000 nascimentos vivos); Botswana (50 mortes cada 1000 nascimentos vivos). Nota-se que a taxa média de mortalidade infantil da SADC encontrava-se abaixo da média da África Subsaariana (180 mortes a cada 1000 nascimentos vivos). Considerando as cinco décadas (1960–2015) constata-se que houve redução de 117 mortes a cada 1000 nascimentos vivos na África Subsaariana, sendo que na SADC a redução foi de 76 mortes a cada 1000 nascimentos vivos.

Tabela 3.11: Comparação dos Indicadores Sociais da África Subsaariana e da SADC – (1990; 1995; 2000; 2005; 2010; 2014).

Região/Sub-região	África Subsaariana	SA D C	África Subsaariana	SA D C	África Subsaariana	SA D C	África Subsaariana	SA D C	África Subsaariana	SA D C	África Subsaariana	SA D C
Anos	1990		1995		2000		2005		2010		2014	
Incidência da Pobreza I (vivendo com menos de 1.90\$ por dia)	24	32	27	28	26	17	21	31	18	16	16	10
Incidência de Pobreza II (vivendo com menos de 3.90\$ por dia)	4	45	43	45	42	33	37	49	34	31	31	16
Despesa do Governo na Educação (% do PIB)	S/d	5	3	6	3	5	3	5	4	4	4	6
Despesa com Educação pública, no total da despesa com Educação (%)	S/d	S/d	S/d	11	15	16	18	19	17	15	17	18
Taxa de Alfabetização de Adultos (%)	S/d	72	S/d	89	57	83	S/d	65	61	83	S/d	85
Gastos de Saúde Per Capita (US \$)	S/d	S/d	41	29	33	29	57	52	88	118	98	105
Despesa de Saúde, total (% do PIB)	S/d	S/d	6	5	6	5	5	6	6	5	6	6
Despesa com Saúde Pública no total da despesa com Saúde (%)	S/d	S/d	38	50	40	52	42	52	43	56	43	55
Expectativa de Vida (anos)	50	55	50	52	50	49	53	52	56	57	59	60
Taxa média de prevalência de VIH/SIDA (%)	3	2	5	9	6	16	6	14	5	12	5	12

* S/d = Sem dados disponíveis

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2014).

A SADC é uma das sub-regiões ricas em recursos naturais da África Subsaariana, mas apresenta elevados índices de incidência da pobreza absoluta. Neste contexto encontram-se dois níveis de pobreza, a pobreza I, referente à taxa percentual de pessoas que vivem com menos de US\$ 1.90/dia e do tipo II, para o percentual da população que vivem com menos de US\$ 3.90/dia. Os níveis de incidência da pobreza absoluta na sub-região são apresentados de modo singular por cada país membro da SADC, e posteriormente, apresentam-se as inferências sobre o comportamento desta variável no âmbito geral.

Tabela 3. 12: Índice de Pobreza I (> de \$1.90 por dia) na SADC – (1991-2013).

FASES	1º Quinquê nio	2º Quinqu ênio	3º Quinquê nio	4º Quinqu ênio	5º Quinqu ênio
Países/Ano	1991- 1995	1996- 2000	2001- 2005	2006- 2010	2011- 2013
Angola	S/d	15	S/d	10	S/d
Botswana	13	S/d	11	6	S/d
Lesoto	45	S/d	32	32	S/d
Madagáscar	30	28	32	40	39
Moçambiqu e	S/d	47	42	31	S/d
Maurícias	S/d	S/d	S/d	S/d	S/d
Malawi	S/d	25	32	33	S/d
Namíbia	28	S/d	10	7	S/d
Suazilândia	51	17	S/d	17	S/d
Seychelles	S/d	S/d	S/d	S/d	S/d
Tanzânia	29	45	S/d	19	14
África do Sul	10	12	S/d	5	5
Congo Dem.	S/d	S/d	64	S/d	39
Zâmbia	28	17	27	32	S/d
Zimbabwe	28	S/d	S/d	S/d	5

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2013).

No 1º Quinquênio, a Suazilândia apresentava o maior número de pessoas na pobreza I na da SADC. A Tabela 3.13 mostra que mais de 50% da população estava na linha da pobreza I. Outros países apresentaram no período em análise maior número de pessoas vivendo na pobreza I, em destaque: o Lesoto (45%), Madagascar (30%), Namíbia (28%), Zimbabuê (28%) e Tanzânia (29%). No 2º Quinquênio alguns países reduziram consideravelmente o número de pessoas na pobreza I e outros registraram aumentos expressivos. No conjunto os países que mostraram redução foram: Suazilândia (17%) e Zâmbia (17%).

Deste modo, a Tanzânia no 1º Quinquênio registrou 29% da população na pobreza I aumentou para 45% e a África do Sul também registrou também um aumento de 2% comparativamente a período anterior. No 3º, 4º e 5º Quinquênios ocorreram tendência de redução do número de pessoas na pobreza I nos países da SADC, excetuando Madagascar que apresentou uma tendência contrária, conforme consta da Tabela 3.14.

Tabela 3.13: Índice de Pobreza I (> de \$3.90 por dia) na SADC – (1991-2013)

FASES	1º Quinquê nio	2º Quinquê nio	3º Quinquê nio	4º Quinquê nio	5º Quinquê nio
Países/Ano	1990- 1995	1996- 2000	2001- 2005	2006- 2010	2011- 2013
Angola	S/d	26	S/d	23	S/d
Botswana	26	S/d	23	14	S/d
Lesoto	57	S/d	47	47	S/d
Madagáscar	50	47	52	59	57
Moçambique	S/d	64	59	50	
Maurícias	S/d	S/d	S/d	S/d	S/d
Malauí	S/d	45	52	52	S/d
Namíbia	40	S/d	23	18	S/d
Suazilândia	65	34	S/d	31	S/d
Seychelles	S/d	S/d	S/d	S/d	S/d
Tanzânia	49	63	S/d	38	34
África do Sul	21	23	S/d	13	13
Congo Dem.	S/d	S/d	76	S/d	57
Zâmbia	42	31	42	48	S/d
Zimbabwe	S/d	S/d	S/d	S/d	16

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2013).

As despesas médias com a educação representaram 4,6% do PIB da SADC (1970-2014). Existem países do bloco econômico que registraram despesas médias acima da média regional, a saber: Namíbia (6,8%), Botswana (5,7%), Lesoto (10,4%), Suazilândia (5,7%), Seychelles (5,3%), África do Sul (5,4%) e Zimbabué (7,4%).

Tabela 3.14: Despesa com Educação e Saúde (% do PIB) – SADC e África Subsaariana – (1995; 1998; 2000; 2002; 2004; 2006; 2008; 2010; 2014)

Ano	Despesa com Saúde no % do PIB		Despesa com Educação no % do PIB	
	África Austral	África Subsaariana	África Austral	África Subsaariana
1995	4,97	S/d	5,65	6,14
1998	4,73	S/d	2,15	6,14
2000	5,26	3,42	5,25	5,52
2002	5,29	3,47	5,08	5,38
2004	5,88	S/d	4,56	6,04
2006	6,11	3,85	4,52	5,66
2009	5,61	3,72	4,65	6,14
2010	5,37	4,08	4,36	5,79
2012	5,72	3,90	4,78	5,60
2014	5,58	3,97	5,52	5,48

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2014).

Outros países apresentaram um percentual de despesa com a educação inferior à média regional. Os países da SADC com despesas abaixo da média regional foram: Angola (3%), Madagáscar (2,9%), Moçambique (4,3%), Maurícias (3,7%), Malauí (4%) e Tanzânia (3,5%). Na década de 1970 a despesa média com a educação na SADC correspondeu a 4,26% do PIB regional. E na década de 1980, foi de 4,5%, algo que representou um incremento percentual de 0,34%. Na década de 1990 manteve-se a tendência geral de incremento do PIB alocado para a educação, tendo sido verificado nesse período aumento de

5,17% (+0,56% comparativamente à década de 1980). Na década de 2000, o valor médio da despesa com a educação correspondeu a 4,6% do PIB, representando declínio de -0,56% na despesa, em comparação com a década de 1990. Nota-se que o percentual da despesa média com a educação no total do PIB da SADC foi superior à média da África Subsaariana, que alcançou de 3,7%.

Segundo os dados da Tabela 3.17, as despesas com saúde na SADC representaram em média, 5,4% do PIB (1995-2014). No período de 1995–2004 a despesa média com saúde correspondeu a 5,1% do PIB. No entanto, no período de 2005-2015 registrou-se aumento (+0,53%), sendo gastos 5,7% do PIB regional com a saúde. Neste período, alguns países apresentaram despesas com saúde acima da média regional, a considerar: Lesoto (7,5%), Moçambique (5,6%), Malawi (8%), Namíbia (7%), Suazilândia (6,3%), África do Sul (8,4%), Zâmbia (6,1%) e Zimbabué (6,4%). E outros países apresentaram valores percentuais de despesa com saúde abaixo da média do PIB regional, com destaque para: Angola (3,6%), Botswana (5,3%), Madagáscar (4,7%), Maurícias (4,3%), Seychelles (4,1%), Tanzânia (4,1%) e Congo Democrático (3,6%).

Dado que as despesas médias com educação na África Subsaariana representaram 3,7% do PIB, no período de 1995-2015. Tal fato pressupõe que as despesas com saúde na SADC foram superiores às registradas na África Subsaariana. O percentual das despesas com saúde (5,4%) fora maior em comparação com as despesas com educação (4,6%) no total do PIB regional. Outro indicador importante no âmbito desta caracterização social da SADC refere-se às despesas com educação pública na despesa total com este setor. Desde modo, a educação pública correspondeu a 18% das despesas gerais da SADC.

Tabela 3.15: Comparação dos Indicadores Econômicos da África Subsaariana e SADC – (1990; 1995; 2000; 2005; 2010; 2015)

Região/Sub-região	África subsaariana	SA DC	África subsaariana	SADC	África subsaariana	SA DC	África subsaariana	SA DC	África subsaariana	SADC	África subsaariana	SADC
Anos	1990		1995		2000		2005		2010		2015	
PIB (bilhões US\$)	299	157	337	205	367	213	686	375	1.360	607	1.590	610
Crescimento do PIB (%)	2,4	1,9	3,2	0,9	3,6	0,6	5,6	3	5,4	3,7	3	0,4
Agricultura (% do PIB)	23,7	16,5	22,9	12,0	19,8	11,8	20,9	13,7	18,1	9,6	17,5	10,1
Indústria (% do PIB)	33,4	31,5	33,5	29,1	36,0	28,5	31,4	28,9	27,2	30,2	24,3	28,5
Serviços (% do PIB)	41,8	46,5	43,6	51,7	44,2	54,2	47,6	53,8	54,6	56	57,9	59,1
Exportações (% do PIB)	26,7	24,2	27,9	30,4	38	34,4	34,0	32,1	31,7	40,3	24,9	32,8
Importações (% do PIB)	24,2	36,1	28,7	43,8	30,5	38,8	31,3	41,4	30,5	47,3	30,1	45,8
Formação Bruta de Capital (% do PIB)	15,5	22,1	16,0	19,6	15,4	16,8	15,5	19,4	19,8	23,4	20,5	20,7

PIB per Capita (US\$)	589	870	578	571	551	535	900	874	1557	1456	1589	1305
Renda per capita (% do PIB)	-0,4	1,7	0,5	3,4	0,9	0,8	2,8	4,1	2,5	3,5	0,3	0,4
Exportação (bilhões \$)	70	38	78	44	96	50	204	98	364	180	290	159
Combustíveis (% das exportações)	S/d	0,6	39,8	1,3	42,9	0,9	39,9	0,4	48,1	1,3	49,7	2
Minérios e Metais (% das exportações)	S/d	3,2	8,4	4,6	7,9	2,1	10,6	11,7	13,4	14,5	13,1	12,9
Ata Tecnologia (% das exportações)	S/d	1,0	4,7	1,4	3,8	1,2	3,4	1,7	2,7	1,1	4,0	2,2
IDE (Entradas - milhões \$)	1227	54	4538	2708	6873	34	19584	8045	28283	8162	42006	21106
IDE (Saídas - milhões \$)	449	66	2921	2587	1284	337	2247	1281	1795	123	6517	4397

* S/d = Sem dados disponíveis

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2015).

De acordo com os dados da Tabela 3. 17, o PIB da SADC foi estimado em US\$ 609 bilhões, em 2015. Nas últimas décadas registrou-se um crescimento do valor do PIB da SADC, sendo que em 1990 alcançou os valores de US\$ 157 bilhões; passando para mais de US\$ 231 bilhões em 2000; e, atingindo US\$ 607 bilhões, em 2010. Os países que contribuíram com maior valor real do PIB na SADC foram à África do Sul (51,6% do PIB da SADC), a Angola (16,8% do PIB da SADC), a Tanzânia (7,5% do PIB da SADC), RDC (5,8% do PIB da SADC) e a Zâmbia (3,5% do PIB da SADC). Nas últimas décadas, as sub-regiões da SADC vêm perdendo a sua contribuição no PIB da África subsaariana. Em 1990, 50% do PIB da África Subsaariana eram de responsabilidade dos países da SADC, enquanto que 1994 a participação no produto da África Subsaariana fora de 64% do PIB.

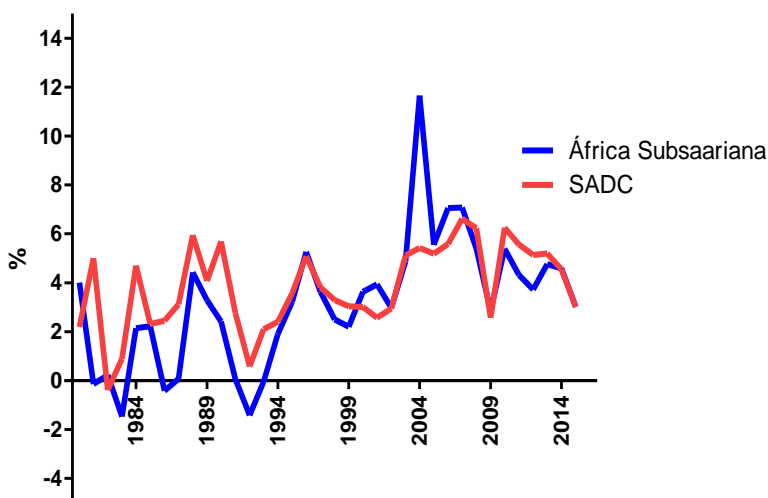
Tabela 3. 16: Valor total PIB (US\$) por cada país da SADC – (2015)

Países	Valor do PIB (US\$ Bilhões)	Valor do PIB (% do PIB da SADC)
Angola	102,63	16,8%
Botswana	14,39	2,4%
Lesoto	2,28	0,4%
Madagáscar	9,74	1,6%
Moçambique	14,81	2,4%
Maurícias	11,68	1,9%
Malauí	6,40	1,1%
Namíbia	11,49	1,9%
Suazilândia	4,12	0,7%
Seychelles	1,44	0,2%
Tanzânia	45,63	7,5%
África do Sul	314,57	51,5%
RDC	35,24	5,8%
Zâmbia	21,15	3,5%
Zimbábue	14,42	2,4%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2015).

O valor total do PIB da SADC (US\$ 609 bilhões) no total do PIB da África Subsaariana (US\$ 1.590 trilhões) correspondeu a igual (38%) participação do bloco registrada em 1960. A taxa média de crescimento do PIB (1961-2015) na SADC foi de 4% a.a. Na década de 1960, a SADC registrou uma taxa média de crescimento do PIB de 5% e na década seguinte (década 1970) apresentou uma desaceleração de $-1,51\%$ a.a., tendo o PIB crescido em $3,6\%$ a.a. Na década de 1980, houve uma pequena ($0,03\%$ a.a.) retomada de crescimento. Na década de 1990, a SADC apresentou um crescimento de 3% a.a., demonstrando desaceleração da economia em $0,57\%$ a.a. comparativamente à década de 1980. A década de 2000, o PIB da SADC cresceu à taxa média de $5,3\%$, expressando um crescimento de $2,3\%$ em comparação a década de 1990.

Gráfico 3.24: Taxa de Crescimento do PIB (%) – SADC e África Subsaariana (1980-2015)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2015).

Alguns países apresentaram neste período em análise (1981–2015) taxas de crescimento do PIB acima da média regional (4%), nomeadamente: Angola (4,5%), Botswana (7,5%), Maurícias (4,5%), Moçambique (6,9%), Seychelles (4,9%) e

Tanzânia (5,4%). Outros países da SADC apresentaram taxas de crescimento abaixo da média regional. A taxa de crescimento média da renda per capita na SADC (1961-2016) foi de 1,7% do PIB.

A taxa de crescimento a renda per capita tiveram comportamentos diferenciados nos diferentes países da SADC, cujo registros foram de 4.6% em Botswana; de 3% em Seychelles e Lesoto; de 4% em Moçambique e as Maurícias; e, 2% em Tanzânia. Em alguns países a taxa média de crescimento foi negativa, a destacar: o Madagáscar (-0,56%); República Democrática do Congo (-1,11%); e, Zimbabué (-0,14%).

Os países da SADC com maior valor da renda per capita foram: as Ilhas Seychelles (US\$ 15. 476), as ilhas Maurícias (US\$ 9.252), o Botswana (US\$ 6. 360), a África do Sul (US\$ 5. 724), a Namíbia (US\$ 4. 674) e Angola (US\$ 4. 101). De outro lado, os países com menor valor da renda per capita foram: Moçambique (US\$ 529), Malauí (US\$ 372), Madagáscar (US\$ 402) e RDC (US\$ 456).

No período de 1960–2015 o peso do valor acrescido da Agricultura no PIB na SADC foi de 15,7% a.a., na Indústria de 31% a.a. e dos Serviços de 50,5% a.a. Pode-se considerar que alguns países da sub-região da SADC estão se industrializando, mas cada país tem suas particularidades. Estas particularidades remetem para vários cenários no processo de desenvolvimento, pois, em alguns países a agricultura continua tendo um peso acima de 40% no PIB: Malauí, a agricultura apresenta peso de 41% e a indústria apenas 18% no PIB; Tanzânia faz parte dos países com uma estrutura produtiva dependente do setor primário (agricultura) contribuição de 33% e o setor secundário (indústria), de 21%; Madagáscar a agricultura apresentou um peso de 29% no PIB e a indústria participava com apenas 15%; o mesmo sucedeu-se em Moçambique, onde a agricultura apresentou um peso de 30% e a indústria teve representatividade de 20%.

Tabela 3. 17: Valor Adicionado por setor produtivo (% do PIB) – SADC
– (Valores médios de 1960-2015).

Países	Valor adicionado da Agricultura (% do PIB)	Valor Adicionado da Indústria (%)	Valor Adicionado dos Serviços (% do PIB)	Importações de bens e serviços (% do PIB)	Exportações de Bens e Serviços (% do PIB)
Angola	11,54	53,85	33,33	50,61	63,87
Botswana	4,94	46,98	46,99	50,86	49,66
Lesoto	15,72	26,62	55,34	56,62	14,32
Madagáscar	28,95	15,01	55,87	23,63	17,22
Moçambique	30,12	20,34	50,54	40,23	12,42
Maurícias	10,06	28,36	59,78	62,22	56,27
Malawi	41,11	18,00	39,86	35,57	23,30
Namíbia	9,25	31,57	59,46	50,99	45,12
Suazilândia	16,48	40,59	46,42	72,87	63,68
Seychelles	3,90	16,26	73,16	67,59	17,73
Tanzânia	33,23	20,56	44,37	29,46	17,82
África do Sul	4,89	37,77	54,65	25,08	27,72
RDC	25,93	31,32	41,92	21,73	20,40
Zâmbia	15,07	42,14	41,53	35,54	31,60
Zimbabwe	17,31	31,09	51,80	34,97	27,23

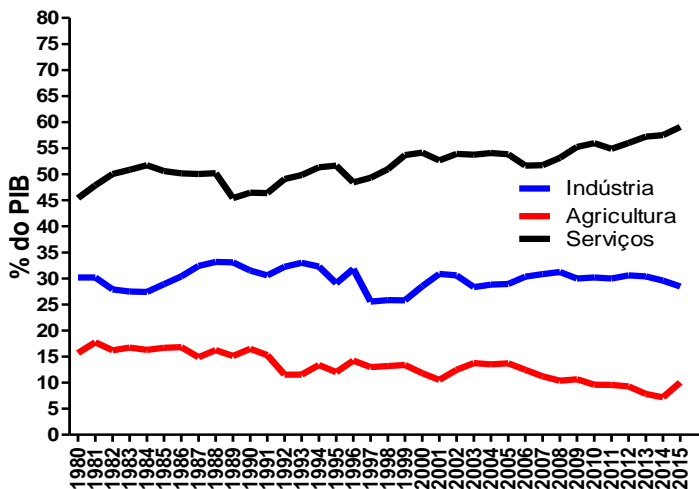
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2015).

Não obstante esses países descritos apresentarem uma tendência geral a estagnação industrial, alguns países possuem uma estrutura produtiva industrial como motriz de desenvolvimento. Em países como Angola, a indústria foi responsável por 54% do PIB, em Botswana o peso do setor secundário representou 47%; na Suazilândia a indústria teve peso de 41%; e em Namíbia de 32%.

No tocante a balança comercial observa-se que os países da SADC com um peso maior das exportações de bens e serviços no PIB foram: Angola (64%), Botswana (50%), Maurícias (56%),

Namíbia (45%), Suazilândia (64%), Zâmbia (32%) e Zimbabué (27%). No restante dos países da SADC, o peso das exportações de bens e serviços no PIB foi inferior a 25%. O peso médio das exportações de bens e serviços no PIB da SADC alcançou 27%. A pauta de importações de bens e serviços no peso total do PIB foi maior em quase todos os países da SADC, a considerar: Angola (51%); Botswana (50,86); Lesoto (57%); Moçambique (40%); Maurícias (62%); Malawi (36%); Namíbia (51%); Suazilândia (73%); Seychelles (68%); e, Zâmbia e Zimbabué (35%). Para o restante dos países da SADC as importações de bens e serviços não excederam os 35% do PIB.

Gráfico 3.25: Comparação do Valor Adicionado (Agricultura, Indústria e Serviços) no PIB regional– SADC – (1980-2015)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2015)

Tabela 3. 18: Produtos de Exportação na Formação do PIB da SADC (%) – (2015)

Países	Minérios e Metais (% de Exportações)	Produtos de Alta Tecnologia (% de Exportações)	Combustíveis (% de Exportações)
Angola	2,68	0,00	82,12
Botswana	9,98	0,44	0,27
Lesoto	0,10	0,25	0,06
Madagáscar	4,22	1,04	3,80
Moçambique	38,96	6,89	14,92
Maurícias	0,22	0,94	0,00
Malawi	0,10	1,61	0,04
Namíbia	26,03	1,82	0,84
Suazilândia	0,34	0,22	0,70
Seychelles	0,14	1,04	0,00
Tanzânia	11,03	1,53	1,19
África do Sul	16,14	5,62	9,09
RDC	71,07	0,00	0,50
Zâmbia	83,90	1,96	0,82
Zimbabwe	17,11	1,62	1,11

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2015).

Os minérios e metais contribuíram com 10% das exportações da SADC, no período de 1970-2015. Os principais países da SADC exportadores de minérios e metais foram à África do Sul (16%), Moçambique (39%), Namíbia (26%), RDC (71%) e Zâmbia (84%). Os combustíveis tiveram um peso de apenas 0,8% nas exportações da SADC, sendo que Angola (82%) e Moçambique (15%) apresentaram um maior peso na pauta de exportação. Os produtos de alta tecnologia contribuíram com 1,3% das exportações da SADC, sendo que a África do Sul (7%) e Moçambique (7%) apresentaram peso maior desses produtos na sua pauta de exportação.

Tabela 3. 19: Valor de IDE (US\$) em relação do PIB na SADC (1970-2015)

Países	Investimento Direto Externo (Bilhões de dólares) -1970-2015	Entrada Líquida de IDE (% do PIB)	Saída Líquida de IDE (% do PIB)	IDE (% do IDE da SADC)
Angola	10,23	2,57	0,73	5%
Botswana	7,76	2,71	0,13	4%
Lesoto	2,21	2,12	0,04	1%
Madagáscar	7,92	0,48	0,06	4%
Moçambique	30,74	1,92	0,19	15%
Maurícias	4,25	0,7	0,23	2%
Malawi	3,54	1,18	0,04	2%
Namíbia	9,74	3,65	-0,08	5%
Suazilândia	1,95	3,02	0,33	1%
Seychelles	2,69	7,51	1,48	1%
Tanzânia	18,65	3,03	0	9%
África do Sul	80,06	0,47	0,22	39%
RDC	3,97	0,46	0,01	2%
Zâmbia	17,20	3,27	0	8%
Zimbabwe	3,54	0,58	0,13	2%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2015).

Nas últimas quatro décadas (1970–2015) a SADC recebeu US\$ 204 bilhões de IDE. Os países que receberam no período em análise maior valor de IDE no âmbito da SADC foram: África do Sul (39%), Moçambique (15%), Tanzânia (9%) e Zâmbia (8%). Na Tabela pode-se depreender que neste período em análise, Moçambique recebeu um total de US\$ 30 bilhões, África do Sul, US\$ 80 bilhões; Tanzânia, US\$ 18 bilhões; Zâmbia, US\$ 17 bilhões; e, Namíbia, US\$ 10 bilhões.

3.7 SÍNTESE DO CAPÍTULO

O capítulo apresentou a caracterização socioeconômica da África Subsaariana e da SADC, através da comparação de indicadores mostrando a dinâmica estrutural ocorrida nas últimas décadas (1960–2015). No primeiro subtema, foram apresentados os indicadores demográficos, sociais, econômicos e financeiros da África Subsaariana em comparação com a América Latina e Caribe, União Europeia (EU) e o Mundo. No segundo subtema, fez-se uma apresentação dos indicadores selecionados dos quinze países membros da SADC, buscando entender a dinâmica inter-regional, bem como o papel da SADC no contexto geral da África Subsaariana.

A África Subsaariana é segunda região mais populosa do planeta, com uma população estimada em um bilhão de habitantes (10% da população mundial). A região da África Subsaariana possui 56 países independentes e encontram-se dividida em quatro sub-regiões geográficas e econômicas, a saber, a África Ocidental (sigla em inglês, CEDEAO: Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental), África Oriental (sigla em inglês, EAC: Comunidade Econômica da África Oriental), África Central (sigla em inglês, CEMAC: Comunidade Econômica e Monetária da África Central) e a África Austral (sigla em inglês SADC: Comunidade de Desenvolvimento da África Austral). Moçambique, objeto de estudo localizar-se na SADC e foi dado maior detalhamento e caracterização a essa sub-região.

A África Subsaariana apresentou em quase todos os indicadores selecionados, valores médios inferiores à média mundial e de outras regiões comparativas (América Latina e União Europeia). A África Subsaariana apresentou somente taxas de crescimento superiores à média mundial no tocante os indicadores demográficos (taxa de crescimento da população, natalidade, mortalidade adulta e infantil, fecundidade total), o que já espelha desafios sociais e econômicos acrescidos. No entanto, o fato de apresentar um aumento populacional médio de 2.8% a.a., lança sérios desafios em matérias de saúde e educação pública, pilares básicos no processo de desenvolvimento. A taxa de fecundidade total era a muita mais alta do mundo, sendo de 5,4 filhos/mulher, superando a América Latina onde a taxa foi de 3,5 filhos/mulher.

As mudanças demográficas que vêm se operando ao longo das últimas décadas irão exigir dos Estados da África implementação contínua de políticas públicas que visem melhorar o nível de vida das populações. As taxas de mortalidade adulta (ambos os sexos) e infantil (> 5 anos) foram as mais altas do mundo, no período de 1990–2015, apesar de ter havido uma redução de 118 mortes por mil habitantes para as mulheres, e de 135 mortes por mil habitantes para os homens, a região continua sendo a que apresenta elevada taxa de mortalidade. A taxa de mortalidade na África Subsaariana tem uma relação com o percentual de investimentos dos países em saúde pública e incidência da pobreza absoluta. Diante de a mortalidade ser alta a expectativa de vida encontrava-se entre as mais baixas do mundo, a média foi de 50 anos nas últimas cinco décadas. No concernente a mortalidade infantil, no período de 1990–2015 houve uma redução de 12,7 milhões de mortes. Em outros termos, de registro de 260 mortes por cada mil nascimentos vivos na década de 1990, passou-se para 86 mortes por cada mil nascimentos vivos em 2014.

A taxa de desemprego médio da África Subsaariana foi de 9% no período de 1991-2014. Quando se faz a análise por gênero, nota-se que a taxa de desemprego foi maior nas mulheres, sendo de 10%, enquanto nos homens registrou 7%. A África Subsaariana tem cerca de 383 milhões de pessoas economicamente ativa, com isso, contribuindo com 11% da força de trabalho mundial. No entanto, os investimentos dos Estados no setor da Educação figuraram muito baixos para responder a demanda do mercado laboral e criar condições para oferecer mão-de-obra qualificada. No período de 1998 a 2012 a dotação orçamentária para o setor da Educação na África Subsaariana representou 17% do orçamento geral dos Estados da região. E em termos médios, as despesas no setor da Educação corresponderam a 4% do PIB. A região da América Latina e Caribe investiu 5% do PIB e a União Europeia mais de 11% do PIB na educação.

A saúde foi uma das áreas também importantes no processo de desenvolvimento social. E, quando analisados os valores gastos pelos governos, nota-se que estão abaixo da média mundial. Nos últimos 20 anos (1995–2014) foram gastos com a saúde cerca de 6% do PIB, muito abaixo dos 7% gastos na América Latina e de 9% na União Europeia. No orçamento geral dos estados, a parte dedicada à saúde continua também sendo

inferior à de outras regiões. A África Subsaariana alocou 41% do seu orçamento para a saúde pública, enquanto a América Latina e União Europeia disponibilizam 48% e 77% do seu orçamento para saúde, respetivamente. A despesa média com saúde por habitante na África Subsaariana foi de US\$ 54, muito abaixo dos valores gastos na América Latina, US\$ 308, e na União Europeia, US\$ 2.568 por habitante.

Os investimentos na educação e saúde foram também condicionados pela taxa de crescimento econômico da África Subsaariana. O PIB da região foi de US\$ 1.5 trilhões, em 2015, apresentando um crescimento médio anual de 4%. Apesar de apresentar tendência positiva no que tange ao crescimento do PIB, na década de 1980 foi em parte abalada pelos efeitos da crise da dívida pública, tendo apresentado um crescimento de 1%, a chamada “década perdida de África”. No entanto, de forma positiva, a década de 2000, com aumento dos preços das commodities e expansão da indústria dos países emergentes, China e Brasil, a região apresentou uma taxa média de crescimento de 6% a.a., considerada a maior das últimas cinco décadas. A renda média da África Subsaariana correspondeu a 0,88% do PIB. E esta constituindo uma das mais baixas do mundo. A América Latina e União Europeia, a renda média de 1,9% e 3% do PIB, respetivamente. A renda média per capita na África Subsaariana registrada foi de US\$ 544, valor muito abaixo dos US\$ 4.041 da América Latina e US\$ 11.973, da União Europeia.

A média da taxa de formação bruta de capital na África Subsaariana foi de 17% do PIB, no período de 1970–2015. Também, com isso nota-se que o investimento não constituiu o motor do crescimento da região, uma vez que a taxa de poupança média registrada foi de 16% do PIB, e com uma renda per capita de apenas 0.88% do PIB. Neste caso, a baixa capacidade de poupança interna, não induz ao aumento do investimento interno. A estrutura produtiva da África Subsaariana demonstra baixa capacidade de acumulação e absorção tecnológica, na medida em que, a agricultura representa uma média de 24% do PIB, no momento em que as economias em desenvolvimento apresentaram uma tendência geral, de diminuição da participação do setor primário na economia. Na América Latina o valor acrescido da Agricultura representou 7% do PIB, enquanto na

União Europeia foi responsável por apenas 3%, no período de 1960–2015.

Os setores secundário e terciário vêm se expandido de forma crescente na África Subsaariana. Os dados apontam que em termos médios, a indústria contribuiu em 33% no valor total PIB. Neste caso, a participação da indústria no PIB na África Subsaariana superou a média mundial cujo registo foi de 31%, no período de 1960–2015. E, ainda existem possibilidades de expansão do setor industrial em África Subsaariana, dado os inúmeros recursos naturais que a região apresenta e a dinâmica mundial de transferência dos meios produtivos em direção à periférica e regiões com concentração de mão-de-obra barata. Por seu turno, o setor de serviços foi o dos que mais cresceu nas últimas duas décadas, seguindo uma tendência mundial, iniciada nos anos de 1990, com o advento da revolução tecnológica e de comunicações. Este setor representou em média 43% do PIB, o que faz com que seja um dos setores dinâmicos e em franca expansão. Apesar da participação do setor terciário ser um dos que mais cresceu, ainda encontra-se muito abaixo da média mundial figurada em 66%.

A participação da África Subsaariana no comércio mundial foi de 2%, correspondente a US\$ 62 bilhões, no período de 1960–2015. A participação no comércio internacional ocorreu por meio de produtos de combustíveis, agricultura, minérios e metais, e produtos manufaturados. No total, os combustíveis contribuíram em 43% das exportações totais sendo que os produtos agrícolas por sua vez representaram um total de 6%, e os minérios e metais contribuíram com 13% no valor total das exportações. Os produtos manufaturados de alta tecnologia representaram apenas 4% das exportações da região. A estrutura das exportações da África Subsaariana se expressou através da pauta de insumos de produção. Em outros termos, as exportações de matérias-primas para alimentar as economias emergentes em processo de industrialização, tais como a China e Índia. No tocante a entrada de capitais estrangeiros, a África Subsaariana recebeu um total de US\$ 2 bilhões de entradas líquidas de IDE. Tal valor correspondeu a 1.4% do PIB, no período de 1970–2015.

IV CAPÍTULO: ECONOMIA MOÇAMBICANA

4. ESTADO E ECONOMIA MOÇAMBICANA

“Façamos da década 1980–1990 a década da Vitória sobre o Subdesenvolvimento”.

FRELIMO (1980).

“A ruína de uma nação começa nas casas de seu povo”

(Provérbio Africano).

A dependência como um fenômeno próprio do processo de desenvolvimento das economias periféricas, apresenta uma transversalidade única no campo das ciências sociais, por ser uma construção teórica que agrega várias abordagens científicas. Mesmo com essa transversalidade, ela parte do eixo básico, que é o pressuposto de existência de Estado-nação, para que a mesma se manifeste e transfigure dentro do sistema capitalista mundial. Por isso, no presente capítulo, será apresentada de forma histórica a construção do Estado Moçambicano, focando nas dinâmicas ocorridas nas estruturas socioeconômicas e políticas. A caracterização das estruturas visa oferecer um quadro histórico-analítico sobre as mudanças conjunturais nos diferentes períodos. O estudo do processo de construção, evolução e mudança dos modelos de desenvolvimento socioeconômicos é um elemento que oferece nova compreensão do fenômeno da dependência dos países africanos.

4.1 Caracterização Geográfica

Moçambique localiza-se na costa oriental da África Austral e faz fronteira ao Norte com a Tanzânia, a Oeste com Malawi, Zâmbia, Zimbabué e ao Sul com a África do Sul e Suazilândia. A metade Norte (a Norte do rio Zambeze) é um grande planalto, com uma pequena planície costeira bordejada de recifes de coral, limitando no interior com maciços montanhosos pertencentes ao sistema do Grande Vale do Rift. A metade Sul é caracterizada por uma larga planície costeira de aluvião, coberta por savanas e cortada pelos vales de vários rios.

Moçambique tem uma área de 799.380 Km² dos quais cerca de 13.000 Km² é marítima e 786.380 km² corresponde à parte terrestre. Apresenta uma faixa costeira à Leste do território

banhada pelo oceano Índico numa extensão de cerca de 2.470 quilómetros, desde a foz do Rio Rovuma até à Ponta de Ouro.²

Mapa 2: Moçambique – Divisão Territorial de Moçambique



Fonte: FRELIMO (2010).

² Portal do [Governo de Moçambique \(2015\)](#).

4.2. Enquadramento histórico-político de Moçambique

Chanaiwa (2010, p. 305) afirma que nas décadas de 1950 e 1960, posterior à segunda guerra mundial foi marcada no continente pelos conflitos e as mudanças provocadas pelo enfrentamento dos nacionalistas africanos e europeus. Este período testemunha o desenvolvimento, em escala continental, de um fenômeno ao qual denominou-se “nacionalismo africano ortodoxo”.

O período pós-segunda guerra mundial foi marcado por uma enérgica política dos portugueses, visando transformar este território em colônia de povoamento, à imagem da África do Sul e da Rodésia do Sul. Portugal não tinha, de forma alguma, a intenção de um dia conceder a independência as suas colônias e buscava integrá-las em uma complexa relação com a metrópole. Portugal expandiu o mito de uma nova missão civilizadora, apresentando-se como um Estado unitário, universal e não colonial, cabendo a Moçambique permanecer na condição de província e, aos moçambicanos, o estatuto de cidadãos portugueses (CHANAIWA, 2010, p.314).

De acordo com Chanaiwa (2010, p.315), os primeiros partidos moçambicanos foram a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), criado em 1960, na cidade de Salisbury (atual de Harare), dirigido por Adelino Gwambe; e a União Nacionalista Africana de Moçambique (MANU), fundado em 1961, na cidade de Mombasa (Quênia) e liderado por C. Mahal. No dia 17 de Janeiro de 1961, outro movimento nacionalista surgiu no Malauí, a UNAMI (União Nacional Africana de Moçambique Independente). Em 25 de junho de 1962, os três movimentos fundiram-se para formar a Frente de Libertação de Moçambique - FRELIMO (CHANAIWA, 2010, p.314).

De acordo com CHANAIWA (2010; p. 318) nas décadas de 1960-1970 a história da África Austral foi dominada pelo desenvolvimento dos movimentos de libertação e pela luta armada revolucionária nas colônias da África do Sul, da Rodésia, de Angola, de Moçambique e da Namíbia. No primeiro congresso da FRELIMO realizado entre os dias 23 e 28 de Setembro de 1962, em Dar-es-Salam na Tanganyika, já se propunha como

objetivo da Frente à definição de uma estratégia de luta de libertação e identificação do inimigo contra o qual seria desencadeada a luta armada. No dia 25 de Setembro de 1964 teve início a luta armada revolucionária pela independência de Moçambique. A luta armada de libertação tinha característica de guerrilha popular prolongada, e em razão dessa estratégia político-militar, a mesma durou 10 anos (1964–1974) (FRELIMO, 2010, p. 20).

Quadro 5.1: Cronologia Histórica de Moçambique – Período Colonial (1960-1974)

PERÍODO HISTÓRICO	EVENTOS HISTÓRICOS EM MOÇAMBIQUE
PERÍODO COLONIAL	
16 de Junho de 1960	– Massacre da Mueda, os Portugueses reagiram a uma manifestação pacífica, massacrando cerca de 600 pessoas.
02 de Outubro de 1962	– Fundação da União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) em Salisbúria (Rodésia do Sul).
17 de Janeiro 1961	– Fundação da União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI) no Malauí.
Fevereiro 1961	– Fundação da União Africana Nacional de Moçambique (MANU) no Quênia.
20 de Fevereiro 1961	– Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), na Casablanca, congregava dentre outras o MPLA, PAIGC, UDENAMO e MLSTP.
Fevereiro 1962	– Criação da União Nacional de Estudantes de Moçambique (UNEMO) na França.
25 de maio de 1962	– Processo da união dos movimentos MANU, UDENAMO e UNAMI com vista criação da Frente de Libertação de Moçambique.
25 de Junho de 1962	– Fundação da FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique.
1963	– Fundação da Frente Anti-Imperialista Popular Africana de Moçambique (FUNIPAMO).

18 de Junho de 1963	– Fundação em Adis-Abeba, Etiópe, da Organização da Unidade Africana (OUA).
25 de Setembro de 1964	– Início da Luta Armada de Libertação Nacional contra o colonialismo Português.
10 de Junho de 1965	– Declaração Universal da condenação do Colonialismo como crime contra a humanidade, pelas Nações Unidas – ONU.
18 de Janeiro de 1969	– Conferência Internacional de Solidariedade para os povos das Colónias Portuguesas e da África Austral, em Cartum (Sudão).
26 de Junho de 1970	– Conferência Internacional de Solidariedade para os povos das Colónias Portuguesas, em Roma, Itália.
01 de Junho de 1970	– Recepção dos dirigentes dos principais movimentos de libertação (Angola, Moçambique, Guiné e Cabo Verde), pelo Papa Paulo VI.
Novembro de 1970	– Derrota final da ofensiva militar portuguesa “Operação Nó Górdio”.
25 de Abril de 1974	– Golpe de Estado em Portugal e queda do regime fascista em Portugal.
07 de Setembro de 1974	– Assinatura dos Acordos de Lusaka, rubricados na Zâmbia, por Mário Soares (Portugal) e Samora Moisés Machel (Moçambique).
20 de Setembro de 1974	Tomada de posse do Governo de Transição em Moçambique.

Fonte: FRELIMO (2010).

Conforme o Quadro 5.1, o período que desenrolou a luta de libertação coincidiu com o de confrontação ideológica entre os dois blocos antagônicos (EUA e URSS), a chamada “Guerra Fria”. De acordo com Chanaiwa (2010, p.140) “o apoio técnico-militares prestado pela antiga União Repúblicas Socialistas Soviéticas aos movimentos nacionalistas na África foi importante para derrota do colonialismo”. O autor conclui que “sem a intervenção da União Soviética e dos seus aliados nas lutas da África Austral, a libertação desta região seria provavelmente ainda mais retardada, em ao menos uma geração”.

Os elementos externos não só favoreceram as atividades dos movimentos nacionalistas, mas também pelo Ocidente para a repressão e segregação dos países colonizados. De acordo com Chanaiwa (2010) a Organização do Tratado do Atlântico Norte subvencionou, direta ou indiretamente, a repressão obstinada exercida pelos portugueses contra combatentes das forças de libertação africanas. Para o autor, estes exemplos de interferência externa mostraram que as lutas de libertação na África, também serviram aos interesses subjacentes dos dois blocos antagônicos, os EUA e a URSS.

Em novembro de 1970, o Estado Colonial Português lançou a sua maior operação militar contra a Frente Nacionalista na região norte de Moçambique, denominado de “Operação Nó Górdio” comandado pelo General Português Kaulza de Arriaga. A derrota final da ofensiva militar portuguesa marcou, de forma definitiva, a vitória da Frente de Libertação de Moçambique. Isso fez com que a Frente Nacionalista expandisse as suas atividades para várias regiões do Centro e Sul de Moçambique (CHANAIWA, 2010, p.384).

Com o fim do regime colonial fascista em Portugal, o Estado Português iniciou ações de negociação com a Frente de Libertação de Moçambique para a independência de Moçambique. No dia 07 de Setembro de 1974, em Lusaka, Zâmbia, o Estado Português chefiado pelo Ministro sem Pastas, Ernesto Augusto Melo Antunes e a Frente de Libertação de Moçambique, representada por Samora Moisés Machel, assinaram o Acordo que previam a proclamação da independência total e transferência de poderes, para o povo Moçambicano.

As delegações da Frente de Libertação de Moçambique e do Estado Português, com vista ao estabelecimento do acordo conducente a Independência de Moçambique, acordaram nos seguintes pontos:

1. O Estado Português, tendo reconhecido o direito do Povo de Moçambique a Independência, aceita por acordo com a Frente de Libertação de Moçambique a transferência progressiva dos poderes que detém sobre o território.

2. A Independência completa de Moçambique será solenemente proclamada em 25 de Junho de 1975, dia do aniversário da fundação da Frente de Libertação de Moçambique (Acordo de Lusaka; 1974, p. 1).

Em 20 de Setembro de 1974, respondendo ao plasmado no artigo número 3, aliena b) do Acordo de Lusaka foi instituído um Governo de Transição, que incluía membros do Governo Português e da Frente de Libertação de Moçambique. Com o funcionamento do Governo de Transição foi possível responder ao preceituado no artigo número quatro, alínea b), que consagrava que todas as partes deviam assegurar a integridade territorial de Moçambique, e a alínea e) do mesmo artigo que previa a dinamização do processo de descolonização (Acordo de Lusaka, 1974, p.1).

4.3 Independência e Estado Socialista

Em 25 de Junho de 1975, respeitando o acordado no artigo número 2³ do Acordo de Lusaka foi proclamada a independência completa de Moçambique. A primeira constituição escrita de Moçambique foi aprovada no dia 20 de Junho de 1975, juntamente com a Lei da Nacionalidade, por força do artigo número 18 do Acordo de Lusaka e promulgada (Artigo número 73 da Constituição da República Popular de Moçambique) do dia 25 de Junho de 1975. Foi com base nestes instrumentos jurídicos que nasceu o atual Estado Moçambicano, a República Popular de Moçambique, onde todos os desafios inerentes ao processo de desenvolvimento seriam decididos soberanamente pelos moçambicanos.

Depois da proclamação da independência nacional, a constituição de 1975 possibilitou a transformação da FRELIMO, movimento de libertação, em partido político e iniciou o processo de socialização integral da economia. Em 1977, o Governo

³ Artigo dois do Acordo de Lusaka. A Independência completa de Moçambique será solenemente proclamada em 25 de Junho de 1975, dia do aniversário da fundação da Frente de Libertação de Moçambique.

Moçambicano aprovou as Diretivas Econômicas e Sociais, um documento estratégico para a orientação política, econômica e social do Estado, em processo busca permanente do desenvolvimento.

Segundo Bellucci (2007) o Estado Moçambicano, por meio das Diretivas Econômicas e Sociais, definiu como estratégia para proceder à passagem ao socialismo; a promoção da socialização crescente da agricultura e lançamento das bases para a sua industrialização; acelerar o processo de industrialização e promover a edificação da indústria pesada; desenvolver e consolidar o papel dirigente do Estado na economia; e, orientar o processo de desenvolvimento através da planificação econômica global.

Quadro 5.2: Cronologia de Moçambique – I República (1975-1984)

PERÍODO HISTÓRICO	EVENTOS HISTÓRICOS EM MOÇAMBIQUE
I REPÚBLICA	
19-20 de Junho de 1975	– Aprovação da 1ª Constituição da República Popular de Moçambique e da Lei da Nacionalidade.
25 de Junho de 1975	– Proclamação da Independência de Moçambique.
24 de Julho de 1975	Nacionalização da Terra, Saúde, Educação e Justiça.
03 de Fevereiro de 1976	– Nacionalização dos prédios de rendimento.
13 de Outubro de 1976	– Criação dos Conselhos de Produção.
3-7 de Fevereiro de 1977	– Adoção da Estratégia de Socialização do Campo e introdução do sistema de Planificação Central da Economia, consequência da adoção da Ideologia Marxista-Leninista.
30 de Maio de 1977	– Início da Guerra Civil entre o Governo de Moçambique e os rebeldes da RENAMO.
01 de Janeiro de 1978	– Nacionalização da Banca, 6 (seis) Bancos nacionalizados e criação do Banco Popular do Desenvolvimento (BPD).
29 de Fevereiro de 1979	– Criação do Tribunal Militar Revolucionário.
1-4 de Agosto de 1979	– Elaboração do programa de luta contra o subdesenvolvimento.

	– Aprovação do Plano Prospectivo Indicativo (PPI), adotado em 1980.
16 de Março de 1980	– Troca da moeda antiga (Escudo) pela nova moeda (Metical)
16 de Junho de 1980	– Criação do Metical como moeda Nacional de trocas comerciais
26-30 de Abril de 1983	– Interrupção do PPI no IV Congresso da FRELIMO
Julho-Agosto de 1983	– Implementação da “Operação Produção”, onde uma parte significativa dos desempregados foram transferidos para a província do Niassa.
Agosto de 1984	– Aprovação da Lei do Investimento Nacional e Estrangeiro, como forma de atrair capital para a realização da estratégia econômica e social da FRELIMO.
Setembro de 1984	– Moçambique aderiu ao Banco Mundial e FMI.

Fonte: Adaptado da FRELIMO (2010)

A Lei número 11/78⁴ de 15 de Agosto apontava no preâmbulo para a necessidade de criar as bases materiais e ideológicas para a passagem ao socialismo. Com a revisão constitucional (Lei número 11/78), o país adotou formalmente o modelo socialista, o marxismo-leninismo. Contrariamente, a Constituição da República de 1975 (conforme os artigos número 4⁵ e 6⁶) que apontava a necessidade de liquidar o

⁴ A Constituição da República Popular de Moçambique consagra as principais conquistas da nossa Revolução, ao mesmo tempo em que define os objetivos a alcançar pelo Povo moçambicano. Como programa que é a Constituição deve acompanhar o avanço do processo de edificação da nova sociedade. O Povo moçambicano, dirigido pela FRELIMO, seu Partido de Vanguarda, é o agente principal de transformação da nossa sociedade, na construção das bases material e ideológica para a passagem ao Socialismo. O processo da revisão da Constituição que decorreu no nosso País engajou no estudo e enriquecimento da nossa Lei Fundamental amplos sectores do nosso povo, assim como as estruturas do Partido e do Estado e as Organizações de Massas.

⁵ A RPM tem como objetivos fundamentais: a edificação de uma economia independente e a promoção do progresso cultural e social e o prosseguimento da luta contra o colonialismo e o imperialismo.

⁶ A República Popular de Moçambique, tomando a agricultura como base e a indústria como fator dinamizador e decisivo, dirige a sua política económica no sentido da liquidação do subdesenvolvimento e da criação de condições para a elevação do nível de vida do povo trabalhador. Na prossecução deste objetivo o

subdesenvolvimento, mas sem especificar o modelo de desenvolvimento para que tal se ocorra, as mudanças pontuais do texto constitucional de 1978, indicavam o socialismo como o modelo possível para melhoria da vida dos trabalhadores e operários.

Diante das mudanças conjunturais nos planos interno e externo, o Governo de Moçambique aprovou em Agosto de 1979, o Plano Perspectivo Indicativo (PPI), considerado estratégico nos campos da política, socioeconómica para vencer o subdesenvolvimento na década de 1980. O lema do IV Congresso de 1983 da FRELIMO, “*Defender a Pátria, Vencer o Subdesenvolvimento, Construir o Socialismo*”, mostra que o ideário socialista era o principal modelo para superar e liquidar o subdesenvolvimento e operar as transformações profundas nas estruturas agrária e industrial moçambicana.

Quadro 5.3: Diagnóstico da Estrutura Económica de Moçambique -1977

Estrutura Económica Colonial de Moçambique	Permitir apenas a transformação primária das matérias-primas nacionais ou realizar a transformação final das matérias-primas importadas.
	Ser essencialmente produtor de bens de consumo.
	Ser fortemente dependente do exterior (combustíveis líquidos, metais, produtos químicos, equipamentos e peças sobressalentes). Não dispor de uma base sólida para realização da construção (a construção industrial, agropecuária e obras hidráulicas).
	O sector dos transportes estar mais virado para a solução dos problemas dos países vizinhos (SADC).
	Ter uma força de trabalho que refletia uma concepção marcadamente colonial. Inexistência de quadros moçambicanos capazes de assegurar o adequado funcionamento da economia nacional, a qual estava assente na exploração da força de trabalho moçambicana.

Fonte: Adaptado de FRELIMO (2010).

Segundo Castelo-Branco (2003; p.100), o PPI foi um programa específico de industrialização. Este programa visava à

Estado baseia se principalmente na força criadora do povo e nos recursos económicos do País, concedendo um apoio total à produção agrícola, promovendo o aproveitamento adequado das empresas de produção e procedendo à exploração dos recursos naturais.

construção, em dez anos (1980-1990), das bases essenciais da indústria básica moderna. Deste modo, o autor acrescenta que o programa buscava colocar no Estado a função de transformar a estrutura industrial, modernizar, aprofundar e expandir a sua malha e ligações. Neste contexto, criar uma indústria produtora de fatores de produção e de matérias que pudesse induzir o desenvolvimento dos diferentes setores da atividade econômica.

De acordo com a FRELIMO (2010), “o diagnóstico sobre estrutura econômica do país indicou que o aumento da produção realizado nos primeiros anos da independência (1975-1978) reproduziu a estrutura colonial deformada existente no país”. Os objetivos plasmados no PPI⁷ não foram materializados pelo Governo por razões internas e externas. Apesar de serem projetos ambiciosos e de grande magnitude para o desenvolvimento independente do país, exigiam um esforço econômico-financeiro considerável, e o país estava enfrentando uma crise de desequilíbrio das contas públicas. Em julho de 1981, o pedido de adesão do país ao Conselho para Assistência Econômica Mútua (CAEM), organismo da União Soviética, com vista a obter assistência financeira para levar a cabo os projetos estruturantes plasmados no PPI, foi rejeitado. Segundo Castelo-branco (2003; p.102):

O país tentará tornar-se membro do Conselho para Assistência Econômica Mútua (CAEM), mas não conseguiu especialmente porque a União Soviética não estava disposta subsidiar a economia moçambicana ao nível do que já vinha fazendo em relação a Cuba e Vietnam.

⁷ O programa era excessivamente dependente de recursos externos que não estavam disponibilizados, em 1980, 50% do investimento público eram cobertos por ajuda externa oficial, virtualmente todo investimento na economia nacional era público. No mesmo período, as receitas em divisas haviam diminuído por causa do boicote econômico da África do Sul contra Moçambique, da aplicação de sanções internacionais contra a Rodésia do Sul (Zimbabué) e do efeito combinado da redução das exportações e deterioração dos seus termos de troca relativamente às importações. “O país não conseguiria fontes alternativas de financiamento externo, nem parceiros com que partilhar os custos” (Castelo-branco, 2003, p.102).

Quadro 5. 4: Objetivos do PPI – Plano Perspectivo Indicativo de Desenvolvimento de Moçambique

1ª FASE DO PPI	Maximizar a produção para a exportação, dando especial atenção ao algodão, carvão, amêndoa de caju, madeira, camarão, açúcar e melão, frutas tropicais, mandioca e tabaco.
	Aumentar rapidamente a produção de bens de consumo que hoje importamos de modo a: Nos primeiros anos da década acabar com a importação de carne e batata; No final da primeira fase, pôr fim à importação de milho, arroz, peixe e os tecidos que mais pesam nas importações;
	Acelerar ao máximo os trabalhos de pesquisa geológicas de modo a garantir as reservas minerais indispensáveis aos grandes projetos industriais, em especial petróleo, gás, ferro, carvão, minerais e alumínio e tântalo.
	Reduzir ao mínimo o consumo de combustíveis, líquidos;
	Garantir a entrada em funcionamento das seguintes capacidades de produção: Áreas prioritárias para o desenvolvimento agrário; Produção de aço a partir de sucata, na CIFEL; Produção de alfaías e instrumentos agrícolas, na Beira; Produção de caminhões; e) Produção têxtil em Cabo Delgado e Zambézia;
	Aumentar a produção de vagões, cimento, cerâmica, cal, pedra e varão de construção.
	Realizar ações que assegurem o escoamento do tráfego que se previa que se concentrasse no lanço ferroviário Dondo - Moatize, em especial do carvão;
	Realizar ações que assegurem o escoamento do tráfego que se previa que se concentrasse no lanço ferroviário Dondo - Moatize, em especial do carvão;
	Acelerar a formação de quadros;
2ª FASE DO PPI	Maximizar a produção para a exportação dando especial atenção para o carvão, algodão, mandioca, tabaco, madeiras, alumínio, frutas tropicais, cereais e amêndoa de caju;
	Garantir o início de produção de complexos de ferro e aço, carvão, alumínio, fertilizantes, tratores e outros equipamentos agrícolas e outros produtos das indústrias metalúrgicas, bem como a entrada em funcionamento das áreas permitidas para o desenvolvimento agrário;
	Realizar o aumento da capacidade de produção das fábricas de alfaías, de vagões, camiões e autocarros;
	Assegurar o desenvolvimento da indústria produtora de produtos para o abastecimento de modo a se satisfazer as necessidades crescentes do povo, considerando em especial o ritmo de crescimento da matéria-prima produzida no sector agrário;
	Acelerar a realização do programa de cooperativização campo;

Fonte: Adaptado de FRELIMO (2010).

A rejeição, em Abril de 1983 da adesão do país ao Conselho Econômico de Ajuda Mútua teve como consequência a interrupção do Plano Perspectivo Indicativo. O fim do Plano Perspectivo Indicativo originou em julho e agosto de 1983, o controverso plano, a “Operação Produção”. A Operação Produção consistiu transferir as pessoas desempregadas para as províncias do norte de Moçambique, Niassa e Cabo Delgado. Vários problemas se originaram a seguir, levando ao país a enfrentar no primeiro quinquênio da década de 1980, a guerra civil, calamidades naturais e a dependência com África do Sul. Para Bellucci (2007, p.185):

“As mudanças na estratégia econômica não evitaram o aprofundamento da guerra civil entre o Governo de Maputo e a guerrilha da Resistencia Nacional de Moçambique (RENAMO) e da crise financeira e econômica. Os indicadores econômicos a partir de 1983 decresceram vertiginosamente, sendo que a balança de pagamentos registrou em 1985 um saldo negativo quinze vezes superior ao do ano de 1980. Deste modo, em 1983, Moçambique estava em insolvência financeira com uma dívida acumulada de cerca de US\$ 1.4 bilhões”.

Tabela 5.1: Estimativa de Prejuízos Diretos e Redução das Receitas - Moçambique – (1975-1983)

	Valor (US\$)	%
Custo da Dependência com a África do Sul	- 3.416	62%
Redução do número de Mineiros na África do Sul	- 568	10%
Diminuição do tráfico ferroviário e portuário (1975-1983)	- 248	5%
Não observação integral pela África do sul dos acordos sobre os mineiros a partir de abril de 1978	- 2.600	47%
Custo da Guerra Civil	- 889	16%
Aplicação de sanções a Rodesia do Sul em face de suas agressões (1976-1980)	- 556	10%
Agressões diretas ou da guerrilha (RENAMO) pela África do Sul	- 333	6%
Calamidades naturais	-252	5%
Inundações de 1977 e 1978	- 98	2%
Secas na região centro e Sul (1982-1983)	- 154	3%
Custos da dependência geral	-950	17%
Redução das receitas de exportação (redução dos termos de troca, seca, guerra civil).	- 131	2%
Efeitos da subida dos preços de petróleo	- 819	15%
Total	-5.507	100%

Fonte: Bellucci (2007, p. 175).

A crise do sistema capitalista mundial que assolou os países periféricos no início da década de 1980, conjugado com a crise energética (petróleo) vivida em 1979 afetaram de modo profundo as contas públicas de Moçambique, 17% dos prejuízos líquidos, US\$ 950 milhões. Outras questões internas, tais como as calamidades naturais (secas e inundações de 1977 e 1978) também foram responsáveis por 5% dos prejuízos financeiros, equivalente a US\$ 252 milhões.

O regime de *apartheid* de Pretória, com apoio de Washington ofereceu ajuda militar ao movimento de guerrilha (Resistencia Nacional de Moçambique - RENAMO), ação provocou prejuízos financeiros em 62% das contas públicas, equivalente a US\$ 3.4 bilhões. Deste modo, vários fatores internos e externos nesta ofensiva ideológica, social e econômica em Moçambique contribuíram para o fracasso⁸ da implementação

⁸ As causas do insucesso socialista em Moçambique não estão em seus próprios erros. Ela não cometeu pecados originais, seus erros históricos foram os mesmos

do projeto socialista revolucionário e de transformação do sistema produtiva pelas classes operárias e camponesas (BELLUCCI, 2007).

4.4 Transição do modelo socialista para o neoliberalismo

Diante dos vários problemas políticos e econômicos que o Governo de Maputo enfrentou em 1983 iniciou em 1984 várias frentes políticas e diplomáticas a tendente ao estabelecimento da paz (fim da guerra civil) e captação de recursos financeiros, com dois objetivos, um econômico, manter o funcionamento pleno da economia e da máquina administrativa pública; e o outro, de caráter social, manter o apoio das massas revolucionárias (operários e camponeses) no ideário de construção da nação socialista. Para as massas revolucionárias (operários e camponeses), o Governo de Maputo justificava a interrupção do caminho de desenvolvimento socialista como resultado das forças imperialistas (Ocidentes); e, quando as condições regionais e internacionais se normalizassem, o projeto revolucionário socialista voltaria à tona. Segundo Bellucci; (2007, p.180).

No IV Congresso da FRELIMO (26 a 30 de Abril de 1983) considerava imprescindível um recuo tático, uma concessão na transformação socialista, de modo, a “permitir a recuperação da produção sob impulso da iniciativa privada no âmbito da economia não oficial”. (Wutys, 1990, p.109). E ainda os imperativos da guerra civil interna e o caminho socialista da revolução exigiam a intervenção contínua do Estado na economia, mais à frente, numa nova conjuntura regional e internacional, o

dos que lutaram pelo socialismo no século XX. Contudo a FRELIMO (Moçambique) não queria substituir os colonialistas e melhorar a sociedade doméstica. Ela insistia na modernidade e, mais que isso, queria a modernidade socialista sem exploração, com igualdade e solidariedade. Era a sua utopia. Para impor o seu projeto, desqualificou a sociedade doméstica. Não pretendia construir uma sociedade rural melhorada, baseada nos valores tradicionais. Queria transformá-la em assalariada.

socialismo voltaria à pauta. Para os revolucionários da FRELIMO a abertura da economia a iniciativa privada seria uma espécie de Nova Economia Política.

Quadro 4.1: Cronologia Histórica – Período de Transição (1985-1994)

PERÍODO HISTÓRICO	EVENTOS HISTÓRICOS EM MOÇAMBIQUE
PERÍODO DE TRANSIÇÃO	
Outubro de 1985	<ul style="list-style-type: none"> – Liberalização dos preços de alguns produtos agrícolas; – Privatização das empresas e aumentar a participação do sector privado.
25 de Julho 1986	<ul style="list-style-type: none"> – Revisão parcial da Constituição da República, criando os cargos de Presidente da Assembleia da República e de Primeiro-Ministro.
19 de Janeiro de 1987	<ul style="list-style-type: none"> – Introdução do Programa de Reabilitação Económica (PRE) com objetivo da liberalização da economia e deixar orientada para o mercado
02 de Novembro de 1990	<ul style="list-style-type: none"> – Aprovação da 2ª Constituição da República, onde foi reconhecido o sistema multipartidário, liberdade de expressão e de imprensa.
1990/1991	<ul style="list-style-type: none"> – O Programa de Reabilitação Económica PRE passou a denominar-se PRES (Programa de Reabilitação Económica e Social).
1991	<ul style="list-style-type: none"> – Aprovação da Lei dos Partidos Políticos, no quadro da implementação do Sistema Político multipartidário, em Maputo.
04 de Outubro de 1992	<ul style="list-style-type: none"> – Assinatura do Acordo Geral de Paz I, em Roma (Itália).
Outubro de 1994	<ul style="list-style-type: none"> – Primeiras eleições multipartidárias em Moçambique
1994	<ul style="list-style-type: none"> – Aprovação do 1º Programa Quinquenal do Governo

Fonte: FRELIMO (2010)

No recuo tático do projeto revolucionário, o Governo de Maputo, iniciou aproximação com os países do Ocidente. O primeiro passo neste sentido teve lugar no dia 16 de Março de

1984, com a assinatura do Acordo de Incomati (*Acordo de Não-Agressão e Boa Vizinhaça entre Moçambique e a África do Sul*). No dia 03 de Outubro de 1984, na cidade de Pretoria, iniciaram as negociações de paz em Moçambique entre a RENAMO e o Governo de Moçambique, mas que, não se obteve sem sucesso para um acordo de paz.

The 1984 accord was a genuine turning point in Mozambique's relation with the West. Mozambique joined the International Monetary Fund and World Bank, passed a new foreign investment law (Isaacman, 1985, p. 39). On 3 October 1984, South Africa hosted negotiation in Pretoria. In middle of talks, RENAMO representative Evo Fernandes received a telephone call from Lisbon to walk out. Two weeks later RENAMO announced that it would not sign any agreement (US Congress, Committee of Foreign Relations, Subcommittee on Africa, 1987, 23) (Scott; 1996; p. 199).

Este acordo de 1984 foi uma luz que permitiu os EUA, Governo de Ronald Reagan considerar Moçambique como um possível parceiro para diminuir a influência da URSS na SADC. Desta forma na visita que o presidente de Moçambique efetuou a Washington, os EUA ofereceram todo apoio para facilitar à adesão do país as instituições de Bretton Woods:

The U.S promised to sponsor Mozambique for membership in the International Monetary Fund, the World Bank, and so-called Paris Club, a prerequisite for negotiating Western debt". The Heritage Foundation, September 19, 1985. "Mozambique was approved for IMF membership in 1984 and subsequently received US\$ 45 million World Bank loan. Mozambique was also the largest recipient of U.S emergency food aid in 1984, some 350, 000 metric tons. State Department officials have defended their backing of

Machel's Marxist regime by insisting that: "Mozambique isn't Nicaragua" (The Heritage Foundation, N. 455, 1985).

O Governo de Maputo teve um encontro com os credores internacionais do Clube de Paris, em 1984, com vista ao reescalonamento da dívida pública por onze anos e a carência de 66 meses. O ano de 1982 foi último que Moçambique conseguiu pagar o serviço da dívida pública (Hermele e RIEA, 1988, p. 293). O processo de transição da economia planificada para economia de mercado requeria do país a realização de reformas legais e fiscais importantes. Em resposta, o Governo aprovou em Agosto de 1984, a Lei do Investimento Nacional e Estrangeiro, como forma de atrair capital na economia. No dia 24 de Setembro de 1984, Moçambique foi admitido como membro do FMI e do Banco Mundial, e em 30 de Outubro do mesmo ano, assinou a Convenção de Lomé. A adesão permitiu um empréstimo do Banco Mundial no mesmo ano no valor de US\$ 45 milhões.

A adesão de Moçambique as instituições de Bretton Woods significou aceitar a implantação das medidas de cunho neoliberal, que propunham reformas estruturais. Bellucci (2007, p. 202) afirma que ocorreu uma mudança central desse processo. As discussões sobre economia política, estratégias e ideologias deram lugar aos debates quantitativos e microeconômicos das fórmulas salvadoras, presentes na economia liberal, apresentada como a única e indiscutível alternativa. De acordo com BELLUCCI (2007, p.201), três gerações de políticas estruturais e conjunturais foram implementadas pelas instituições de Bretton Woods na África Subsaariana, nos anos de 1980 e 1990, a saber:

1. No início dos anos 1980, a estabilização da economia, através de medidas de gestão em curto prazo, que não preconizavam as causas subjacentes aos desequilíbrios de balança de pagamentos.
2. Em meados dos anos 1980, o ajustamento estrutural, que propunha interferência nos setores produtivos e institucional.
3. Na década de 1990 essas políticas (um e dois) reconhecem a importância do fator social e agregam o crescimento sustentável no ajustamento.

No total na África Subsaariana foram aplicados 241 Programas de Ajustamento Estrutural no período de 1980 a 1989. O resultado quantitativo dos programas de ajustamento estrutural foi o crescimento de apenas 1% do PIB na África Subsaariana, a chamada década perdida de África. No dia 19 de Janeiro de 1987 iniciou oficialmente a implementação do Programa de Ajustamento Estrutural, localmente denominado por Programa de Reabilitação Econômica (PRE), tendo em Julho do mesmo ano, o FMI acrescentado outras medidas no *Policy Framework Paper*. Em 1990, foi incluído o fator social no programa de ajustamento estrutural de Moçambique, passando a denominar-se PRES (BELLUCCI, 2007, p. 201).

Quadro 4.2: Cronologia Histórico-político de Moçambique (1995-2015)

II REPÚBLICA	
1998	– Primeiras Eleições Municipais em Moçambique
16 de Novembro de 2004	– Aprovação da Atual Constituição da República de Moçambique
31 de Outubro de 2006	– Reversão da Hidroelétrica de Cahora Bassa a favor de Moçambique, passando o país a beneficiar-se de 85% e Portugal 15%.
17 de outubro de 2012	– Início da Tensão Político-militar entre o Governo e a RENAMO.
21 de outubro de 2013	– A RENAMO anuncia o fim do Acordo Geral de Paz I de 1992.
05 de setembro de 2014	– Assinatura de Acordo de Paz II.
15 de Abril de 2016	– FMI cancela Cooperação com Moçambique na sequência da confirmação de um empréstimo de mais de US\$ 2 bilhões que não tinha revelado à instituição.

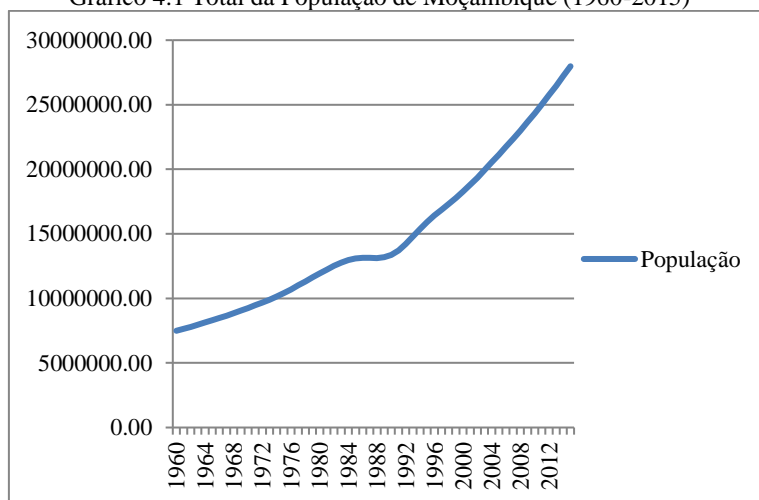
Fonte: Adaptado com base na FRELIMO (2010).

O Programa de Reabilitação Econômico (PRE) teve como contornos genéricos os de todos os outros programas de ajustamento estrutural na África Subsaariana, focada na liberalização dos mercados. Neste contexto, ocorreu aumento dos preços dos produtos agrícolas; desvalorização significativa da

moeda nacional; redução do papel do Estado na economia quer por privatizações das suas participações diretas no sistema produtivo, quer por redução do déficit do setor público administrativo; diminuição da taxa de crescimento da oferta monetária; redução da procura interna através da descida dos salários reais (Serra, 1991, p. 21).

4.5 Caracterização Demográfica de Moçambique

Gráfico 4.1 Total da População de Moçambique (1960-2015)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do INE – 2015.

De acordo com o Gráfico 4.1 a população de Moçambique está estimada em mais de 27 milhões de habitantes (2015). A população do país cresceu à taxa média anual de 2,6%, no período de 1960–2015). Em 1960, o país tinha uma população estimada em sete milhões de habitantes; e em 1970 passou para cerca de nove milhões de habitantes (aumento em 19% no número da população, a uma taxa média anual de crescimento de 2,1%); em 1980 contava com 12 milhões de habitantes (aumento populacional total de 22% comparativamente a década de 1970, a taxa média anual de crescimento de 2,5% a.a.). Em 1990, apresentava uma população total estimada em 13 milhões (aumento de 11% no número da populacional, a uma taxa média de crescimento de 1,3% a.a.); e no ano 2000, a população era

estimada em 18 milhões de habitantes (aumento 27% no número da população, a uma taxa média de crescimento de 2,9% a.a.) e no ano 2010 já tinha uma população estimada em 24 milhões (aumento de 25% no número da população, a taxa média de crescimento de 2,9% a.a.).

De acordo com a Tabela 4.1, estimativas para o ano 2017 apontam para que mais de 68% da população vivem em regiões rurais (18 milhões de habitantes) e 32% (nove milhões de habitantes) estão nas regiões urbanas; e, os homens correspondem a 48% (13 milhões) da população moçambicana e as mulheres são 52% (14 milhões). As províncias mais populosas são Zambézia (19% da população total), Nampula (19%), Tete (10%), Sofala (8%) e Manica (8%), e a capital, cidade de Maputo (5%).

Tabela 4. 1: Divisão Administrativa e População – Moçambique – 2017.

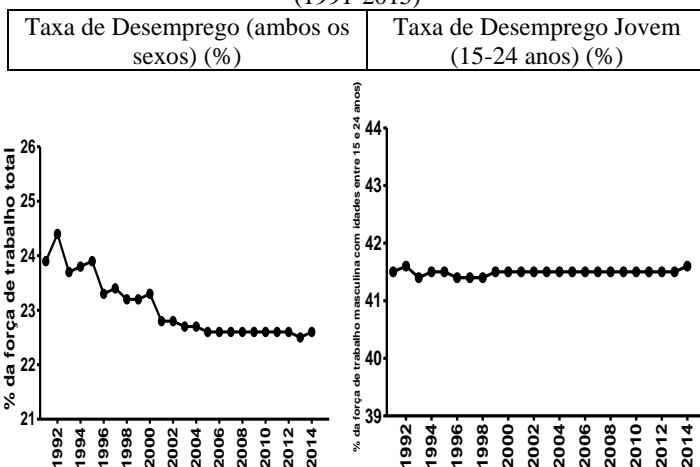
Província	População	Homens	Mulheres	Populaçã o Urbana	Populaçã o Rural
Maputo Cidade	1.225.868	610.777	662.299	1.225.868	-
Maputo	1.858.597	891.521	967.076	1.319.374	539.223
Gaza	1.467.951	672.291	795.660	379.350	1.088.601
Inhamban e	1.547.850	696.323	851.527	379.694	1.168.156
Sofala	2.150.769	1.043.958	1.106.811	762.029	1.388.740
Manica	2.071.403	1.001.323	1.070.080	487.649	1.583.754
Tete	2.723.010	1.333.872	1.389.138	370.234	2.352.776
Zambézia	5.043.120	2.436.703	2.606.417	1.115.865	3.927.255
Nampula	5.251.293	2.593.888	2.657.405	1.755.603	3.495.690
Cabo Delgado	1.952.341	946.511	1.005.830	501.883	1.450.458
Niassa	1.789.120	879.280	909.840	422.020	1.367.100

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do INE (2015).

A População Economicamente Ativa (PAE) estava estimada em cerca de 12.4 milhões de pessoas, segundo dados de 2015 do INE. Nas últimas duas décadas (1990–2015), a força de trabalho vem crescendo a uma taxa média de 3% a.a. Em 1990, a

PAE era estimada em seis milhões, e em 2000, passou para nove milhões (aumento de 30%, a taxa de crescimento de 4% a.a.) e no ano 2010 alcançou em mais de 11 milhões de pessoas (aumento de 21%, a taxa de crescimento de 3% a.a.).

Gráfico 4.2: Desemprego (% da força de Trabalho) – Moçambique – (1991-2015)



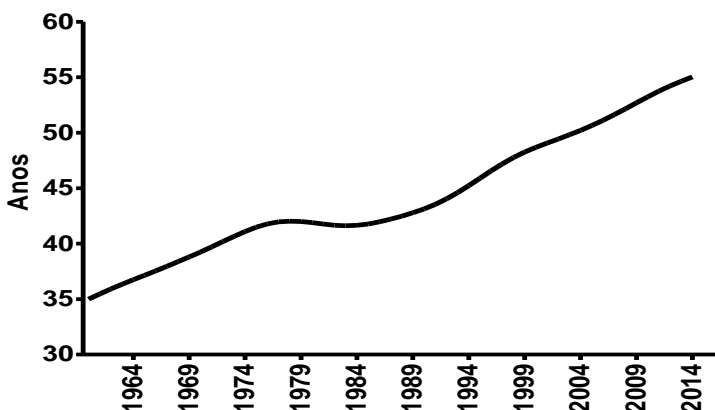
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2017)

A média da taxa de desemprego registada em Moçambique foi 22,75% a.a. (1991–2015). A taxa de desemprego jovem (15–24 anos) nas mulheres foi 40% a.a., e nos homens de 42% a.a. Segundo o INE (2015), aproximadamente 15% da população economicamente ativa estavam empregadas como trabalhadores familiares sem remuneração (8,5% entre os homens e 21% entre as mulheres), 7,3% figuraram como trabalhadores sazonais, e outros 9% são trabalhadores ocasionais.

De acordo com os dados do Gráfico 4.3, a média da expectativa de vida das últimas décadas (1960–2014) aponta para 42 anos. No entanto, a expectativa de vida, em 2014 foi de 55 anos. Verificando os dados históricos é possível notar que houve um aumento de 20 anos de idade na expectativa de vida da população, pois, em 1960 a expectativa de vida ao nascer era de 38 anos de idade. No tocante ao aumento da expectativa de vida por décadas, nota-se que na década 1990 houve aumento significativo

na média de idade de vida da população (+6 anos de idade), e a década de 1980 observou o menor aumento médio da idade de vida (+1 ano de idade). Outras décadas do período em análise tiveram aumento médio que variou de 3 a 4 anos de vida. Na década de 1960, i) (+4 anos de idade); década de 1970, ii) (+3 anos de idade); e, na década de 2000, iii) (+4 anos de idade).

Gráfico 4.3: Expetativa de Vida (total da população) – Moçambique – (1960-2015)

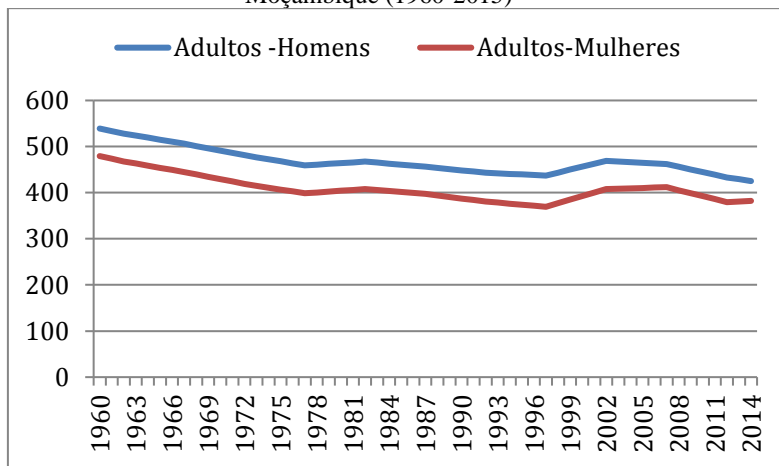


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2015)

O aumento da expectativa de vida da população moçambicana é acompanhado pela diminuição da taxa de mortalidade (ambos os sexos) e da infantil (>5 anos de idade). A média da taxa de mortalidade adulta nos homens está estimada em 463 mortes por mil habitantes (1960–2014), e nas mulheres em 404 mortes por mil habitantes. Na década de 1960, a média da taxa de mortalidade nas mulheres foi de 456 mortes por mil habitantes. Na década de 1970 a média foi de 409 mortes por mil habitantes (menos 47 mortes em cada mil habitantes, comparativamente a década de 1960), em 1980 houve a menor diminuição da média da taxa de mortalidade (apenas menos seis mortes por mil habitantes em comparação com a década de 1970); tendo sido de 402 mortes por mil habitantes. Na década de 1990, a média da taxa de mortalidade foi de 378 mortes por mil habitantes, uma diminuição média de 25 mortes por mil

habitantes, em comparação a década de 1980. A década de 2000 apresentou um aumento (+30 mortes por mil habitantes) na taxa de mortalidade feminina em comparação com os dados históricos da década de 1990, pois registrou uma média de 408 mortes por mil habitantes.

Gráfico 4. 4 Taxa de mortalidade Adulta (homens e mulheres) – Moçambique (1960-2015)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2014).

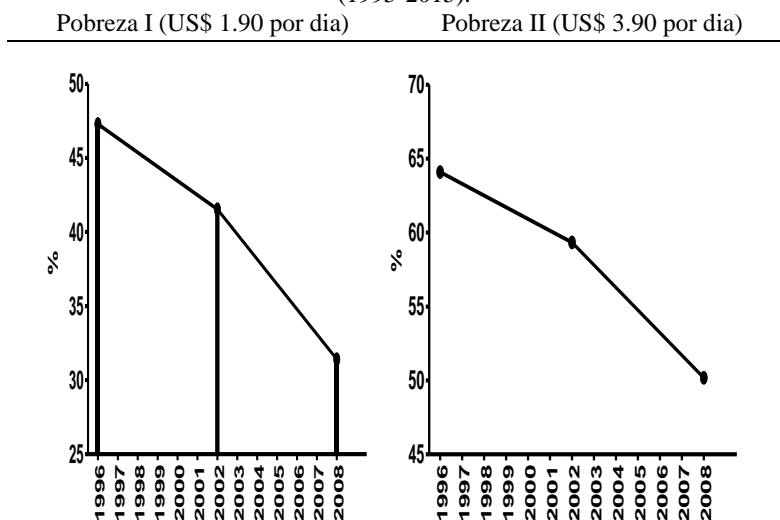
Na década de 1960, a média da taxa de mortalidade adulta nos homens foram 517 mortes por mil habitantes. Na década de 1970, houve diminuição significativa na taxa de mortalidade (menos 47 mortes por mil habitantes), alcançando 470 mortes por mil habitantes. A década de 1980 registrou a menor diminuição na média da taxa de mortalidade (menos oito mortes por 1000 habitantes), justificada pela conjuntura política, econômica, guerra civil e calamidades naturais.

A década de 1980 registrou taxa média de mortalidade de 462 mortes por mil habitantes. A década de 1990 apresentou uma média de taxa de mortalidade de 443 mortes por mil habitantes, o que sugere menos 19 mortes de homens por mil habitantes em comparação a década de 1980. E, na década de 2000, inverteu-se a tendência de diminuição, que se verificou na década de 1990, e houve um aumento de 20 mortes por mil habitantes, o que

pressupõe taxa média de mortalidade de 463 mortes por mil habitantes.

A redução da pobreza I (menos de US\$ 1.90 por dia) e pobreza II (menos de US\$ 3.90 por dia) constitui um desafio contínuo no desenvolvimento social e econômico do país, visto que mesmo tendo apresentado uma taxa de crescimento médio do PIB de 7% a.a. (1960-2015), ainda tem altos índices de incidência da pobreza, mais de metade da população vive abaixo do limiar da pobreza. Os dados do Banco Mundial (2008) apontam que 31,41% da população vivem com menos de US\$ 1.90 por dia.

Gráfico 4. 5: Pobreza I e II (US\$1.90 e US\$3.90 por dia) – Moçambique – (1995-2015).

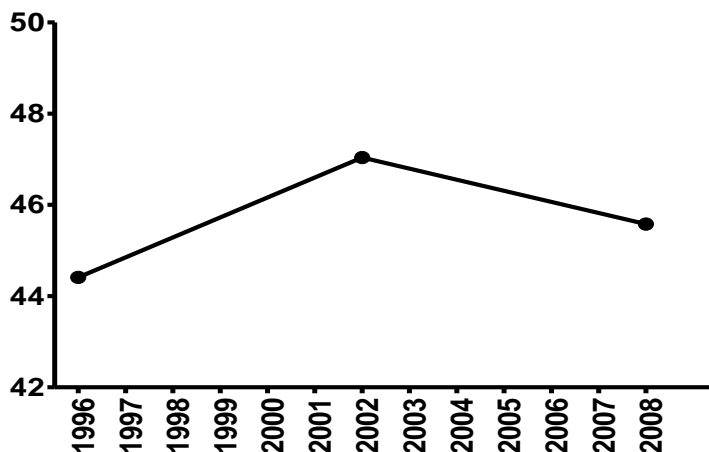


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2014)

No período de 1996–2015 ocorreram avanços significativos na redução da pobreza do tipo I a, uma vez que em 1996, 47,28% da população viviam com menos de US\$1.90 por dia. Depois de seis anos, em 2002, constatou-se que houve uma redução de 6%, no número de pessoas vivendo no limiar da pobreza I, passando para 42% da população. O número da população na pobreza II correspondeu a 50% (15 milhões de pessoas). Durante os últimos vinte anos (1996-2016), 13,9% saíram do limiar da pobreza II. No primeiro sexênio (1996 entre

2002) registou-se uma redução de 5% de pessoas na pobreza II (59% da população na pobreza II em 2002), e no segundo sexênio (2002–2008) procedeu-se a maior diluição do número de pessoas na pobreza II, cerca de 9% da população.

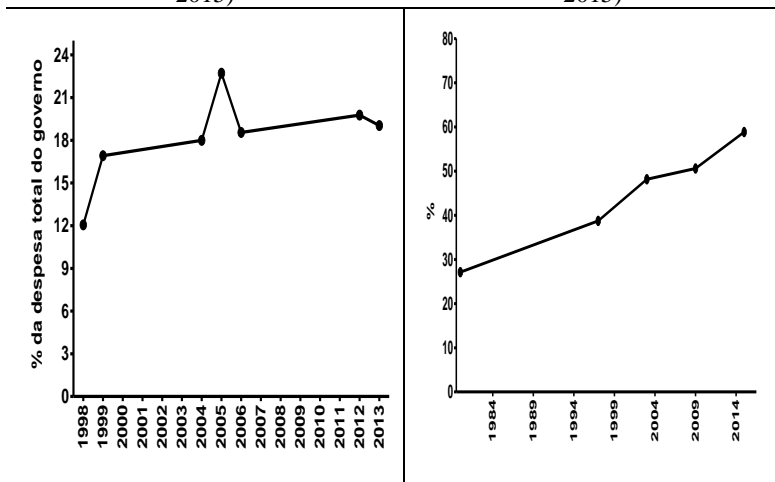
Gráfico 4.6: Índice GINI – Moçambique - (1996; 2002; e 2008)



Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2008).

Segundo os dados o Gráfico 4.6, sobre o índice GINI, o índice de desigualdade em Moçambique em 1996 era de 44,4 pontos percentuais; e, em 2002 houve aumento dos níveis de desigualdade em três pontos percentuais, passando para 47 pontos percentuais. Os dados de 2008 apontam para um recuo em 1,5 pontos percentuais do nível da desigualdade em Moçambique de 45,6 pontos percentuais. Trata-se de um dado importante, no sentido de que houve, no mesmo período, uma redução dos níveis de incidência da pobreza dos tipos I e II.

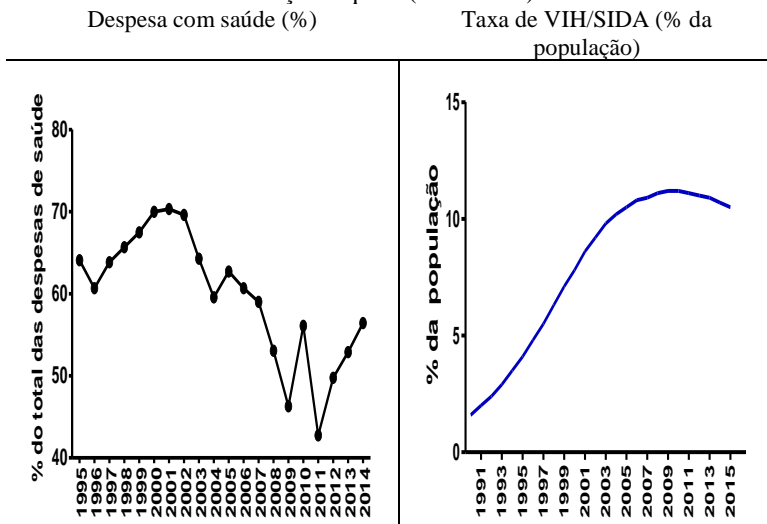
Gráfico 4.7: Despesas com educação (%) e Analfabetismo –
Moçambique – (1980-2014).
Despesas com educação (1998-2015) Taxa de Analfabetismo (1980-2015)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2014).

A despesa do governo de Moçambique com a educação correspondia a 6,5% do PIB em 2013. No entanto, em uma década (2003–2013) houve um aumento em 2,8% das despesas com a educação. Em 2003, apenas 3,7% do PIB eram alocados para a educação. Os dados do Banco Mundial apontam em média que 19% do Orçamento do Estado Moçambicano foram alocadas ao Sector da Educação Público entre 1997–2013. Em 1998, 12% do Orçamento do Estado Moçambicano eram destinados à educação pública, e em 2005, chegou a 22% e nos anos subsequentes, vem apresentando uma tendência à queda para média geral (19%).

Gráfico 4. 8: Despesa com saúde e taxa de VIH/SIDA (%) –
Moçambique – (1990-2015)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2015).

Conforme oGráfico 4.8 a taxa média anual de alfabetização de adultos no país foi de 58,8% da população, entre 1997 a 2015. Nesse período, houve redução em 20% na taxa de analfabetismo em Moçambique. Em 1997, a taxa de analfabetismo foi de 38,7%, com lançamentos de programas de alfabetização de adultos promovidos pelos parceiros do Governo de Moçambique. Em 2003, esta taxa elevou-se para 48%. Sublinhar-se que os esforços do Governo de conceber e aplicar programas de alfabetização no período (1997–2003) possibilitou uma diminuição à alfabetização em 10%. De 2003 a 2009, registou-se uma ligeira redução de apenas 2,4% da taxa de analfabetismo, mas os dados de 2010-2015 mostram um avanço considerável resultando na redução em 8,3% o nível de analfabetismo em adultos.

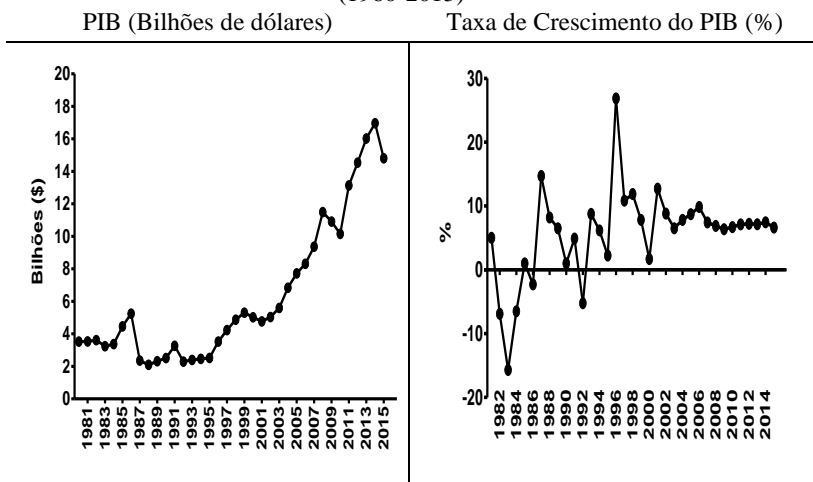
De acordo com o Gráfico 4.8, no período de 1995 e 2015 a despesa pública com saúde representou 6% do PIB. Neste período, 61% do Orçamento Geral do Estado foram destinados ao setor da saúde. É o setor que recebe maior dotação orçamentária, não obstante na última década (2004–2014) ter se observado uma

redução de orçamento de 4,6%. No período entre 1980 e 2015, a despesa média per capita com saúde foi de US\$ 285. No entanto, na última década (2005–2015) a despesa média com saúde per capita cresceu em 57%, passando para US\$ 500.

4.6 CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA DE MOÇAMBIQUE

Segundo os dados do Gráfico 4.8, Moçambique apresentou um PIB no valor de US\$ 14,8 bilhões, em 2015. No final do século XX (1980-1999) o país registrou um PIB médio anual de US\$ 3,3 bilhões. No entanto, com a implantação dos megaprojetos (exportação de alumínio, gás natural, etc.) no início do século XXI, o PIB médio nos últimos 15 anos (2000-2015) elevou-se para valores monetários de US\$ 10,2 bilhões. O Gráfico 4.9 mostra que nas últimas quatro décadas a taxa média de crescimento do PIB (1980–2015) de 6,9% a.a., figurando entre os países da África Subsaariana com altas taxas de crescimento do PIB.

Gráfico 4. 9: Valor do PIB (US\$) e Taxa de Crescimento – Moçambique – (1960-2015)

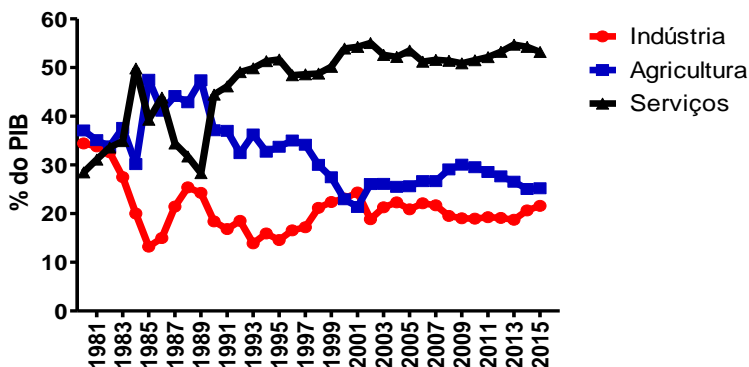


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2014).

De acordo com os dados do Gráfico 4.10, no período de 1980–2015 a participação média anual da agricultura na formação

do PIB foi de 30%, tal registro demonstra que a economia moçambicana encontra-se ainda assentada em setores primários da economia, sem apresentar forte dinamismo tecnológico e de acumulação. Na década de 1980 a agricultura apresentou uma participação média anual de 39% no PIB, tendo no período subsequente, na década de 1990, ocorrido uma redução da participação média anual em 5% a.a., passando a representar 34%. E, na década de 2000 manteve-se essa tendência de diminuição percentual da participação da agricultura no produto, e com registro de redução de 8%, significando uma participação média do setor de 26,1% a.a. Considera-se que mesmo com a diminuição da participação média do setor em 13%, o setor tem a maior participação na formação do PIB de Moçambique.

Gráfico 4.10: Agricultura, Indústria e Serviços na formação do PIB – Moçambique – (1980-2015).



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2015).

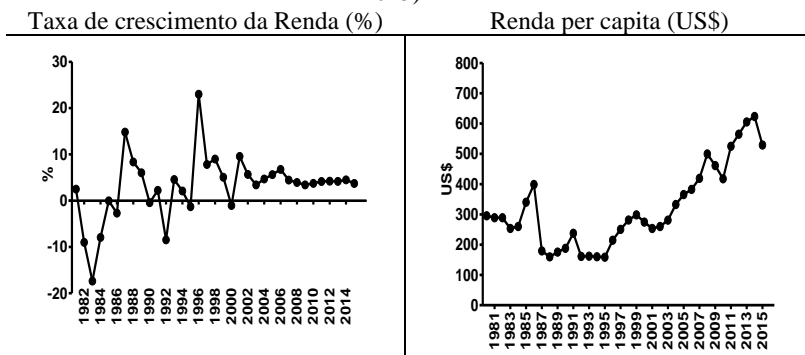
A indústria apresentou uma contribuição média anual de 20% na formação do PIB. A dinâmica do setor industrial teve alterações estruturais profundas depois das reformas estruturais e conjunturais ditadas pelo FMI e Banco Mundial. Na década de 1980, a contribuição da indústria no PIB foi de 25% a.a. No período de 1980-1984, a participação média anual da indústria no PIB foi de 33%, e tal pressupõe um crescimento do setor industrial em 11%. Este crescimento que ocorreu no segundo quinquênio da década de 1980 (o valor médio adicionado da indústria no PIB foi de 21%), foi em parte, resultado das reformas

estruturais em setores-chaves da indústria nacional. Na década de 1990, o valor adicionado da indústria no PIB foi de 17% a.a., demonstrando uma desaceleração no valor médio em 7,8% a.a. em comparação com a década de 1980.

A década de 1990 apresentou menor no valor adicionado da indústria no PIB. Diante da melhora no ambiente macroeconômico no país, o setor de serviços apresentou um aumento do valor médio anual da contribuição no PIB em 5%. No final da década de 2000, a indústria voltou a ter a mesma contribuição significativa no PIB, de 22%. Tal pressupõe uma tendência crescente à industrialização, resultado da entrada das empresas multinacionais. Mais adiantes, apresenta-se uma análise da industrialização do país, determinando a contribuição geral da indústria sem/com os grandes projetos de empresas multinacionais.

De 1980 e 2015, o valor médio anual adicionado dos serviços no PIB foi 50%. Na década de 1980, a participação dos serviços correspondeu a 34% do PIB. Na década de 1990, houve um aumento da participação do setor serviços em 15%, (tendo o valor médio adicionado dos serviços no PIB sido de 49% na década de 1990). A década de 2000 manteve uma tendência ao aumento (+3,5%) da participação do setor dos serviços, tendo, no geral, a participação no PIB do setor registrado uma participação na formação do PIB em 52,4%. Considerando o percentual citado, o setor de serviços constituiu um dos mais dinâmicos da economia de Moçambique.

Gráfico 4. 11: Renda per capita (%) e (US\$) – Moçambique – (1980-2015)

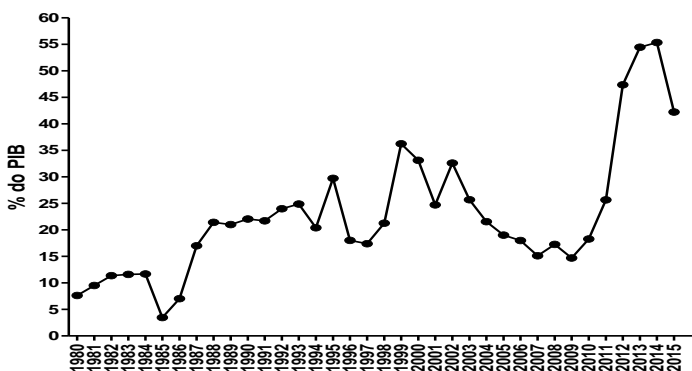


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2015).

Em termos monetários, entre 1980 e 2015, a renda média per capita em Moçambique foi de US\$ 285. Na década de 1980, a renda média per capita foi de US\$ 27, mas na década de 1990 registou-se uma diminuição em US\$ 73 no valor da renda média per capita, tendo nesse período se fixado em US\$ 201 a renda per capita do país. Os dados da década de 2000 apontam para um aumento em US\$ 148 da renda per capita, traduzindo uma renda média de US\$ 349 para a década. Os dados do primeiro quinquênio da década de 2010 apontaram para um aumento da renda em US\$ 198 e sinalizam uma renda per capita de US\$ 547.

A taxa de crescimento da renda média per capita no período de 1981-2015 foi de 4,14% do PIB. Na década de 1980, Moçambique apresentou uma taxa de crescimento da renda per capita negativa, -0,04%. Na década de 1990, houve uma retomada ligeira no crescimento médio anual da renda per capita, tendo crescido 3,4%. E, na década de 2000, a renda per capita cresceu em média anual 5%. No primeiro quinquênio da década de 2010, prevaleceu uma tendência de crescimento da renda per capita, sendo que em cinco anos a média foi de 4,2% a.a.

Gráfico 4.12: Formação Bruta de Capital – Moçambique - (1980-2015)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2015).

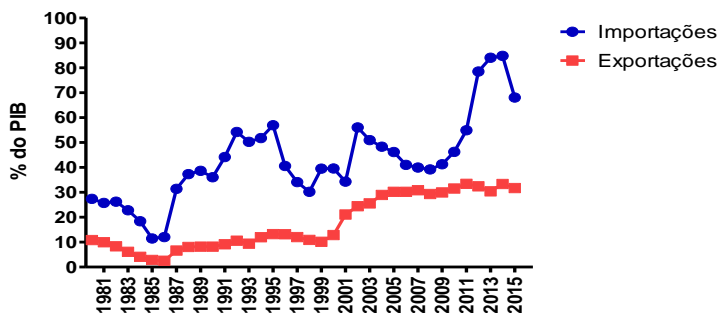
A taxa de formação bruta de capital em Moçambique no período entre 1980 e 2015, em média, foi de 21,1% do PIB. Na década de 1980, em média, a Taxa de Formação Bruta de Capital

correspondia a 12% do PIB. Na década de 1990, houve um aumento da taxa em 10,40%, e assim, a participação da formação bruta foi de 22% do PIB. Porém, na década de 2000, houve um recuo em 1,6%, na Formação Bruta de Capital, sendo este sido fixado em 20,3% do PIB. Mesmo com esse recuo registado na década de 2000, no primeiro quinquênio da década de 2010, houve aumento em 25%, passando a corresponder à taxa de formação bruta de capital a ser de 45% do PIB.

4.7 Dinâmica do Comércio Externo Moçambicano

De 1980–2015, a média anual das importações de bens e serviços em Moçambique foi de 40%. A análise histórica do comportamento das importações foi possível notar um aumento de 36% no percentual total do PIB, conforme o Gráfico 4.13. Na década de 1980, as importações do país corresponderam a 26% a.a. do PIB, tendo na década de 1990, passado a correspondido a 42% na composição do PIB. Em apenas uma década (1990–1999), houve um aumento de apenas 16% do valor das importações no total percentual do PIB. Na década de 2000, as importações aumentaram em média 1% a.a., quando comparado com a década de 1990, significa que as importações correspondiam a 41% do PIB. Porém, o comportamento das importações nos primeiros anos da década de 2010 (2010–2015) expressou um aumento em 27% na formação do PIB.

Gráfico 4.13: Importações e Exportações no PIB (%) – Moçambique – (1980-2015)



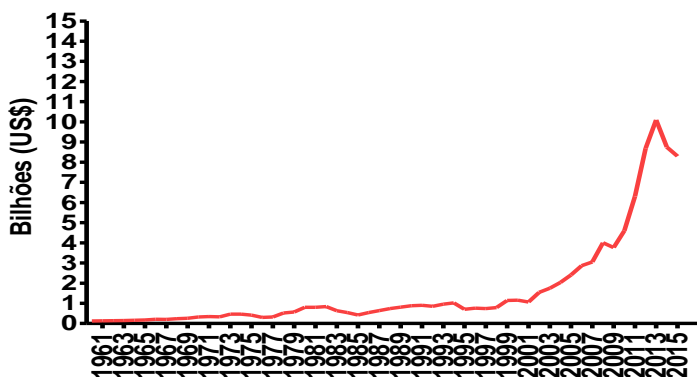
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2015).

As exportações, de 1980–2015 representaram em média anuais de 12,4% do PIB. Neste período, houve um saldo deficitário anual na balança comercial de 28%. Na década de 1980, o saldo da balança comercial foi deficitário, em média anual, de 18%, e nesse período em análise as exportações de bens e serviços representaram 7% do total do produto nacional.

Na década de 1990, o saldo deficitário da balança comercial do país aumentou em 13% comparativamente a década de 1980. As exportações de bens e serviços apresentaram aumento de 3%, em comparação com a década de 1980; contudo houve aumento das importações em 16%, fazendo com que a balança comercial fosse deficitária em 32% do PIB no final da década de 1990. Na década de 2000, houve redução do saldo do déficit da balança comercial em 12% em comparação com a década de 1990.

A década de 2010 demonstrou uma tendência para uma balança comercial ainda mais deficitária. Nos primeiros cinco anos (2010–2015), o saldo da balança comercial foi deficitário em 36% do PIB. O aumento do saldo deficitário na balança comercial foi resultado do aumento do valor percentual das importações em 27%, e também do baixo crescimento das exportações, que foi de apenas 3%. Neste período em análise, as importações corresponderam a 68% do PIB, enquanto as exportações representavam 32% do PIB.

Gráfico 4.14: Importações (US\$) – Moçambique – (1960-2015)

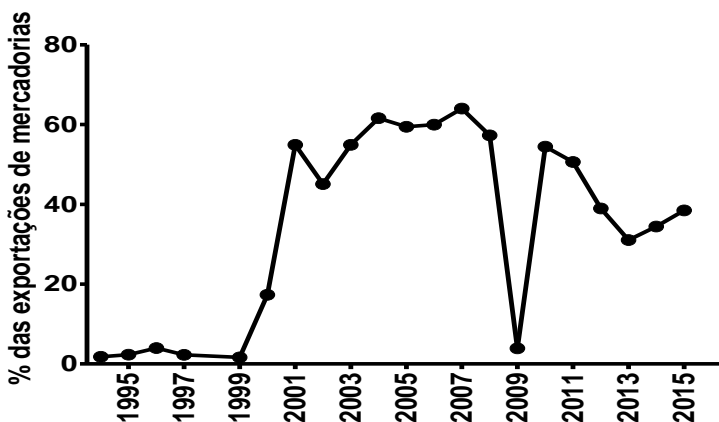


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2015).

Segundo os dados do Gráfico 4.14, no período de 1960–2015, o valor médio anual de importações moçambicanas foi de US\$ 749 milhões. Neste período de mais de cinco décadas, o valor médio anual das importações de bens e serviços aumentou em 7%. Na década de 1960, o valor médio das importações foi de US\$ 164 milhões. Na década posterior, década de 1970, houve aumento do valor das importações em 56% (US\$ 212 milhões), passando para US\$ 376 milhões. Na década de 1980, o valor das importações era de US\$ 689 milhões, o que correspondeu a aumento de 45% (US\$ 313 milhões), comparativamente à década de 1970.

Na década de 1990, o valor das importações foi de US\$ 867 milhões, representando aumento de 21% (US\$ 178 milhões), comparativamente à década de 1980. Na década de 2000, as importações correspondiam a US\$ 2.222 bilhões, demonstrando um aumento em 61% em comparação com a década de 1990. Na primeira metade da década de 2010, as importações tiveram um aumento de 74%, remetendo para um aumento no valor de US\$ 6.269 bilhões. O valor médio anual das exportações no período entre 2005 e 2015 foi de US\$ 3.365 bilhões.

Gráfico 4.15: Participação dos Minérios e Metais no total das exportações de Moçambique (%) – (1990-2015)

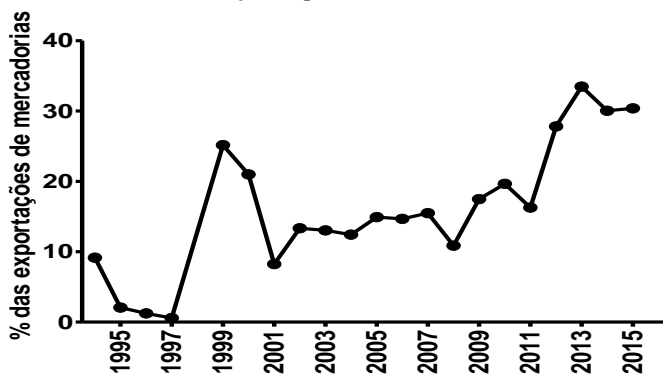


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2015).

De acordo com os dados do Gráfico 4.15, de 1994–2015, a representatividade dos minérios e metais correspondeu 39% das

exportações. Na década de 2000, em resultado da instalação e funcionamento de duas empresas multinacionais (Mozal–alumínio; e, Vale do Rio Doce–carvão) a representatividade dos minérios e metais aumentou para 52% do total das exportações. No entanto, em resultado da crise econômica e financeira de 2008 houve redução em 55% nas exportações de minérios e metais de Moçambique no ano de 2009, e a representatividade deste produto foi de 4%. No entanto no ano subsequente, em 2010, as exportações de minérios e metais retomaram a níveis do período anterior à crise de 2008. Na década de 2010, com a diminuição da demanda por minérios e metais nas economias emergentes como a China e Índia, aliado a queda no preço de matérias – primas no mercado internacional, registou-se tendência de redução da participação dos minérios e metais no total das exportações. Em termos gerais houve uma redução de 20% das exportações de minérios e metais no primeiro quinquênio de 2010 em comparação com mesmo período de 2000.

Gráfico 4.16: Participação dos combustíveis no total das exportações de Moçambique – (1990-2015)

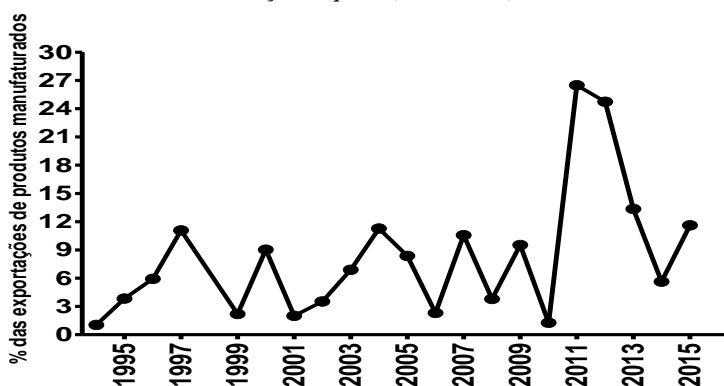


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2015).

De 1994 e 2015, os combustíveis contribuíram em média com 15% no total das exportações em Moçambique. Os megaprojetos da SASOL, exploração de gás natural de Temane e Pande, na província de Inhambane, iniciados no primeiro quinquênio da década de 2010, constituíram âncora para aumentar as exportações de combustíveis no país. Estes projetos

aumentaram em 14% as exportações moçambicanas de combustíveis, visto que na última década de século XX, o país exportava apenas 2,1% de combustíveis comercializados no mercado mundial. Os dados do primeiro quinquênio da década de 2010 mostram um crescimento da contribuição dos combustíveis nas exportações. Neste período os combustíveis contribuíram em média 28% nas exportações, registrando um aumento de 13% comparado com o mesmo período da década de 2000.

Gráfico 4.17: Participação dos produtos manufaturados nas exportações de Moçambique – (1995-2015)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2015).

Os produtos de alta tecnologia correspondem a 7% das exportações de Moçambique. Em 1994, o país apenas exportava cerca de 1% de produtos considerados de alta tecnologia, mas já em 2015, o valor das exportações foi de 12%. Os dados sobre as exportações de produtos de alta tecnologia demonstram um setor com crescimento descontínuo, o que pressupõe empiricamente existência de ondas de demanda que puxam as exportações de produtos de alta tecnologia em certos períodos. Comportamento das exportações, na década de 1990 alude que os produtos de alta tecnologia contribuíram com total de 4%. No entanto, no ano 2000, as exportações de produtos de alta tecnologia aumentaram para 9%, mas em 2001, o valor reduziu para 2%, em 2002 e 2003 as exportações médias forma de 5%. Em 2006, as exportações de produtos de alta tecnologia voltaram a ter um aumento, situando-se em 11%, mas já em 2008, o valor reduziu para 2%. Em termos

gerais, nos últimos 10 anos (2005-2015) têm existido uma discrepância nas exportações dos produtos de alta tecnologia.

Tabela 4. 2: Evolução da Balança Comercial de Moçambique (milhões de US\$) – 1980 – 2015

ANO	Exportações (X)	Importações (M)	Saldo da Balança Comercial	Varição da Balança Comercial
1980	9.097	25.097	-16.825,3	
1981	9.926	28.317,6	-18.391,6	
1982	8.655	31.573	-22.918,4	
1983	5.286	25.571	-20.284,8	
1984	4.060	22.903	-18.842,8	
1985	76.600	423.700	-347.100	
1986	79.100	542.700	-463.500	
1987	97.000	642.000	-545.000	
1988	103.000	735.600	-632.600	
1989	105.000	807.700	-702.700	
1990	126.500	877.500	-751.000	
1991	162.600	898.700	-736.100	
1992	139.300	887.200	-747.900	
1993	131.900	954.700	-822.800	
1994	163.977	544.015	-380.038	
1995	174.303	726.986	-552.683	
1996	226.084	782.646	-556.562	
1997	230.069	760.230	-530.161	
1998	244.549	817.275	-572.726	
1999	270.877	1.211.099	-940.222	
2000	363.962	1.162.278	-798.316	
2001	703.134	1.063,410	-360.276	
2002	809,810	1.542,960	-733.150	
2003	1.043,913	1.752,997	-709.084	
2004	1.503,860	2.034,670	-530,810	
2005	1.745,26	2.408,337	-663,077	
2006	2.381,132	2.869,327	-488,195	
2007	2.412,120	3.049,748	-637,628	
2008	2.653,260	3.803,621	-1.150,361	
2009	2.147,089	3.763,631	-1.616,542	
2010	2.909,136	4.600,000	-1.887,070	
2011	2.712,929	6.312,159.	-2.643,861	
2012	3.668,297	8.687,970	-3.907,264	
2013	4.780,705	10,099,134	-5.196,710	
2014	4.902,423	8.746,822	-3.977,612	
2015	4.769,209	8,293,241	-4,044,869	

Fonte: Instituto Nacional de Estatística de Moçambique (2015).

4.8 Investimento Direto Externo em Moçambique

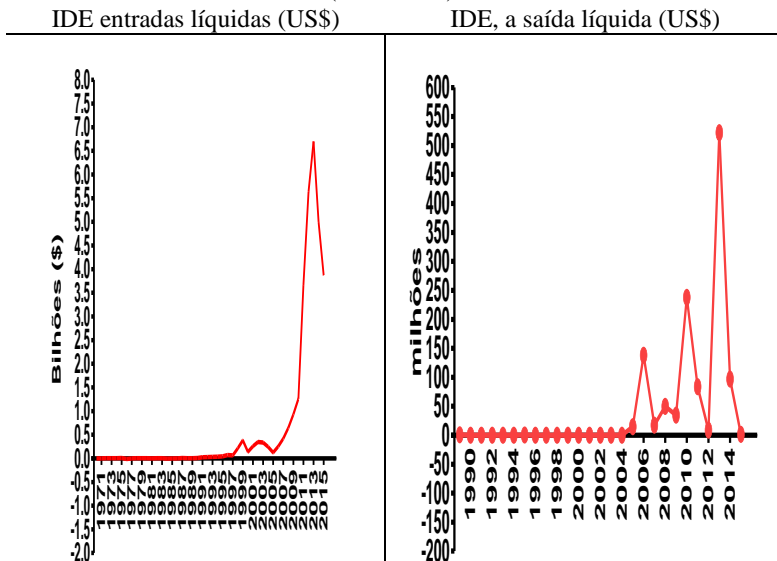
De acordo com o Bando Mundial (2015) Moçambique foi um dos três países da África Subsaariana que recebeu maior fluxo financeiro de investimento estrangeiro nos últimos 15 anos (2000–2015), totalizando entradas líquidas no valor de US\$ 30 bilhões em IDEs. No período de 1970–1999, o país recebeu valor líquido de US\$ 932 milhões em IDEs. Em média de fluxo de IDE, no período de 2000–2015 foi de US\$ 529 milhões, valor superior. No período de 1970–1999, a média anual em termos de valores monetários foi de US\$ 4.2 milhões.

Na década de 1970, por sua vez, o país teve um fluxo líquido de entrada de IDE no valor de US\$ 10 milhões em IDE, mas em contrapartida na década de 1980, registrou o menor fluxo de entrada de IDE da história recente do país, cuja redução total líquida foi de US\$ 8 milhões, em comparação com o fluxo líquido verificado na década de 1970. Na década de 1980, o fluxo de entrada líquida de IDE foi de aproximadamente US\$ 2.2 bilhões. Na década de 1980, Moçambique enfrentou diversos problemas de índole social, econômico e político, criando instabilidade que impactou na captação no fluxo de captação de recursos externos. O Programa de Reabilitação Econômica empreendeu reformas estruturais significativas, que colocaram o país como um dos destinos preferenciais de IDE em África. E, com isso, na década de 2000 o país recebeu um fluxo líquido total de US\$ 3.7 bilhões em IDE. A década de 2000 representou uma retomada de entrada líquida de IDE no país, mesmo com a crise político-militar pós-eleitoral que o país atravessa desde as eleições de 2014. No acumulado dos primeiros cinco anos (2010–2015) da década de 2010, o fluxo de entradas líquidas de IDE foi de US\$ 26 bilhões.

De 1980–2015, os fluxos de entradas líquidas de IDE foram de 2% do PIB. O percentual do IDE no PIB vem aumentando ao longo das décadas, os dados da década de 1980, apontam para uma contribuição, em média, de 0,06% no PIB. Mas, por conseguinte, na década de 1990, registrou-se um aumento de 1,41%, passando o fluxo líquido de IDE a representar 1,47% do PIB de Moçambique. A década de 2000 representou um salto quantitativo significativo no que concerne a importância do IDE no PIB do país, representando 5% do PIB. Os dados sobre o fluxo de IDE neste período demonstram o aumento de entradas

de capital externo levando a maior contribuição do IDE no PIB. Considerando a tendência crescente de aumento de IDE na economia, os dados dos últimos cinco anos (2010-2015), demonstram que 29% (um aumento de 23,78%) do PIB decorreram da composição de fluxo líquido de IDE.

Gráfico 4. 18: IDE, entradas e saídas líquidas (US\$) – Moçambique – (1970-2015)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2015).

De outro lado, Moçambique apresenta-se como um dos países que registraram saídas líquidas de IDE. Tal referência aponta que existem investimentos em outras regiões do mundo com capitais moçambicanos. Os dados do Banco Mundial apontam que em 1989, existia saída líquida de IDE, no total de US\$ 940 milhões, valor significativo, levando em conta que no mesmo ano o país recebeu um fluxo líquido de US\$ 3.4 milhões em IDE. No entanto, os dados mostram também que existe uma descontinuidade cíclica nas saídas de capital interno, por exemplo, no período de 1990–1992, não há registro de saídas líquidas de IDE. De 1994–1995 procedem-se a retomada de saída de capitais financeiros do país para investimentos em outras

economias, no valor acumulado de US\$ 228 milhões. No entanto, esse fluxo líquido de saídas de IDE, voltou a ser interrompido entre 1996 e 2004. Nos últimos 15 anos (2005-2015), o fluxo de saídas líquidas de IDE totalizou cerca de US\$ 1.2 bilhões, o que remete a uma média anual de US\$ 47 milhões. No que tange as saídas líquidas de IDE no PIB, observa-se que ainda é insignificante, como atestam os valores monetários de fluxos líquidos de saídas de IDE em milhões (US\$).

Tabela 4.3: Megaprojetos em operação em Moçambique (2010)

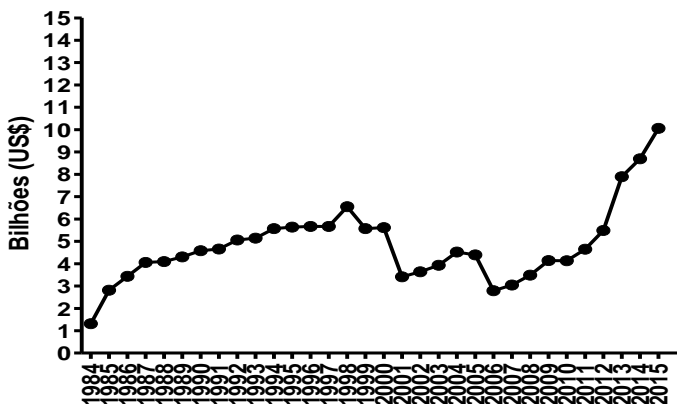
Nome da Empresa	Setor	Localização	Capacidade/reservas
PROJETOS ATUAIS E AMPLIAÇÕES EM ESTUDO			
Hidroelétrica de Cahora Bassa	Geração de eletricidade	Tete.	2.075 MW
			1.240 MW
Mozal	Fundição de alumínio	Maputo.	245 Mil toneladas
			245 Mil toneladas
Sasol	Gás natural	Inhambane.	154 GJ
			183 GJ
Kenmare	Areias Pesadas	Nampula	600 Mil toneladas
			300 Mil toneladas
Vale (CVRD)	Carvão	Tete	25 Milhões
Rio Tinto	Carvão	Tete	45 Milhões
JSPL - Jindal Steel and Power Limited	Carvão	Tete	10 Milhões
Beacon Hill	Carvão	Tete	87 Milhões
PROJETOS EM ESTUDO			
Nome da Empresa	Setor	Localização	Capacidade/reservas
Mphanda Nkuwa	Eletricidade	Tete	1500 MW
Anadarko (EUA)	Gás natural	Cabo Delgado	10 Milhões de toneladas por ano
ENI (Itália)	Gás natural	Cabo Delgado	10 Milhões de toneladas por ano
Statoil (Noruega)	Gás natural	Cabo Delgado	S/d
Petronas (Malásia)	Gás natural	S/d	S/d
Minas de Revubõe	Carvão	Tete	5 Milhões de toneladas por ano
Ncondezi (usina mineira e central elétrica integradas)	Carvão e energia elétrica	Tete	1,2 Milhões de toneladas por ano / 300 MW
Baobab Resources	Minério de Ferro	Tete	725 Milhões

Fonte: Xiong (2010)

4.9 Estado e Dívida Pública Externa

A década 1980 foi marcada pela subida dos passivos de muitos países menos desenvolvidos. O pedido de adesão de Moçambique foi aceite a membro das instituições de Bretton Woods, Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, em 1984. Desde esse período até o ano 2015, o serviço da dívida pública moçambicana, em média, representou 10% das exportações de bens e serviços e do rendimento primário. Em 1986, o serviço da dívida pública totalizava, de 52% do rendimento primário. No entanto, com o pacote de empréstimo emergencial do FMI, conseguiu reduzir o estoque da dívida pública para níveis de 23% entre 1987-1989, período esse em que foi implementado o programa de ajustamento estrutural – Programa de Reabilitação Económico.

Gráfico 4.19: Evolução do estoque da dívida pública externa de Moçambique - (1984-2015)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2015).

Na década de 1990, a média do serviço da dívida correspondeu a 22% do total das exportações de bens e serviços e do rendimento primário do país. Na década de 2000, em contrapartida, houve uma redução, em média, de 3,3%, do valor do serviço da dívida total. O mesmo cenário aponta os dados referentes ao primeiro quinquênio da década de 2010. Não

obstante, cabe assinalar, que o ano de 2015 houve um aumento considerável de 10% do serviço da dívida pública, mesmo esse valor, correspondeu à média dos últimos 40 anos, constitui um aumento saliente, dado o histórico dos últimos 15 anos ter sido de 3,26%. O aumento do serviço da dívida pública está em parte ligado às condições macroeconômicas que se agudizaram com o alastramento do conflito pós-eleitoral. Tal ocorrência, em parte, limitou o investimento interno e as condições de expansão da atividade econômica em certas regiões do centro e norte de Moçambique.

O estoque nominal de dívida pública externa de Moçambique correspondeu a 74% do Rendimento Nacional Bruto (1984–2015). De 1984-1999, a dívida externa do país chegou à média, de 173,2% do Rendimento Nacional Bruto. A dívida externa moçambicana mostrou-se insustentável em longo prazo. Os dados da década de 1990 já demonstravam tal fato, cujo o estoque da dívida representou 177% do Rendimento Nacional Bruto. Em razão disso, o país foi integrado no grupo de países pobres que beneficiaram de alívio da dívida pública no âmbito do programa da HIPC ⁹ I e II, no ano de 1999 e 2001, respetivamente.

Em resultado do alívio da dívida externa, na década de 2010, o estoque nominal da dívida pública externo foi, em média, de 64% do RNB. De 1984 a 2015, a média do estoque da dívida pública externa de Moçambique foi de US\$ 4 bilhões. A dinâmica da dívida externa do país pode ser resumida em três momentos, entre: i) 1984 e 1989, em média, a dívida externa estava estimada US\$ 3.7 bilhões; ii) de 1990-1997, reduziu a dívida externa para US\$ 1.9 bilhão; e, iii) de 1996-1999, apresentou uma dívida externa para US\$ 5.6 bilhões.

Na década de 2000, também como resultado do alívio da dívida concedido no âmbito do HIPC I e II, ocorresse uma redução em US\$ 1.7 bilhões (10%). Tal fato contribuiu para que no final da década 2000, se desse uma redução da dívida nominal externa em US\$ 4.1 bilhões. Apesar de ter tido uma redução na década de 2000, que foi importante na definição de uma trajetória

⁹ Heavily Indebted Poor Countries (HIPC) – Tradução livre – Países Pobres Altamente Endividados.

positiva da dívida pública externa do país, os primeiros cinco anos (2010-2015) da década de 2010 apontaram para um aumento nominal anual da dívida pública interna e externa, o que corresponde a US\$ 2.9 bilhões. Moçambique quando aderiu às instituições da Bretton Woods em 1984 tinha uma dívida pública de curto prazo que correspondia a 152% das reservas líquidas internacionais. Nos dois anos subsequentes, isto é, em 1985 e 1986, antes do início do Programa de Reabilitação Econômico - PRE, o país já apresentava uma média de dívida nominal de curto prazo correspondente a 425% das reservas internacionais totais do país.

No período de implementação do PRE, foi possível reduzir a dívida de curto prazo em 50%, assim, a média da dívida de curto prazo, de 1987–1989, correspondeu a 213% das reservas internacionais totais. Com as alterações que se procederam na estrutura produtiva com objetivo de impulsionar as exportações na década de 1990, houve uma redução da dívida de curto prazo em 119%. Diante deste quadro, a dívida de curto prazo passou a corresponder a 93,9% das reservas internacionais do país. Na década de 2000, manteve-se a tendência de redução da dívida pública externa de curto prazo, em 43%; e, a dívida pública externa passou representar, em média, 44% das reservas internacionais totais de Moçambique.

A dívida externa de curto prazo, no período entre 1984 e 1989, foi de US\$1.6 bilhões. E em uma década (1990–1999) houve um aumento em US\$ 1.1 bilhões. E, em resultado disso, no final da década de 1990, a dívida pública de curto prazo de Moçambique foi de US\$ 2.7 bilhões. Nota-se uma tendência de aumento gradual da dívida de curto prazo na década de 2000, sendo registrado um aumento em cerca de US\$ 3 bilhões, comparativamente à década de 1990. No acumulado, a dívida pública de curto prazo na década 2000 totalizou o montante de US\$ 5.8 bilhões. No entanto, no primeiro quinquênio da década de 2010 ocorreu redução de US\$ 2.6 bilhões no valor da dívida de curto prazo, fazendo com que o total da dívida, neste período, fosse de US\$ 3.1 bilhões.

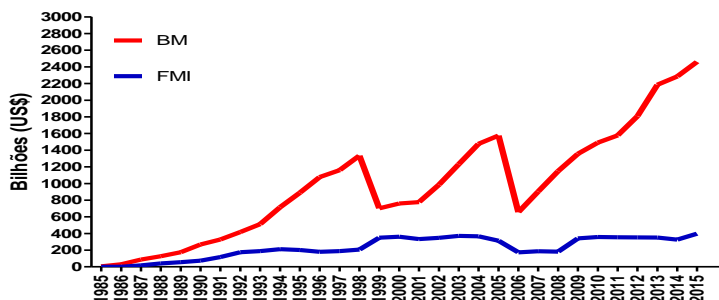
4.10 Empréstimos Externos de Moçambique – FMI e Banco Mundial

Os empréstimos de Moçambique com o FMI totalizaram US\$ 7.1 bilhões, de 1987–2015. No início do Programa de Reabilitação Econômico, em 1987, foi concedido um valor de crédito de US\$ 17 milhões. Durante os três anos de vigência do Programa de Reabilitação Econômico – PRE (1987–1989), o país foi concedido empréstimos no valor acumulado de US\$ 114 milhões, significando recebimento médio anual de US\$ 41 milhões. Em termos médios, o país recebeu nos últimos 30 anos (1987– 2015) cerca de US\$ 212 milhões por ano. Na década de 1990, o empréstimo total concedido ao país foi de US\$ 1.9 bilhões, Enquanto na década de 2000, notou-se um aumento do crédito concedido ao país, em 36,32% (US\$ 1.08 bilhões), que correspondendo a um empréstimo de US\$ 2.97 bilhões em toda década de 2000.

O crédito médio anual recebido na década de 1990 pelo país foi de US\$ 189 milhões. E, na década de 2000, o valor médio anual de crédito correspondeu ao montante de US\$ 337 milhões, expressando um aumento de US\$ 148 milhões comparativamente à década de 2000. No primeiro quinquênio da década de 2010, registou-se redução do crédito no valor total de US\$ 836 milhões, comparativamente à década de 2000. No entanto, no mesmo período, quando se avalia o fluxo médio anual do crédito do FMI concedido ao país, constata-se que houve um aumento de US\$ 16 milhões. Nestes termos, na década de 2000, o montante médio de crédito anual foi de US\$ 354 milhões.

No tocante aos empréstimos oriundos do Banco Mundial, o país recebeu no período de 1985 a 2015, um valor acumulado de US\$ 30 bilhões. Durante a vigência do Programa de Reabilitação Econômico (1987–1989), o Banco Mundial desembolsou US\$ 390 milhões. Pode-se, com isso, concluir que 71% dos empréstimos concedidos a Moçambique no âmbito do Programa de Reabilitação Econômico foram desembolsados pelas instituições do Banco Mundial (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento <BIRD> e Associação Internacional de Desenvolvimento <AID> e os remanescentes, 29%, pelo FMI.

Gráfico 4.20: Empréstimos do Banco Mundial e FMI (US\$) para Moçambique (1984–2015).



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2015).

Tabela 4. 4: Créditos do Banco Mundial e FMI (US\$)– Moçambique – 1984-2015

Ano	Banco Mundial	FMI
1984	45.000.000	
1987	87.193.000	17.308.000
1988	126.780.000	41.044.000
1989	175.901.000	56.115.000
1990	267.939.000	73.765.000
1995	889.657.000	201.843.000
2000	760.297.000	361.301.000
2005	1.574.781.000	312.493.000
2010	1.490.905.000	357.312.000
2011	1.577.138.000	354.715.000
2012	1.808.341.000	352.855.000
2013	2.185.015.000	350.563.000
2014	2.284.912.000	326.745.000
2015	2.460.788.000	398.591.000

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2017)

Na década de 1990, o Banco Mundial desembolsou US\$ 7.4 bilhões, correspondendo a um desembolso anual de US\$ 708 milhões. Na década de 2000 foi concedido crédito no valor global

de US\$ 10.8 bilhões, registrado um aumento de 32% do valor (US\$ 3.5 bilhões), comparativamente à década de 1990. Neste período, o valor médio anual de crédito do Banco Mundial para o país foi de US\$ 1.06 bilhão. Na década de 2010, especificamente de 2010-2015, houve aumento em 8% (US\$ 939 milhões) no valor do crédito desembolsado para Moçambique pelas instituições financeiras do Banco Mundial. E assim sendo, no quinquênio (2010-2015), o país recebeu um montante de US\$ 11.8 bilhões em crédito.

4.11 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Este capítulo apresentou a evolução histórica Econômica de Moçambique. Tratando-se de um estudo sobre a construção também do Estado nas suas relações com o mundo, fez-se o enquadramento histórico da constituição e construção do Estado Moçambicano. Depois da Independência Nacional, em 25 de Junho de 1975, o país definiu como orientação social e econômica um modelo socialista de desenvolvimento, objetivando a socialização da economia, através de ações revolucionárias das massas (operários e camponeses). Em 20 de Junho de 1975 foi aprovada a primeira Constituição da República, outorgando soberania aos Moçambicanos. Passados três anos, em Agosto de 1978, foi feita a primeira revisão do texto constitucional para, de forma clara, incluir o projeto socialista, marxismo-leninismo, no texto mãe do país, reconhecendo o papel do Estado na construção do caminho para passagem ao socialismo. Em 1979, o Estado Moçambicano aprovou o maior projeto desenvolvimentista da história do país, o Plano Perspectivo Indicativo, que pretendia liquidar o subdesenvolvimento na década de 1980 por meio da industrialização contínua e integral.

A elevada dependência do país a recursos externos contribuiu para que o Plano Perspectivo Indicativo (PPI) não fosse executado. A rejeição à adesão de país no Conselho Econômico de Ajuda Mútua (CEAM) em 1981 foi o fim das aspirações nacionalista do país erguer um projeto de desenvolvimentista e também continuar no “campo socialista”. Na década de 1980, os prejuízos financeiros estimados em US\$ 5.4 bilhões, resultantes das conjunturas externa e interna,

aprofundaram o quadro da crise em Moçambique. No final do ano de 1983 iniciaram-se as negociações para adesão ao Banco Mundial e FMI. O primeiro passo neste sentido foi à assinatura do acordo de boa vizinhança e não agressão com o regime de Pretória, em 16 de Março de 1984. Depois da aceitação como membro do FMI e Banco Mundial em 24 de Setembro de 1984, iniciou-se o processo de elaboração do programa estrutural. Mas antes do início das negociações sobre a pauta do programa, em 31 de Outubro de 1984, o país assinara a Convenção de Lomé.

Em 16 de Janeiro de 1987, o país começou a implementar o Programa de Ajuste Estrutural, o Programa de Reabilitação Económica. O programa aplicado a Moçambique não se diferiu dos 241 programas aplicados na África Subsaariana no período de 1980–1990. Em 1990, em resultado do alto custo social, foi incluído o fator social nos programas do FMI, fazendo que literalmente passasse a designar-se por Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES). Em Novembro de 1990, aprovou-se a segunda Constituição da República de Moçambique, que criou condições legais para o início das negociações político-militares que culminaram com o fim da guerra civil que durou 16 anos (1977–1992). Em Outubro de 1994, realizaram-se lugar às primeiras eleições democráticas no país. E, em 25 de janeiro de 1995 tomou posse o primeiro Governo eleito em sufrágio universal e iniciou o processo genuíno de reformas macroeconómicas para abertura da economia ao mercado.

A população do país foi estimada em 27 milhões habitantes, em 2016. Apresentando uma taxa média de crescimento anual da população de 2,6%. A população total do país, 68% da população vivem em regiões rurais e 32% encontram-se em regiões urbanas. A População Economicamente Ativa (PAE) estava estimada em 12.4 milhões de pessoas. A taxa média anual de desemprego jovem registrada no país foi 22,75%. A expectativa média de vida das últimas cinco décadas (1960–2014) foi de 42 anos. No ano de 2014, a expectativa de vida para ambos os sexos era de 55 anos de idade. A média da taxa de mortalidade adulta nos homens está estimada em 463 mortes por mil habitantes (1960–2014), e nas mulheres em 404 mortes por mil habitantes.

No período de 1996–2015, houve avanços significativos na redução da pobreza do tipo I (US\$ 1.90), uma vez que em 1996,

47,28% da população viviam com menos de US\$ 1.90 por dia. Segundo os dados do Banco Mundial sobre o índice GINI, o índice de desigualdade em Moçambique em 1996 era de 44,4 pontos percentuais; e, em 2002 houve aumento dos níveis de desigualdade em três pontos percentuais, passando para 47 pontos percentuais. A despesa do governo de a educação correspondeu a 6,5% do PIB. A taxa de alfabetização de adultos encontrava-se em 58,8%. De 1995 e 2015, a despesa pública com saúde representou 6% do PIB e 61% do Orçamento Geral do Estado foram destinados ao setor da saúde. No período entre 1980 e 2015, o gasto médio per capita com saúde foi de US\$ 285. No entanto, no período de 2005–2015, a despesa média com saúde per capita cresceu em 57%, passando a corresponder ao montante de US\$ 500.

No que tange a riqueza nacional, os dados do Banco Mundial mostram que o país registrou um produto total de US\$ 14,8 bilhões, em 2015. No final do século XX (1980-2000) o país registrou um PIB médio anual de US\$ 3,3 bilhões. Nos últimos 40 anos manteve uma média da taxa de crescimento do PIB (1980–2015) de 6,9% a.a. A participação média anual da agricultura na foi de 30%, enquanto a indústria apresentou com uma média de 20% a.a. e os serviços de 50% a.a. A taxa de crescimento da renda per capita, no período de 1981–2015, foi de 4,1% a.a. Em termos quantitativos, a renda média per capita foi de US\$ 285 e a taxa de formação bruta de capital, em média, foi de 21,1% do PIB.

De 1980–2015, a média das importações de bens e serviços em Moçambique foi de 40% do PIB e as exportações, em média, 12,4% do PIB. O valor médio de importações, de 1960 a 2015 totalizou cerca de US\$ 749 milhões. O fluxo financeiro de IDE nos últimos 15 anos (2000-2015) foi na ordem de US\$ 30 bilhões. A média de fluxo anual de IDE foi de US\$ 529 milhões, valor superior à média de US\$ 4.2 milhões do referente ao período de 1970–1999. Os fluxos de entradas líquidas de IDE correspondem a 1,9% do PIB do país.

O estoque de dívida pública externa correspondeu a 74% do Rendimento Nacional Bruto do país, no período de 1984–2015. No período de implementação do Programa de Reabilitação Econômico, foi possível reduzir a dívida pública de curto prazo em 50%, assim, a média da dívida de curto prazo, de 1987–1989

passou a representar 213% das reservas internacionais. De 1987-2015, os empréstimos totais de Moçambique ao Fundo Monetário Internacional totalizam US\$ 7.1 bilhões. No início do Programa de Reabilitação Econômico, em 1987, foi concedido um crédito de US\$ 17 milhões. O Banco Mundial, por sua vez, concedeu no início da cooperação com Moçambique, em 1984, um crédito total de US\$ 45 milhões. Durante a década de 1990, o Banco Mundial desembolsou um total de US\$ 7.4 bilhões, correspondendo a uma média de desembolso anual de US\$ 708 milhões.

Desde modo, nota-se que a dinâmica econômica e social do país está ligada aos condicionantes estruturais externos, em termos de políticas macroeconômicas ditadas das Instituições de Bretton Woods. A crise da dívida pública externa que afeta o país desde 2015 é reflexo contínuo dos problemas estruturais causados pela dinâmica financeira mundial nos países de capitalismo tardio.

**V CAPÍTULO: CAPITALISMO DEPENDENTE
MOÇAMBICANO**

5. CAPITALISMO DEPENDENTE EM MOÇAMBIQUE: Estruturas e Dinâmicas

Em matéria de ideias, muitas vezes, o que é novo, precisamente, o requeimamento, sempre que se junte algum tempero à água que se adiciona para evitar que as velhas ideias fiquem estorricadas com o novo esquecimento.

(Cardoso, 1993, p. 25).

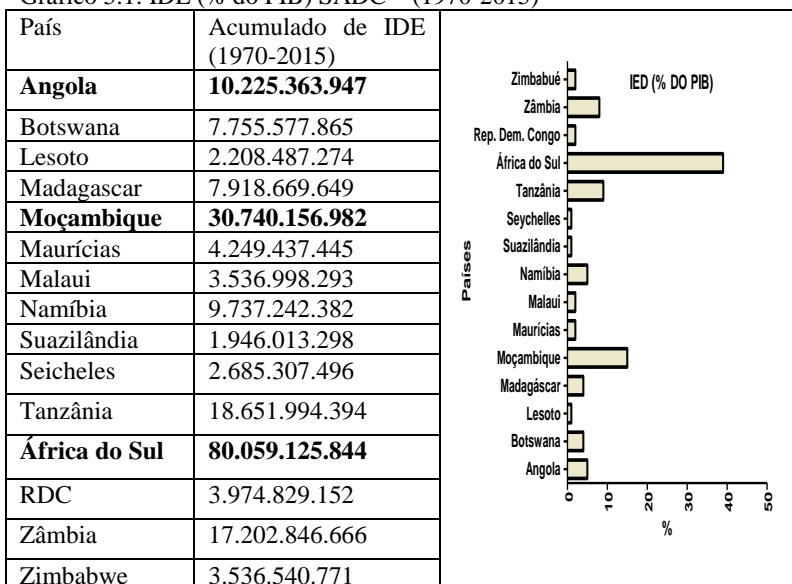
Este capítulo aborda a dinâmica do capitalismo dependente em Moçambique. A pesquisa da trajetória de desenvolvimento econômico dos países periféricos remete a uma análise do comportamento dos indicadores produtivos, comerciais e financeiros para ter compreensão real das mudanças estruturais ocorridas ao longo do tempo histórico. No século XX foram desenvolvidas várias pesquisas no campo das ciências sociais, procurando explicar as dinâmicas setorial, produtiva e financeira no contexto das economias dependentes. Assim, a teoria da dependência apresentou uma visão alternativa à teoria econômica clássica, pois para além de cingir-se a explicar as relações entre os fatores de produção, o capital, trabalho e a tecnologia, também propôs uma compreensão dialética, que incluiu o estudo das relações sociais e políticas no desenvolvimento econômico dos países periféricos.

Este capítulo subdivide-se em três subtemas que abordam as dependências produtiva, comercial e financeira em Moçambique. O primeiro subtema trata-se da dependência produtiva, com enfoque analítico na dinâmica do IDE, os chamados megaprojetos. No segundo subtema analisa-se a dependência comercial, centrado na análise da estrutura da pauta de exportações, importações e da balança comercial. E por fim, no terceiro subtema aborda-se a dependência financeira, onde se analisa a relação da dívida pública interna e externa de curto prazo/PIB, o crédito doméstico fornecido pelo sistema financeiro e o papel das instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial) no financiamento ao desenvolvimento de Moçambique.

5.1 Dependência Produtiva

Segundo os dados do Gráfico 5.1, a SADC, recebeu um total acumulado de US\$ 204.4 bilhões em IDE, no período de 1970–2015. Desde modo, no período considerado, o primeiro destino preferencial de IDE na SADC foi à África do Sul, que recebeu 39% de IDE total, no valor acumulado de US\$ 80.5 bilhões; e, em segundo lugar, esteve Moçambique com 16%, cerca de US\$ 30.7 bilhões em IDE. Uma das características do IDE em Moçambique foi que o mesmo esteve direcionado aos setores primários da economia. Os setores da indústria extrativa, do carvão mineral, de energia e do gás foram os que receberam maior volume de capital externo, aproximadamente 48% da entrada total do IDE.

Gráfico 5.1: IDE (% do PIB) SADC – (1970-2015)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2015)

O aumento do fluxo de IDE em Moçambique nas últimas décadas foi impulsionado pelas reformas estruturais e conjunturais propostas pelo FMI e Banco Mundial, à margem das

políticas neoliberais, ancoradas pelo “Consenso de Washington”. Em Agosto de 1984, antes da adesão do país às instituições de Bretton Woods foi aprovada a primeira Lei de Investimento Nacional e Estrangeiro, Lei número 4/84, que marcou o primeiro quadro legal para entrada de capitais estrangeiros em Moçambique. Aqui, cabe realçar que, a constituição de 1975, no seu artigo 14, consagrava que o capital estrangeiro poderá ser autorizado a operar no quadro da política econômica do Estado.

Como forma de outorgar a participação da burguesia nacional no processo de acumulação, foi aprovado o regulamento da Lei de Investimentos Nacionais, pela Lei número 5/87, de 19 de janeiro de 1993. No ano de 1993, o Conselho de Ministros de Moçambique aprovou a Lei de Investimentos Estrangeiro 3/93, de 24 de Junho, instrumento jurídico que estabeleceu o quadro legal básico e uniforme para entrada de IDE no país.

Assim sendo, nota-se que no período entre 1984 a 1993, houve esforço institucional para criar todas as condições legais e fiscais de atração de capitais externos para o país. Como foi referenciado, em Janeiro de 1987, o país iniciou a implementação do PRE – Programa de Reabilitação Econômica, proposta pelo FMI e Banco Mundial. As reformas introduzidas ao nível macroeconômico, liberalização dos setores produtivos da economia, adoção do sistema de câmbio flutuante e privatizações dos bancos públicos e das empresas estatais. Um dos resultados das políticas neoliberais propostas pelo FMI e Banco Mundial foi à criação de ambiente macroeconômico para entrada de capitais externos. Entretanto, a entrada de IDE nas economias dependentes segue a dinâmica do processo de acumulação capitalista mundial. Na concepção analítica de Bambirra (2015, p.156) “a inserção tardia dos países periféricos no sistema capitalista mundial, já os torna permeáveis ao IDE”.

Deste modo, sob argumento de que os IDE são necessários para equilibrar as contas públicas e oferecer possibilidades de inserção dos países na divisão internacional do trabalho, países periféricos, como Moçambique, definiram suas estratégias de desenvolvimento ancoradas na atração do capital estrangeiro.

Segundo Castelo-Branco (2008, p.2) os megaprojetos são área quase exclusiva de intervenção de grandes empresas multinacionais por causa dos elevadíssimos custos, das qualificações e especialização requeridas, das condições

competitivas e especialização dos mercados fornecedores e consumidores. Conforme a Tabela 5.2, os principais megaprojetos operando em Moçambique são:

- Em 1997, o primeiro megaprojeto instalado em Moçambique, foi do consórcio nipônico-australiano e sul-africano, a MOZAL (Mozambique Aluminium) para a fundição de alumínio em Maputo e o investimento total foi de US\$ 1.3 bilhão.
- Em 2004, o segundo megaprojeto foi da multinacional sul-africana, a SASOL (Suis Africanas Steenkool en Olie¹⁰) para a exploração dos jazigos de gás natural em Pande e Temane na província de Tete e o investimento total foi de ZAR 10 bilhões (US\$ 758 milhões preços correntes).
- Em 2004, o terceiro megaprojeto instalado foi da empresa brasileira, a VALE DO RIO DOCE para a exploração dos jazigos de carvão mineral na província de Tete e o investimento total foi de US\$ 1.322 bilhões.
- Em 2012, ocorreu à reconversão da HIDROELÉTRICA DE CAHORA BASSA para o Estado Moçambicano, de capitais acionários moçambicanos participaram 85% e o português com 15% e cujo valor de investimento do Estado foi de US\$ 700 milhões.

¹⁰ Tradução livre de “Afrikaans” para “Português” - Empresa de Carvão e Óleo da África do Sul.

Tabela 5. 2: Estrutura Acionista dos Megaprojetos de investimento em Moçambique (1997, 2004, 2008)

Megaprojetos	Setor	Estrutura Acionista	A Participação do Estado Moçambicano
MOZAL (1997)	Fundição de Alumínio	Japão (25% pela Mitsubishi), Austrália (47% pela BHP Billiton), África do Sul (24% pela IDC) e Moçambique (4% pelo Estado Moçambicano)	A participação acionária de 4% do Estado Moçambicano no megaprojeto de fundição de alumínio foi possível através do empréstimo de US\$ 20 milhões no Banco Europeu de Investimentos (BCI)
SASOL (2004)	Exploração de Gás Natural	África do Sul (70% pela SASOL) e o Estado Moçambicano (30% pela EHM – Empresa de Hidrocarbonetos de Moçambique).	A participação acionária de 30% do Estado Moçambicano no megaprojeto da exploração do gás natural foi possível por meio de um empréstimo de US\$ 74 milhões (Fase 1- US\$24 milhões (2003) e na Fase 2 – US\$ 50 (2010)).
VALE DO RIO DOCE (2004)	Exploração de Carvão	Brasil (70% Vale Moçambique), Japão (15% pela Mitsubishi), Estado Moçambicano (5% Empresa Moçambicana de Exploração Mineira (EMEM)) e os 10% (investidores nacionais).	A participação do Estado Moçambicano no megaprojeto do através de financiamento interno nos bancos comerciais (estrangeiros) que operam em Moçambique.
Hidroelétrica de Cahora Bassa	Geração de	Moçambique (85% Estado	O Estado Moçambicano para

(2007)	Eletrici dade	Moçambicano) e Portugal (15% pela Rede Eléctrica Nacional – REN).	adquirir a participação maioritária no megaprojeto da HCB contraiu um empréstimo de US\$ 700 milhões junto a um sindicato constitui-o pelo banco Frances Crédit Agricole Lyon e o banco Português BPI – Banco Português de Investimentos.
--------	------------------	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Ministério das Finanças

A informação constante na Tabela 5.2 sugere que a participação acionária do Estado Moçambicano nos megaprojetos de investimento foi menor. Excetuando-se, a partir de 30 de Dezembro de 2007, quando o Estado Moçambicano passou a ter uma participação majoritária na Hidroelétrica de Cahora Bassa. Todavia, mesmo que país detenha em termos percentuais maior parte das ações da Hidroelétrica de Cahora Bassa, quando se analisa a arquitetura financeira que conduziu a reversão, nota-se que o país ainda não detém o controle de capitais do megaprojeto. Visto que, para proceder ao pagamento da reversão total ao Estado Português, o país recorreu aos empréstimos em bancos estrangeiros (França e Portugal). Assim, observa-se o Estado contraiu um empréstimo de US\$ 700 milhões para proceder à reconversão da Hidroelétrica de Cahora Bassa no Banco Francês (Crédit Agricole Lyon) e Português (Banco Português de Investimentos) amortização prevista para dez anos (20012-2022). Deste modo, a entrada das empresas multinacionais no país obrigou ao endividamento público externo e constitui um fator limitante a capacidade de criação de projeto de desenvolvimento autônomo em longo prazo.

Deste modo, Moçambique possui diversos recursos naturais com elevado potencial para promover o desenvolvimento socioeconômico, mas devido à escassez de capital e ausência de tecnologia avançada para impulsionar o processo produtivo mostra-se permeável à entrada de capitais externos. Assim, o país

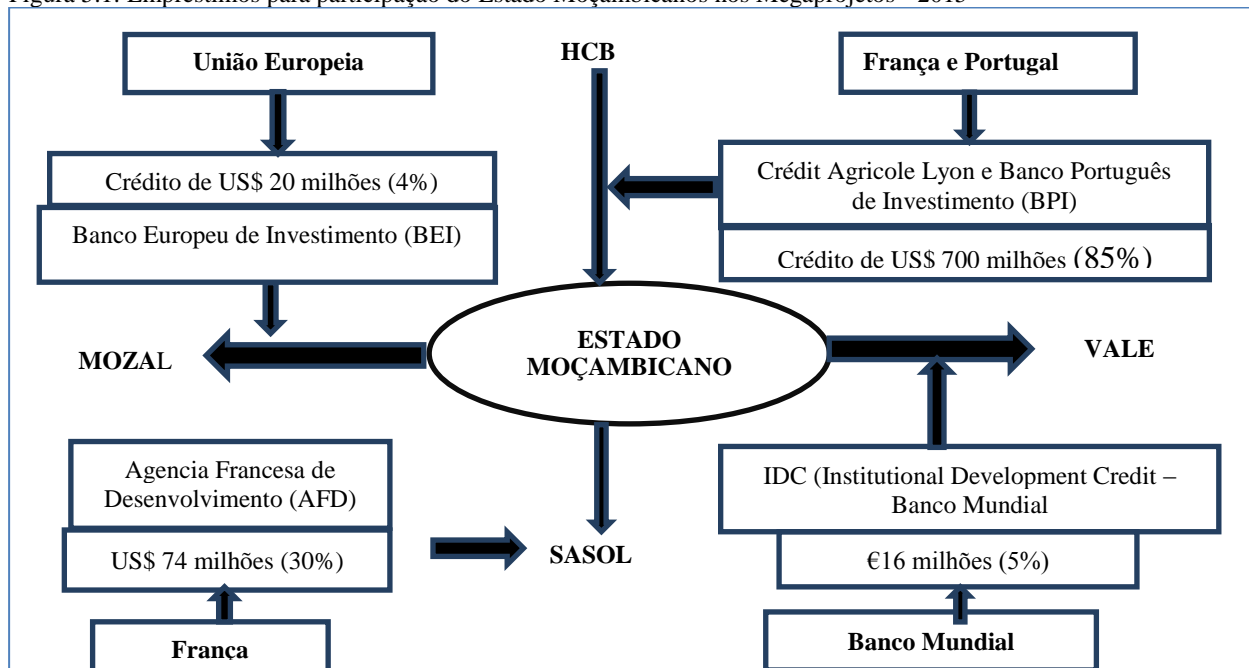
não possui capacidade financeira e tecnológica para proceder às transformações necessárias na estrutura produtiva que ofereçam possibilidades de promover um desenvolvimento próprio e sustentado. Como Furtado (2011, p.104) elencou:

As possibilidades de desenvolvimento econômico dos países encontram-se no progresso tecnológico, pois este aumenta a produtividade dos fatores físicos, apoiada no processo de acumulação, conduzindo os países para modificações na estrutura do perfil da demanda.

O funcionamento dos megaprojetos no país vai ao encontro da própria dinâmica de acumulação capitalista mundial. Porém, a priorização estratégica do Estado aos megaprojetos para promover o desenvolvimento econômico limita o próprio processo de acumulação interna, na medida em que são concedidos estímulos fiscais para atração e barateamento dos investimentos que ao mesmo tempo, impactam na capacidade de arrecadação tributária do Estado para suprimir as suas despesas.

Uma das principais características das empresas multinacionais, principalmente as que investem em setores da indústria extrativa é que são intensivos em capital e tecnologia. Tal fato justifica que as multinacionais demandem grandes quantidades de mão-de-obra de baixa qualificação no período de instalação das unidades produtivas, e quando já estão em pleno funcionamento tendem a demandar mão-de-obra qualificada e especializada. Em Moçambique, como muitos países africanos de baixa renda existe um número limitado de pessoas com qualificações especializadas para trabalharem nos grandes projetos. E, tal fato, faz com que a maior parte da mão-de-obra especializada que trabalha nos megaprojetos no país seja oriunda dos países de capital originário.

Figura 5.1: Empréstimos para participação do Estado Moçambicanos nos Megaprojetos - 2015



Fonte: Elaborado pelo autor com base na informação da Agência Francesa de Cooperação (2014).

De forma excepcional, o megaprojeto de fundição de alumínio da MOZAL por localizar-se na capital do país beneficia-se de mão-de-obra qualificada e especializada existente na cidade metropolitana de Maputo, mas de forma contrário, nos megaprojetos de gás natural da SASOL e de geração de energia elétrica da Hidroelétrica de Cahora Basa a maior parte dos trabalhadores era oriunda dos países detentores de capital majoritário.

Deste modo, quando se analisa a estrutura de emprego do país na década de 2000, nota-se claramente que não houve uma variação na taxa de desemprego. A taxa média de desemprego na faixa etária entre 15–24 anos, nesse período manteve-se na faixa de 23% a.a. O FMI (2012, p.35), considera que “o megaprojeto da MOZAL é extremamente intensivo em capital, criando apenas um emprego por cada US\$ 160 mil investidos”. Para Castelo-Branco (2008, p.5) considera que “dado quase todos os megaprojetos serem intensivos em capital, as oportunidades de emprego direto foram relativamente escassas”.

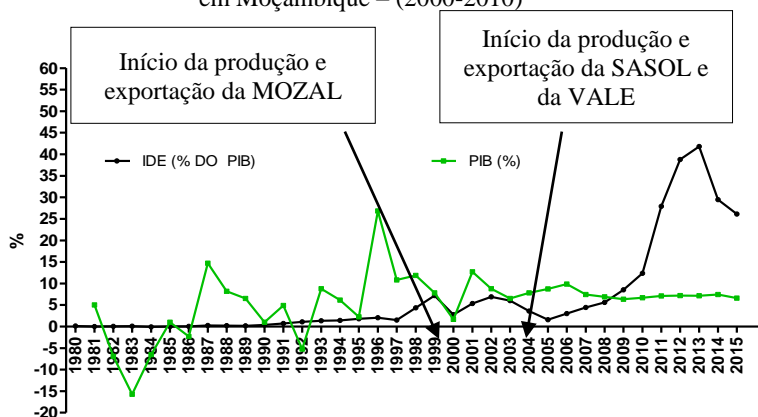
Além da questão de geração de empregos que é crucial para o aumento da renda das famílias, outro fator que merece análise tem a ver com o papel do Estado na criação de mecanismos de arrecadação tributária, para fazer face às despesas de investimentos social e econômico do país. Desta forma, como fora mencionado, os megaprojetos não conseguem se apresentar como plataforma produtiva-industrial para absorver o exército industrial de reserva em torno de 12 milhões de força de trabalho, segundo os dados do Banco Mundial.

Assim, a existência de um Estado forte e eficiente é importante para condução de uma estratégia de desenvolvimento em longo prazo e para reduzir os problemas estruturais ligadas a baixa geração de empregos diretos nos megaprojetos. Deste modo, para minimizar os efeitos de falta de geração de emprego nos megaprojetos, o Estado pode usar-se dos mecanismos legais para aumentar a tributação aos megaprojetos, e proceder por meio disso, financiamento direto aos setores produtivos nacionais.

A dinâmica de funcionamento dos megaprojetos em Moçambique vai ao encontro do sistema de acumulação capitalista mundial. Deste modo, Moçambique, a par de outros países periféricos, apresenta-se como um espaço territorial de

reprodução de capital mundial, mas sem oferecer possibilidades reais para acumulação interna, que possa financiar os projetos de desenvolvimento nacional. Segundo Bamberger (2015, p.143) “o capital internacional se tornou uma necessidade intrínseca de funcionamento da economia dependente”. A estratégia de desenvolvimento do país baseada na captação de recursos externos e não na expansão da indústria nacional em setores competitivos, mostrou-se ineficaz para operar transformação estrutural da economia do país.

Gráficos 5.2: Entrada de fluxos de Investimento Externo Direto e PIB em Moçambique – (2000-2010)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2010).

No tocante a contribuição dos megaprojetos na economia nacional nota-se claramente que apesar de aumento do valor líquido de fluxos de IDE, a sua contribuição na economia é menor. De acordo com o Gráfico 5.2 na década de 2000 houve um aumento considerável dos fluxos de IDE, mas sem com isso, significar aumento da contribuição dos megaprojetos. Não obstante, durante a década de 2000 a entrada de IDE no país foi inferior ao do PIB, a partir de 2008 nota-se que a entrada IDE foi superior ao PIB do país.

Desta maneira, para o funcionamento dos megaprojetos houve necessidade do Estado criar as condições básicas, como

investimentos em infraestruturas (construção da linha de eletricidade de alta tensão e ampliação do terminal Portuária de Matola) e adequação da legislação fiscal e aduaneira (Zonas Econômicas Especiais ¹¹) aos interesses das empresas multinacionais. Em termos gerais, houve desvios na priorização dos investimentos públicos para atender aos interesses do capital internacional.

As contribuições tributárias dos megaprojetos nas contas públicas nacionais foram por meio de pagamento do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias. Na Mozal, o Estado arrecadou US\$ 4 milhões/ano em impostos diretos e US\$ 6 milhões/ano em impostos indiretos (ANDERSON, 2002). Uma vez que, os megaprojetos estão isentos ao pagamento de impostos como realçou ANDERSON (2002), constata-se que financiamento público, via de receita tributária oriundo dos megaprojetos para o desenvolvimento, foi inexistente.

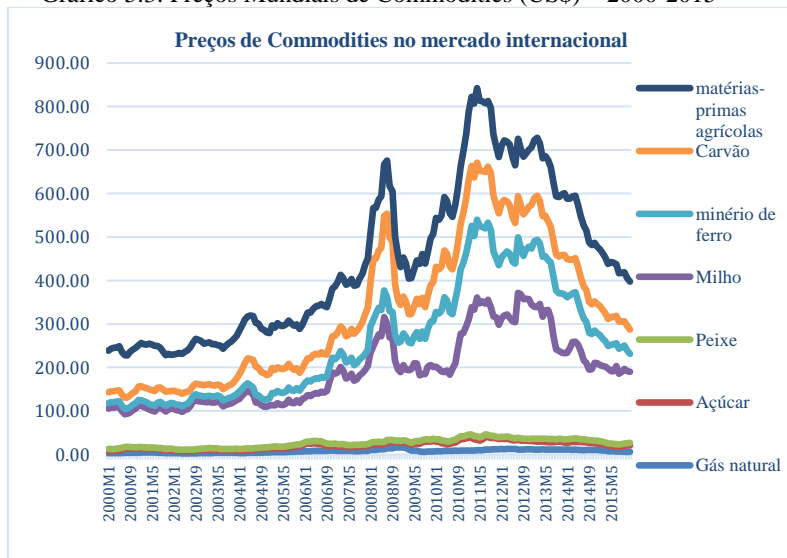
Deste modo, acrescenta-se que os megaprojetos desenvolvidos no país seguem o padrão internacional fundado em concessões fiscais e outros benefícios, cujos lucros, em sua maior parte são repatriados para o país originário do capital. Na escassez de financiamento interno, o Estado busca atrair financiamento externo e/ou proceder à diminuição das despesas públicas nas áreas sociais e de infraestruturas (estradas, saneamento, eletricidade etc.

¹¹ A Zona Econômica Especial de Beluluale foi criada através do Decreto número 45/97, de 23 de Dezembro.

5.2 Dependência Comercial

Segundo os dados do Banco Mundial (2015) as importações do país corresponderam em média a 40% do PIB, no período de 1980 a 2015. Do lado das exportações, a contribuição foi de 12% no PIB. O saldo da balança comercial foi deficitário no período em análise. A composição das exportações mostra que a mesma foi constituída por produtos primários não transformados industrialmente. Tal premissa vai de encontro os argumentos de Marini (2000; p. 117) que “as economias dependentes especializam em fornecer matéria-primas e elementos para as economias desenvolvidas”.

Gráfico 5.3: Preços Mundiais de Commodities (US\$) – 2000-2015



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Fundo Monetário Internacional (2015).

A tendência dos dados apresentados no Gráfico 5.3 revelam que durante a década de 2000 ocorreu aumento dos preços mundiais de commodities, e isso impulsionou de forma positiva as exportações totais do país. Entretanto, nos últimos três anos (2012–2015) verifica-se uma tendência de queda nos preços das matérias-primas, o que afetou negativamente a balança comercial

de Moçambique. Como considerou Marini (2000, p.158), as economias dependentes expandem as suas exportações a preços sempre mais compensadores para os países desenvolvidos. Este processo manifesta-se também pela fixação das empresas multinacionais nos países periféricos que passam a serem responsáveis pelo maior volume das exportações. Segundo Dos Santos (2015, p. 39):

Na década de 1990, quando os juros internacionais caem, **“os países dependentes vêm estimulados e até forçados”** a empreender políticas econômicas de valorização das suas moedas nacionais. Estas políticas os levam a criar importantes défices comerciais, os quais os buscam cobrir com a atração de capital especulativo de curto prazo, pagando-lhes altos juros, internamente.

De acordo com a informação da Tabela 5.3 a evolução das exportações, em primeiro lugar, mostra que a venda do alumínio (MOZAL), contribuiu com média anual de 42% do valor exportado no período de 2000–2015. Em segundo lugar, figuraram as vendas de energia elétrica (Hidroelétrica de Cahora Bassa) que representaram uma média anual de 9% do valor das exportado no período considerado. Em terceiro lugar, encontram-se as vendas de gás natural (SASOL) perfizeram uma média anual de 5,8%. E, quartos lugares estão às exportações de carvão mineral (Vale do Rio Doce) que contribuíram em 5,4% das exportações do país. Analisando a Tabela 5.3 e o Gráfico 5.3, em relação à dinâmica dos preços de matérias-primas no mercado mundial e a evolução das exportações nacionais, constata-se redução no valor das exportações quando houve baixa dos preços de matérias-primas no mercado mundial no mercado mundial. Tal fato é resultado em parte da dependência produtiva que o país apresenta.

Tabela 5.3: Volume de Exportações das Empresas Multinacionais (US\$)
– Moçambique -2000-2015

ANO	Energia Elétrica (HCB)	Lingotes de alumínio (MOZAL)	Gás Natural (SASOL)	Carvão Mineral (Vale do Rio Doce)
2000	66.979,00	60.160,00	-	-
2001	57.345,77	383.100,00	-	-
2002	107.377,62	361.100,00	-	-
2003	113.268,34	567.600,00	-	-
2004	102.251,93	915.011,00	31.273,03	-
2005	141.800,42	1.020.547,00	100.158,08	-
2006	177.820,40	1.401.314,66	109.605,55	-
2007	239.683,94	1.480.217,99	120.652,10	-
2008	221.225,62	1.451.846,14	151.970,82	-
2009	274.386,68	867.748,51	77.530,31	-
2010	276.543,97	1.159.636,91	133.830,44	-
2011	299.452,49	1.357.110,00	153.061,00	-
2012	233.409,77	1.088.643,14	175.058,50	435.233,16
2013	275.542,89	1.063.199,86	305.499,92	526.582,50
2014	341.104,17	1.052.280,00	480.333,57	580.829,67
2015	316.852,35	910.939,97	231.051,64	387.335,07

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IPEX (2015).

Em decorrência da crise econômica e financeira de 2008, houve redução em 18% no volume das exportações de alumínio (MOZAL). Os dados da Tabela 5.3 mostram um declínio das exportações de alumínio, em média anual de 1%, de 2008 a 2015. Mesmo com esse declínio nas vendas de alumínio nos últimos anos, a MOZAL foi a multinacional que mais contribuiu na pauta de exportações do país no período citado. O valor acumulado das vendas de alumínio foi de US\$ 15 bilhões de 2000 a 2015, o equivalente ao PIB total de Moçambique, em 2015.

A HCB vem aumentando a sua contribuição no volume total as exportações do país. Tal fato decorre em parte do mercado ser regional composto pelos países do bloco econômico

da SADC. Os dados apresentados na Tabela 5.3 mostram que a crise econômica de 2008, não impactou nas vendas de energia elétrica da Hidroelétrica de Cahora Bassa. O valor acumulado das vendas de energia elétrica da Hidroelétrica de Cahora Bassa nos últimos 15 anos (2000-2015) foi de US\$ 3.2 bilhões.

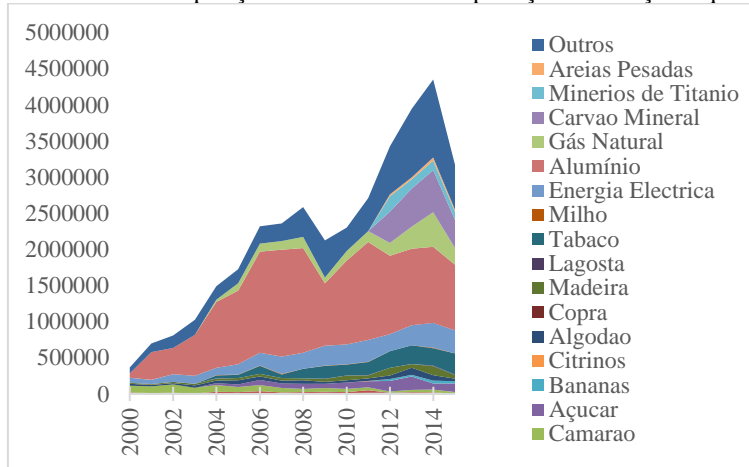
No que tange as vendas de gás natural pela SASOL, nota-se que existe uma tendência de aumento do peso desta multinacional no volume total das exportações. Deste modo, em 2014 as exportações de gás natural registraram um aumento em 23% das exportações, comparativamente ao ano anterior. Entretanto, em 2015 houve declínio das exportações de gás natural em 11%. Por fim, os dados das exportações de carvão mineral pela Vale do Rio Doce mostram que houve redução em 10% no valor das exportações em 2015 (20%) comparativamente ao ano 2014 (30%). Esta redução, em parte explica-se, além dos fatores externos, como a redução dos preços de commodities no mercado internacional, por outros fatores internos, como o conflito político-militar na região central de Moçambique (Manica e Sofala), que afetou a logística de transporte de carvão para o terminal do Porto da Beira.

Quadro 5.5: Principais destinos das principais exportações das Multinacionais - Moçambique – 2014

Produto de Exportação	País Importador	% das exportações	Valores em US\$
Energia elétrica (HCB)	África do Sul	84%	286 milhões
	Zimbábue	16%	54 milhões
Gás natural (SASOL)	África do Sul	98%	470 milhões
	Mauritânia	2%	9 milhões
Carvão Mineral (VALE DO RIO DOCE)	Índia	37%	213 milhões
	Taiwan	12%	72 milhões
	Singapura	11%	64 milhões
	África do Sul	7%	40 milhões
	Brasil	6%	35 milhões
Alumínio (MOZAL)	Países Baixos	99%	1.052 milhões
	África do Sul	0,000038%	40 milhões
	Angola	0,000004%	4 milhões

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IPEX (2014).

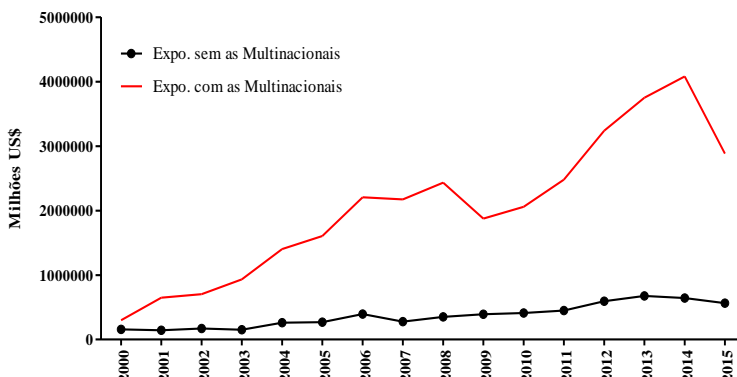
Gráfico 5.4: Composição dos Produtos de Exportações de Moçambique



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados IPEX (2015)

No cômputo geral, no período de 2000–2015, as exportações de matérias-primas (carvão mineral, energia, alumínio e gás natural) representaram 60% das exportações do país. Por outro lado, as vendas de alimentos representaram 16,3% das exportações totais. Em suma, observa-se que a pauta de exportações do país foi composta por matérias-primas e alimentos representaram 76,3% no período de 2000 a 2015. Deste modo, as exportações do país aludem a pouca diversificação produtiva na composição da pauta de comercialização com o exterior. O Gráfico 5.4 mostra que mais de 50% das exportações líquidas foram realizadas pelas empresas multinacionais (MOZAL, SASOL, VALE e a HIDROELÉTRICA DE CAHORA BASSA). A dependência das exportações do país perante as multinacionais teve impacto no saldo da balança comercial.

Gráfico 5.5: Exportações com/sem as empresas multinacionais – Moçambique (2000-2015)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IPEX (2015).

Os dados do Gráfico 5.5 mostram que às exportações do país sem a participação das empresas multinacionais corresponderam a 20% do total das exportações. E, também se observa que não houve variação da contribuição do valor das exportações sem participação das empresas multinacionais, no período de 2000–2015. Em relação às exportações com as multinacionais, denota-se que as empresas multinacionais foram o motor das exportações de Moçambique, durante o período em análise. Contudo, como referenciado, com a redução em 2014 de 10% das vendas de carvão mineral e em 17% no alumínio no exterior, diminuiu a contribuição das empresas multinacionais nas exportações nacionais.

Gráfico 5.2: Principais Produtos de Importação – Moçambique -2013-2014



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do IPEX (2015).

Segundo dados do IPEX (2014) os três principais países exportadores de maquinarias para Moçambique, em 2014, foram: a África do Sul com 41% (US\$ 766 milhões), a China com 13% (US\$ 248 milhões) e Portugal com 10% (US\$ 177 milhões). No período considerado, os países que exportaram o gasóleo para Moçambique foram: o Bahrein, 64% (US\$ 679 milhões), os Emirados Árabes Unidos (EAU), 18% (US\$ 197 milhões) e a Bahamas, 4% (45 milhões).

No correspondente às importações de automóvel, em 2014, de origem deste produto, foram: a África do Sul, com 40% (US\$ 253 milhões), o Japão, com 35% (US\$ 219 milhões) e a China, com 6% (US\$ 35 milhões). As principais empresas multinacionais importadoras no ano 2014 foram a SASOL (10%) no valor total de US\$ 1.006 milhões, a MOZAL (6%), no valor de US\$ 581 milhões, a VALE (1%), US\$145 milhões e os outros importadores (83%), cerca de US\$ 8.338 milhões.

5.3 Dependência Financeira

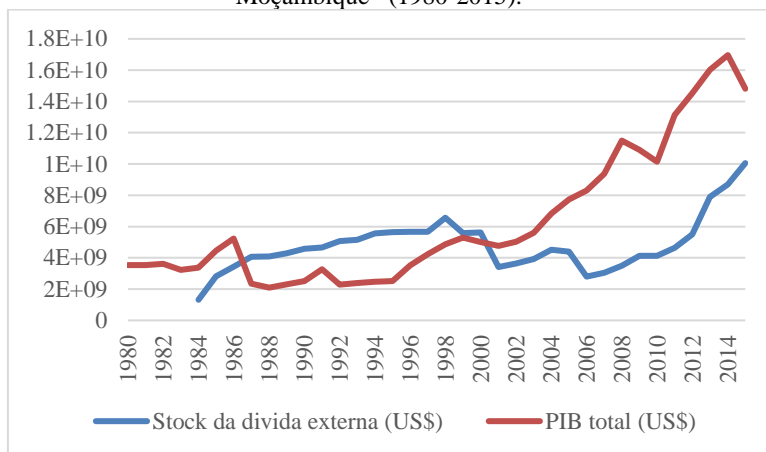
O processo de globalização econômica e financeira iniciado na década de 1980 teve reflexos no desenvolvimento das economias periféricas. A expansão do capital produtivo dos centros de produção capitalista para os países periféricos ocasionou mudanças na estrutura econômica e financeira das economias dependentes.

A análise do fenômeno da dependência financeira do país parte do período de adesão do país às instituições de Breton Woods (FMI e Banco Mundial) até o ano 2015. Deste modo, Moçambique ficou sujeito a implementar programa de ajuste econômico – Programa de Reabilitação Econômico do FMI, em 1987.

Na década de 1980, com a expansão produtiva das empresas multinacionais para a periférica e fechamento relativo dos mercados dos países desenvolvidos, efeitos da crise do petróleo de 1979, muitos países periféricos depararam com desequilíbrios crescentes nas suas contas externas.

Segundo Dos Santos (2015, p.37) os problemas estruturais nos países periféricos “se exacerbam comandado pelo capital financeiro internacional para o pagamento da dívida externa, sob o marco de consenso de Washington”. Neste período, em 1984, a país tinha uma dívida pública externa de acumulada de US\$ 1.5 bilhão. Diante das dificuldades internas e externas, o Estado entrou em moratória em 1983. Por seu turno, Bellucci (2007) considera que o ano de 1982 foi o último ano em que Moçambique pagou o serviço da dívida. Assim sendo, na década de 1980, o país iniciou o processo de liberalização econômica em consonância com as regras dos países centrais.

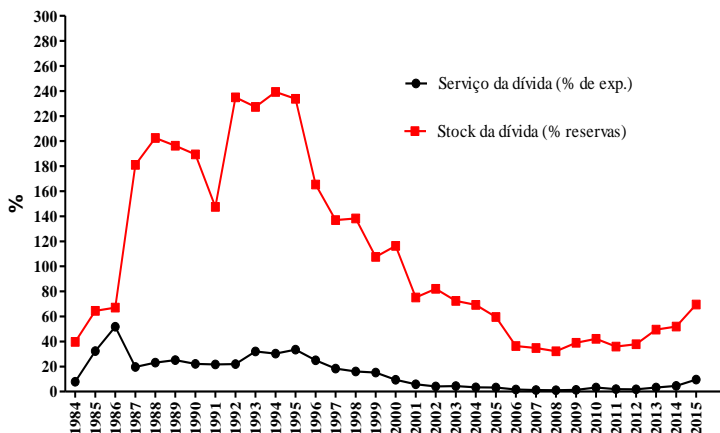
Gráfico 5.6: Evolução do estoque da dívida pública e PIB – Moçambique –(1980-2015).



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2015).

De acordo com tendência do Gráfico 5.6, no período entre 1984 a 2000, a relação da dívida pública externa/PIB alcançou o valor máximo de 177%. Porém, com a entrada de capitais externos, principalmente com início das exportações de alumínio da MOZAL, ocorreu uma redução na relação da dívida externa pública/PIB para 72%. Nesta perspectiva, a entrada de fluxos líquidos de IDE impactou na estrutura da dívida externa do país. Assim sendo, no período de 2000–2015 ocorreu redução de 50% na relação da dívida externa pública/PIB. O valor médio anual do estoque da dívida foi de US\$ 4.9 bilhões e do PIB foi de US\$ 10 bilhões nesse período selecionado. Desta forma, pode-se auferir que a entrada de capital externo no valor médio anual de US\$ 1.9 bilhão. Logo, a entrada de capital forâneo impactou no país teve impacto na redução do estoque da dívida externa, tornando dependente desta fonte de recursos.

Gráfico 5.7: Evolução do estoque da dívida e do serviço da dívida – Moçambique – 1984-2015



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2015).

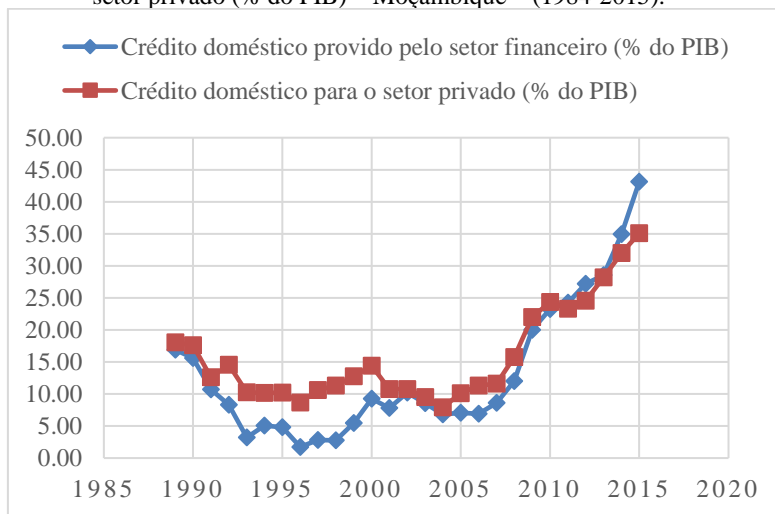
Assim, partindo do pressuposto de que os compromissos de amortizações da dívida externa são pagos em dólares (US\$), a análise do comportamento da relação dívida externa/expoetações de serviços tornou-se um indicador importante para compreensão da estrutura da dívida externa do país. Desta maneira, no período de 1984-2000, observa-se uma tendência de redução do valor do percentual das expoetações destinado ao pagamento do serviço da dívida externa.

Deste modo, os dados do Gráfico 5.7, mostram que houve a redução anual de 21,5% em expoetações de bens e serviços destinadas ao pagamento do serviço da dívida externa, no período de 1984–2015. Deste modo, dado que o país possui uma balança comercial deficitária, tal fato limita a capacidade de gerar divisas internacionais para pagar as amortizações da dívida externa. Nesta perspectiva, a atração de capital nas diferentes formas produtivas e financeiras dos países centrais, surgiu como uma das soluções para melhorar as contas externas do país. Os avanços do processo de globalização financeira pelos países periféricos tornaram os Estados prisioneiros do capital financeiro internacional. Na ótica de Dos Santos (2015, p. 39),

O estado se converte em prisioneiro do capital financeiro, afogado por uma dívida pública em crescimento exponencial, cujo serviço não deixa nenhum espaço para o investimento estatal, e também, cada vez menos para as políticas sociais e mesmo para a manutenção do modesto funcionalismo público da região.

No Gráfico 5.8, constata-se uma tendência crescente a financeirização da economia do país. Os dados mostram que o setor financeiro duplicou o percentual de crédito fornecido para a economia. Em 1989, 16% do crédito doméstico eram providos pelo setor privado financeiro, tendo passado para 43% em 2015. E concernente ao crédito doméstico para o setor privado, os dados da série histórica apresentada no gráfico, mostram que existe uma tendência geral para que crédito doméstico seja alocado para o setor privado.

Gráfico 5.8: Crédito doméstico oferecido pelo setor financeiro e para o setor privado (% do PIB) – Moçambique – (1984-2015).

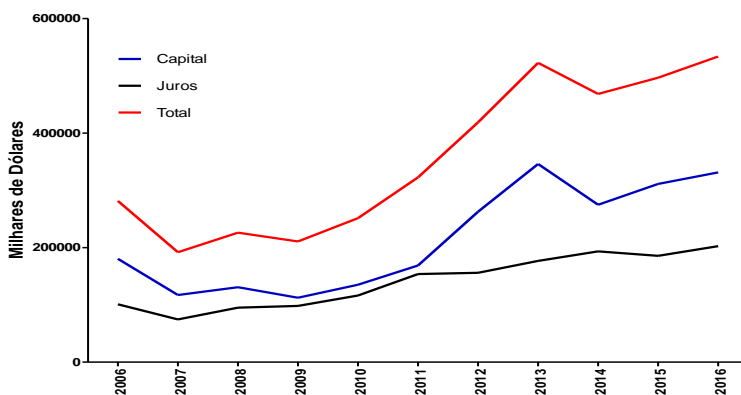


Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Mundial (2015).

A dinâmica de expansão do capitalismo nas economias dependentes tende de modo geral, a internalizar as dívidas dos Estados, por isso, observou-se uma tendência a crescer do valor

percentual da dívida pública interna. Este processo de transformação das economias tem tido impacto tanto na estrutura da dívida pública, bem como nos direcionamentos dos investimentos públicos e privados. Mostrando que a tendência que se regista na economia moçambicana é de constante crescimento da financeirização da economia.

Gráfico 5.9: Pagamento da Dívida Externa aos Organismos Multilaterais – (2006-2016)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Central de Moçambique (2015).

Os dados do Gráfico 5.9 demonstram que os maiores empréstimos do país foram créditos multilaterais contraídas em organismos internacionais. No período entre 2006 e 2016, apontam que o país recebeu US\$ 2.3 bilhões em empréstimos dos organismos multilaterais, tendo pago em dez anos juros de capital no valor de US\$ 1.5 bilhão. Nota-se com isso, que Moçambique, apresenta elevada relação juros da dívida sobre empréstimos externos levando maior parte da poupança gerada internamente ao pagamento do serviço da dívida assumida.

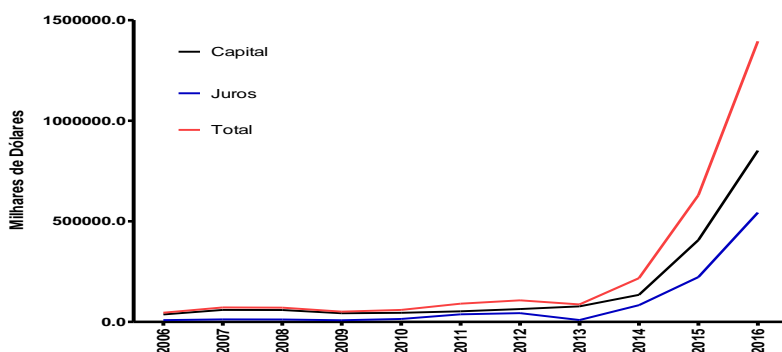
Tabela: Empréstimos de Moçambique (US\$) – OCDE, Organismos multilaterais e outros países – 2006-2016.

Ano	OCDE			Outros Países			Org. Multilaterais		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
2006	36.95	9.023	45.968	30.132	6.609	36.741	180.422	100.991	281.413
2007	59.537	12.558	72.095	3.320	2.327	5.647	117.135	74.669	191.804
2008	58.896	12.033	70.929	7.830	7.976	15.806	130.888	95.22	226.109
2009	42.918	8.394	51.312	7.500	11.704	19.204	112.493	98.147	210.640
2010	45.095	14.515	59.610	5.434	26.950	32.384	135.242	116.238	251.480
2011	52.873	37.663	90.536	7.158	43.668	50.826	168.736	153.881	322.618
2012	63.713	43.702	107.416	44.486	66.166	110.653	262.752	155.954	418.706
2013	77.313	9.519	86.833	106.907	194.383	301.291	345.960	176.639	522.599
2014	134.428	83.017	217.446	92.830	169.335	262.166	274.868	193.486	468.355
2015	407.121	222.978	630.099	155.932	305.393	461.325	311.161	185.562	496.723
2016	851.444	543.234	1.394.678	232.124	433.444	665.568	331.195	202.390	533.585

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Central de Moçambique (2016)

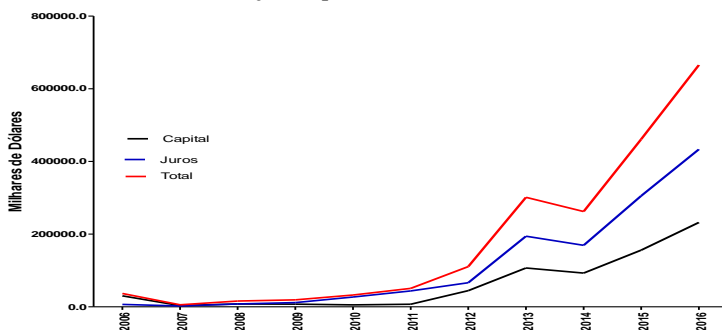
Os dados do Gráfico 5.10 mostram que país contraiu empréstimos na Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) no valor acumulado de US\$ 1.8 bilhões e tendo pago o valor de US\$ 999 milhões com juros da dívida pública. No tocante aos créditos contraídos com outros países, se registrou no mesmo período em análise, um fluxo líquido de US\$ 693 milhões e o valor do pagamento dos juros da dívida foi de US\$ 1.2 bilhões.

Gráfico 5. 10: Pagamento da Dívida Externa – OCDE – Moçambique – (2006-2016)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Central de Moçambique (2016).

Gráfico 5.11: Pagamento da Dívida externa para outros países – Moçambique - (2006-2016).



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Banco Central de Moçambique (2016).

Nos Gráficos 5.9 e 5.10, nota-se que os montantes relativos aos encargos do serviço da dívida (juros, etc.) aplicados aos países subdesenvolvidos foram altos. Tal ocorrência mostra a forma de reprodução do subdesenvolvimento na periferia do capitalismo mundial, com transferência de capitais para os centros hegemônicos detentores de capital financeiro, do conhecimento e da tecnologia. A periferia se posiciona como espaço de reprodução constante do capital, limitando as condições de acumulação interna no país.

5.4 Estado, Burguesia Nacional e Capital Externo

Depois da independência nacional, o objetivo do Governo Moçambicano era criar uma “sociedade igualitária e solidária” baseado no ideário do movimento revolucionário, aonde os operários e camponeses conduziram o caminho de passagem para o socialismo, e a burguesia era vista como uma extensão do sistema colonial de exploração do homem pelo homem.

Durante a década de 1975 a 1985, foi possível manter esta estrutura de sociedade igualitária e solidária, porém, como a economia condiciona as estruturas sociais e políticas internas, houve necessidade de recuo tático na implementação do projeto revolucionário socialista. Durante o período da abertura da economia ao mercado (1984–1994), começou a emergir uma estratificação clara da sociedade e os nacionalistas revolucionários, que propagavam o combate ao imperialismo e as suas formas de exploração surgiram como a “nova burguesia nacional”.

O prenúncio da decadência do projeto socialista foi marcado pela implementação de medidas que desvirtuaram de forma integral a estrutura social que idilicamente havida sido projetado depois da independência. Em Julho e Agosto de 1983, a “Operação Produção” que pressuponha a “transferência forçada” de todos desempregados para as províncias de Niassa e Cabo Delgado impactou nos ideais completos de criação de uma estrutura social única e que se contemplasse no projeto de desenvolvimento. Esta desfiguração do projeto socialista, também representou a instrumentalização das massas para responder as limitações econômicas do país. Desta forma, o elemento social foi sendo estruturando dentro de objetivos políticos, que os

mesmos tinham uma limitação histórica ligada a questão econômica. Este triângulo da dinâmica econômica na qual as sociedades periféricas se encontram encruzilhadas ajuda em muito explicar como foi se construindo regimes autoritários e partidos políticos alienados aos interesses do capital, que se usam as massas como instrumento persuasão ideológica.

Segundo Dos Santos (2015, p. 27), “a dependência, não é só um fenômeno externo, mas ela se manifesta também sob diferentes formas na estrutura interna (social, ideológica e política)”. Assim sendo, abordar neste subcapítulo sobre a dependência política. Essa abordagem foi feita através de uma construção social e política entrelaçando os interesses do Estado, burguesia nacional e do capital internacional. A figura 1 mostra as relações entre o Estado, à burguesia nacional e empresas multinacionais em Moçambique na II República (1985–2015). Durante a I República (1975–1984) prevaleceu o modelo de desenvolvimento econômico centralizado, a participação do setor privado (burguesia nacional) era muito limitada ou mesmo inexistente.

Moçambique é jovem do ponto de vista de sua constituição enquanto Estado. Tornou-se independente de Portugal em 1975 e apenas em 1994 realizou eleições diretas. Seu processo de descolonização foi liderado pela Frente de Libertação de Moçambique (CAU, 2011, p. 25).

Durante a I República as empresas que operavam no país durante tinham capital social majoritariamente estatal. Deste modo, a adesão do país a membro das instituições de Breton Woods foi condicionada à aprovação da Lei de Investimento Nacional e Estrangeiro (18 de Agosto de 1984). Esta lei marca o quadro legal para entrada de IDE em Moçambique. Segundo Bellucci (2007, p.186) a Lei de Investimento Nacional e Estrangeiro propôs incentivos fiscais, a exportação de lucros e cláusulas que salvaguardavam de nacionalizações. Em 1984, ocorreu o abandono do projeto de desenvolvimento nacional, que estava sobescrito no Plano Perspectivo Indicativo. Na ótica de Bampirra (2015, p.126) “a expansão do capitalismo hegemônico expressou-se na periferia pelo abandono realista, por parte das

classes dominantes, dos projetos reformistas de desenvolvimento nacional autónomo”.

Figura 5.4: Esquema de relações entre o Estado, Burguesia Local e Empresas Multinacionais



Fonte: Elaboração própria do autor.

O quadro das relações entre o Estado e a burguesia nacional se apresenta, a partir das privatizações iniciadas no processo de ajustamento estrutural do FMI. Cabe realçar que durante o período de 1975 a 1994, o sistema de governação no país foi o Unipartidarismo. A Frente de Libertação de Moçambique governa o Estado desde a independência nacional, em 1975. Todos estes elementos servem de premissas para explicar a relação existente entre o Estado e a burguesia nacionais. Nestas condições, o Estado confunde-se com a burguesia nacional.

Com a expansão das forças produtivas e penetração de capital externo no país, também ocorreu uma mudança na estrutura da burguesia nacional. Pois, surgiu um novo tipo de comportamento político-estatal, em que prevalece um Estado-empresário (CARDOSO E FALLETO, 1975, p.131). Durante a I República, onde não existia participação efetiva do setor privado, prevalecia um Estado-popular, mas diante das transformações ocorridas no campo social e econômico, que foram impulsionadas pela globalização e pelas políticas neoliberais na década de 1990,

começou a se formar uma burguesia nacional, totalmente ligada ao Estado.

Deste modo, as várias dimensões analíticas, postas em termos social, política, econômica e financeira buscam situar no campo científico, o processo de desenvolvimento estrutural do país no contexto dinâmico do sistema capitalista mundial. A dependência, como um campo analítico, procura apresentar a vitalidade intelectual e uma recolocação dos processos sociais antigos ou mesmo tentando servir de velhas abordagens e noções para caracterizar os novos elementos que emergem na realidade política e econômica dos países periféricos. As mudanças ocorridas nas últimas quatro décadas (1975–2015) no país oferecem elementos indiscutíveis para rever a vitalidade do pensamento dependentista, e também compreender a dinâmica atual do sistema capitalista.

O Estado moçambicano passou por várias experiências de desenvolvimento. Em Agosto de 1979, o Governo aprovou um projeto desenvolvimentista ancorado no Plano Prospetivo Indicativo, e declarou a década de 1980, como a “década de luta contra o subdesenvolvimento”. Porém as limitações financeiras em termos de dependência externa de recursos tornou difícil a estratégia para levar a cabo um desenvolvimento autónomo.

O fracasso do projeto socialista levou o Estado Moçambicano proceder à revisão pontual da Constituição da República, em 1984. Neste ano, foi aprovada a Lei n.º 11/78, de 15 de Agosto) de Investimento Nacional e Estrangeiro, instrumento jurídico de importância vital para as aspirações do capital externo se instalar no país. Esta mudança na política de investimento impactou as estruturas social e política do país. Compreender essas mudanças e impactos através do quadro analítico da teoria da dependência é um exercício que embora limitante, oferece uma vitalidade nova para compreensão da dependência estrutural em Moçambique no século XXI.

O fenómeno da dependência no país usa a instrumentação democrática para legitimar a sua existência e abrigar os interesses do capital externo. A política em Moçambique serve aos interesses do capital em resultado das limitações que o Estado apresentou na década de 1980 para a construção da paz. A paz no país foi um projeto externo, que responde aos interesses dos países centrais. O fracasso do processo de paz de Outubro de

1984 em Pretória, quando o enviado do movimento de guerrilha RENAMO, Evo Fernandes recebeu uma ligação telefônica de Lisboa para deixar a sala de conversações, determinou o prolongamento da guerra civil nos anos subsequentes, de 1984 a 1991 e a destruição total das infraestruturas de desenvolvimento.

No que concerne à dinâmica social resultante da implementação do projeto neoliberal em 1987 em Moçambique constitui um dos fatores-chave para entender como os capitais internacionais veem se articulando na economia nacional, ao longo das últimas duas décadas anos (1995–2015). A interação entre a burguesia e as massas em Moçambique foi sempre sido condicionada por elementos externos.

O Governo teve no movimento da guerrilha, a RENAMO, o maior o responsável por transpor os interesses econômicos do capital internacional no projeto de desenvolvimento nacional. Com o fracasso do processo de paz de Outubro de 1983, houve uma maior intensificação da guerra civil, onde o movimento de guerrilha conquistava mais territórios e apoio internacional da África do Sul. Em 2013, com a descoberta da terceira maior reserva mundial de gás liquefeito do mundo, na bacia do Rovuma, região norte de Moçambique. Houve uma intensificação das atividades de guerrilha do movimento de guerrilha, a RENAMO, que serviu de meio de pressão política do Estado para a aceitar as condições de entrada dos capitais externos nos blocos de exploração do gás e petróleo da bacia do Rovuma.

A crise pós-eleitoral de 2014 serviu de pretexto o movimento de guerrilha, a RENAMO declarar o fim do acordo geral de Paz de Roma de 1992 e declarar uma guerra civil. O capital internacional serve-se das fragilidades institucionais dos Estados periféricos (Estado fraco e ineficiente) para pressionar diplomaticamente e obter concessões fiscais para as empresas multinacionais. Tal quadro está em consonância com os dizeres de Marini (2000, p.119):

Á medida que o mercado internacional alcança formas desenvolvidas, o uso da violência política e militar para a exploração das nações fracas se torna supérfluo e a exploração econômica internacional pode descansar progressivamente na produção de relações económicas que perpetuam e ampliam o atraso das nações dependentes.

Os fatores externos têm tido um papel importante para explicar a dependência nacional, mas também existe uma estrutura política não consolidada e uma democrática em construção. Tais fatores, não permite a construção de um projeto de desenvolvimento próprio. O capital externo aproveita dessas fragilidades internas para se afirmar e explorar os recursos naturais do país. Desta forma, há que se ter uma atitude forte, de edificação de um Estado que responda aos interesses internos para contrapor a ofensiva do capital financeiro internacional.

No âmbito do acordo de Lusaka foi feita a transferência das dívidas e obrigações que o Estado Português contraiu em nome dos interesses do território Moçambicano. Esta preposição ajuda a entender que o Estado moçambicano nasce já atrelado ao sistema econômico capitalista, que não ofereceu alternativas para implementar um projeto de desenvolvimento independente. A dependência financeira que o país mantinha com a África do Sul foi resultado na retenção total ou gradual da transferência dos recursos financeiros dos mineiros moçambicanos que trabalhavam na África do Sul.

5.6 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste capítulo fez-se a análise da dependência em Moçambique, com enfoque na dependência produtiva, comercial, financeira, política e cultural. Este capítulo mostrou que todos os elementos da teoria da dependência manifestam-se no processo de desenvolvimento da economia do país. Na dependência produtiva notou-se que o país, foi receptor de investimento produtivo forâneo. Os dados do Banco Mundial (2015) apontam que Moçambique foi o segundo país da SADC que recebeu maior capital produtivo externo nos últimos 15 anos.

A estrutura do IDE em Moçambique esteve concentrada em setores primários, de exploração da indústria extrativa. Deste modo, o IDE direcionado a indústria extrativa não apresentou uma base de transformação estrutural ao nível da indústria transformadora nacional. Tal elemento sugere que o IDE em Moçambique tende a responder os interesses de outras economias. Na década de 2000, em resultado do aumento dos preços das matérias-primas no mercado mundial, o país

beneficiou em reduziu os níveis percentuais da dívida pública externa no total do PIB e aumentar a disponibilidade de crédito doméstico na economia.

Neste âmbito, a pauta de exportações do país está centrada em produtos com baixo valor tecnológico. As matérias-primas fazem parte dos principais produtos de exportação. No correspondente as importações, as maquinarias e combustíveis gasosos (gasóleo e gasolina) perfazem a pauta de importações. Onde também 18% do total das importações foram para responder a demanda de maquinaria das empresas multinacionais. O contributo das multinacionais no PIB foi menor, menos de 0,36%. Fato que indicou o caráter descapitalizador do capital produtivo internacional. O processo produtivo nacional mostrou que nas últimas décadas ocorreu uma estagnação no correspondente a diversificação da pauta exportadora. Tal fato, fez com que Moçambique ficasse dependente das exportações dos megaprojetos (alumínio, carvão mineral, gás e energia elétrica).

No correspondente a dependência financeira do país, com a entrada de capitais externos tem impactado na dívida pública externa e no pagamento do serviço da dívida. Assim sendo, o uma parte considerável do valor das exportações é aplicado ao pagamento do serviço da dívida, sem com isso as empresas multinacionais aumentarem a sua contribuição no produto nacional. Portanto, a dependência produtiva e comercial tem uma relação direta com o crescente aumento da dependência financeira no país. E, isso remete a premissa de que a entrada de mais capitais externos no país tornou o Estado Moçambicano prisioneiro do capital financeiro mundial.

**VI: CONSIDERAÇÕES FINAIS E REFERÊNCIAS
BIBLIOGRÁFICAS**

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação abordou sobre a teoria da dependência no processo de desenvolvimento de Moçambique. O trabalho teve como base de sustentação quantitativa os indicadores sociais, econômicos e financeiros. Deste modo, foi feita a caracterização da socioeconômica e demográfica da África Subsaariana, África Austral e Moçambique, ao longo das últimas cinco décadas (1960–2015).

A África Subsaariana é a região menos desenvolvida do mundo. No período entre 1960 e 2015, a região apresentou uma taxa média de crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB) de 4%, e com renda média per capita de US\$ 627. O setor primário, a agricultura, contribuiu com uma média anual de 22% na formação do PIB; o setor secundário, a indústria com 31%; e por fim, o setor terciário, os serviços, com 47%. No que tange ao IDE, no período em análise, a média foi em torno de 2% do PIB anual. E, em termos monetários significou um fluxo líquido de IDE, em média, de US\$ 10.8 Bilhões por ano. O fluxo de entrada de IDE correspondeu à média anual de 18 % da Formação Bruta de Capital Fixo.

A entrada tardia da região na divisão internacional do trabalho, também se reflete no comércio internacional. A participação da África Subsaariana no comércio internacional representou 2% do comércio mundial. Assim sendo, observou-se que a participação da África Subsaariana no comércio externo foi através da produção de matérias primas tais como: o combustível, minérios e metais. Os combustíveis contribuíram em termos médios com 56% do volume total das exportações. E, os produtos manufaturados com 19%; a agricultura com 18%; e outros produtos com 8%. No que tange ao saldo da balança comercial da África Subsaariana, as exportações de bens e serviços representaram em 27% do PIB e as importações de bens e serviços, 28% do PIB. E, desta forma, conclui-se que a África Subsaariana apresentou um saldo de balança comercial deficitário em 1% a.a.

No que concerne aos aspectos sócios demográficos, a África Subsaariana apresentou taxas de crescimentos superiores da média mundial. O universo populacional da África Subsaariana foi estimado em um (1) bilhão de habitantes (10% da

população mundial), em 2015. E, a taxa de crescimento médio da população foi de 2,7%, no período de 1960 e 2015. Também, tem-se a considerar que mais de 60% da população viverem abaixo da linha da pobreza; e 22% da população terem menos de US\$ 1.90 por dia; e 37% contarem com menos de US\$ 3.90 por dia para sobreviver.

A expectativa média de vida ao nascer foi de 49 anos (ambos os sexos), no período de 1960-2015. Em 2014, a África Subsaariana tinha uma força de trabalho total de 300 milhões de pessoas economicamente ativa, e uma taxa média anual de desemprego de 8%. A taxa de fecundidade foi uma das mais altas do mundo, sendo de 5,4 filhos por mulheres. A taxa de mortalidade adulta também continua sendo uma das mais elevadas do mundo. A taxa média anual de mortalidade infantil esteve estimada em 175 mortes por cada criança menor de cinco anos, e a mortalidade adulta masculina foi de 353 por cada 1000 homens e a feminina em 402 mortes por cada 1000 mulheres.

A sub-região da África Austral (SADC), onde se localiza Moçambique, o objeto de estudo desta pesquisa, apresentou um PIB total de US\$ 609 bilhões em 2015. A taxa média anual de crescimento do PIB foi de 4%. No tocante a renda média per capita a mesma foi de US\$ 1.470, entre 1960 e 2015. O valor adicionado pela agricultura na formação do PIB do bloco econômico esteve estimado em 20%, na indústria em 30% e nos serviços, em 50%. No que concerne aos fluxos de capital externo, a sub-região da SADC recebeu um total líquido de US\$ 200 bilhões em IDE, o que correspondeu a uma média anual de US\$ 4.4 bilhões, de 1975 a 2015. Este valor líquido total de IDE contribuiu em 4% na formação total do PIB. Este valor correspondeu à média anual de 22% da formação bruta de capital fixo.

A dinâmica das exportações da SADC não se diferenciou da observada na África Subsaariana. A pauta de exportações esteve centrada em produtos primários, com baixo valor agregado no mercado internacional. Desta maneira, cabe realçar que, as exportações de combustíveis contribuíram em 7% do total das exportações, e os minérios e metais com 19%, e por fim, os produtos manufaturados representaram 3% das exportações do bloco econômico.

As exportações da SADC totalizaram US\$ 159 bilhões, em 2015, o que correspondeu a 40% do PIB. No mesmo ano, as importações representavam US\$ 188 bilhões, o equivalente a 50% do PIB. Assim conclui-se que a SADC registrou no período selecionado um saldo da balança comercial deficitário em 10,5% do PIB. A caracterização socioeconômica da África Austral (SADC) permitiu elucidar as condições estruturais nas quais o país encontra-se inserida.

A população total de Moçambique estava estimada em 27.9 milhões de habitantes no ano de 2016, e vem crescendo a uma taxa média de 2.4% ao ano. A expectativa média de vida ao nascer foi de 42 anos (ambos os sexos) no período de 1960-2015. No ano 2015, o PIB total do país foi de US\$ 15 bilhões. Nas últimas décadas (1970–2015) o país registrou uma taxa de crescimento médio de 6% a.a. No que se refere à dinâmica dos setores produtivos, o valor adicionado da Agricultura no PIB foi de 32%, na Indústria foi 21% e nos Serviços correspondeu 47%. A renda média per capita dos habitantes foi de US\$ 321, e a mesma cresceu à taxa média anual de 3,1% no período de 1980–2015.

No que concerne aos principais produtos de exportações do país, os metais e minérios contribuíram em 35% do total das exportações; os combustíveis em 16%; e, os produtos manufaturados em 8%. O valor médio das exportações registrados no período entre 1980-2015 foi de US\$ 1.021 milhões, enquanto que as importações foram de US\$ 2.098 milhões. E, com isso conclui-se que o país teve um déficit no saldo da balança comercial de US\$ 1.076 milhões. Em outras palavras, as exportações de bens e serviços, em média, corresponderam a 17% do PIB e as importações de bens e serviços a 43% do PIB. Neste período, o país teve um saldo de balança comercial deficitário em 25% do PIB.

No que se refere à teoria da dependência, notou-se que as três visões têm um enquadramento analítico e prático dentro da trajetória de desenvolvimento econômico social e político do país. A abertura da economia ao mercado, em 1987, sob tutela do FMI e do Banco Mundial visando promover as reformas estruturais e conjunturais subscritas do Programa de Reabilitação Econômica, levou aprofundamento da dependência produtiva, comercial e financeira no país.

A entrada de poupança externa, na forma de Investimento Direto Externo não diminuiu a dependência financeira do país. Desde 1997, que começou a operar o primeiro megaprojeto da MOZAL, a contribuição das empresas multinacionais não ultrapassou 2% do PIB. Deste modo, notou-se que os megaprojetos comportam-se dentro da dinâmica de acumulação do sistema capitalista mundial, onde as regiões periféricas são espaços de extração do excedente econômico.

No trabalho foram analisados quatro (4) megaprojetos com intuito de buscar compreender as possibilidades de desenvolvimento do país sob a estratégia de captação de IDE. No entanto, notou-se que o IDE além de ter pouca participação na criação da riqueza nacional (acumulação interna), contribui para desvios de formulação de políticas públicas de desenvolvimento nacional. O IDE que fluiu para Moçambique foi direcionado para o setor da indústria extrativa (48%).

No entanto, dada a necessidade de contar com infraestrutura moderna e logística eficiente para a operacionalização e escoamento dos produtos/matérias-primas para os mercados internacionais, o Estado teve que criar as condições necessárias para responder a demanda do capital externo. Dentro de uma contradição de desenvolvimento, o Estado oferece incentivos fiscais aos megaprojetos, o que em última análise, reduz a possibilidade de auferir receitas tributárias para cobrir as despesas de funcionamento e de investimento amplitude complexas.

Não obstante o aumento de fluxos de investimentos diretos externos, os dados mostram que os níveis de pobreza e de desigualdade na distribuição da renda não tiveram uma alteração significativa ao longo das últimas décadas. O fato comprova a visão teórica que apostola o caráter marginalizador do capitalismo dependente.

A dinâmica das exportações Moçambicanas mostrou que as empresas multinacionais selecionadas foram responsáveis por mais de 80% das exportações. Este dado em si, mostra que o país está dependente em termos produtivos do IDE. Ao longo da década de 2000 em que se observou aumento nos preços das commodities, o país beneficiou-se de entrada de divisas através das exportações de matérias primas (alumínio, carvão, gás

natural), o que contribuiu para diminuir a relação da dívida pública/PIB.

A participação acionária do Estado nas empresas multinacionais ainda é muito diminuta. Este fato contribui para que as receitas tributárias do Estado sejam ínfimas. No único megaprojeto em que o Estado tem uma participação majoritária, isto é, na HCB, a mesma foi possível por meio de empréstimos contraídos nos sistemas bancários europeus. E com isso, apesar de ter um controle acionário majoritário, o capital internacional é que extrai o excedente econômico gerado na economia. E por meio disso, se dá não só a dependência produtiva, mas também a dependência financeira.

No cômputo geral, notou-se a formação de um Estado-Empresário onde as elites políticas usam do Estado para associarem-se ao capital internacional. Este tipo de Estado tende a ser repreensivo e autoritário. Deste modo, nos últimos anos com o agudizar da crise político militar em Moçambique que foi resultado da luta pela participação de outras camadas e grupos políticos nos megaprojetos de gás natural no Norte do país. Deste modo, os interesses do capital internacional ditam os mecanismos de atuação das forças políticas internas. Outro lado, da dependência política é exclusão das camadas inferiores da sociedade, o que obriga que as mesmas se associem ao grupo que controla o Estado-Empresário ou são marginalizados dentro do processo de acumulação interna.

No tocante a dependência cultural, notou-se em Moçambique, a par de outras regiões periféricas uma tendência de imitação da identidade e hábitos produzidos nos países centrais. A televisão que constitui um dos mecanismos para a difusão dos hábitos de consumo procura influenciar o perfil da demanda interna. Deste modo, como o país ainda não possui poupança interna e elevada capacidade técnica, procede-se a alteração dos hábitos de consumo, imitando as características do mercado externo, sem com isso tenha-se procedido à alteração substancial nas estruturas produtivas e sociais internas.

Por fim, conclui-se que a penetração de capital externo em Moçambique associa-se as elites nacionalistas que controlam o Estado. Estas elites políticas, que, por conseguinte formam a burguesia nacional é que tem o papel de definir dentro dos

limites, e das possibilidades dadas pelos países centrais o tipo e a forma de desenvolvimento social e econômico do país.

Assim sendo, A hipótese de pesquisa que considera que o capitalismo dependente em Moçambique se funda pela associação entre o Estado-Empresário e o capital internacional. Onde por sua vez as elites políticas procedem ao processo de acumulação de capital através das participações acionárias nos megaprojetos. Também se conclui que este modelo de desenvolvimento tende a perpetuar os níveis de pobreza, desigualdades na distribuição de renda e desequilíbrios constantes na balança de pagamento, ocasionando crise da dívida pública.

Por este meio, não se pode minimizar a importância do IDE no desenvolvimento de Moçambique, mas torna-se necessário estabelecer condições fiscais e financeiras para uma maior participação do Estado nos megaprojetos, e maior arrecadação das receitas públicas para financiar as áreas de desenvolvimento social, industrial e ambiental.

Este processo exige uma reformulação política das elites, no sentido de propor um projeto de desenvolvimento em longo prazo. Este projeto deve passar pela diversificação e estruturação dos vários setores industriais competitivos e pela transformação tecnológica e produtiva que impacte no processo da acumulação interna. Desta maneira, será possível reduzir os níveis de dependência produtiva, comercial e financeira em Moçambique. E através desse engajamento prático e teórico arrojar uma perspectiva de desenvolvimento que melhore os indicadores sociais, econômicos e financeiros nas próximas décadas.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Programa de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Empresarial de Moçambique (SPEED). Impacto das Flutuações das Taxas de Câmbio na Economia de Moçambique. Maputo, Dezembro de 2011.

ABRAHAMSON, Hans. *The Scramble from Africa*. Gothenburg University, PADRIGU. Peace and Development Institute. Gothenburg (Sweden), 1995.

ABRAHAMSON, Hans, NILSON, Anders. *Mozambique: The troubled transition*. Zed Books. London, 1995.

ABRAHAMSON, Hans, NILSON, Anders. *The Washington Consensus and Mozambique*. Gothenburg University, PADRIGU. Peace and Development Institute. Gothenburg (Sweden), 1996.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Resolução número 16/2005: Aprova o Programa Quinquenal do Governo para 2005–2009. I Série. Número 19. Maputo, Maio de 2000.

AREN, Marcelo. *50 Anos de Industrialização (1955-2000): Uma análise evolucionária*. Porto Alegre: 2009. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências Econômicas – Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS).

ARIENT, Wagner Lael; FILOMENO, Felipe Amin. *Economia política do moderno sistema mundial: as contribuições de Wallestein, Braudel e Arrighi*. Ensaio FEE, Porto Alegre, V.28, p. 99-126, Julho de 2007.

ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro, 1997.

BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. 3ª Edição. Florianópolis: Insular, 2015.

Banco Mundial. Mozambique Financial Sector Study. Washington. The World Bank, 1992.

BELLUCCI, Beluce. Economia Contemporânea de Moçambique: Sociedade Linhageira, Colonialismo, Socialismo, Liberalismo. Rio de Janeiro: Educam, 2007.

FMI. Enhanced Structural Adjustment Facility Policy Framework Paper for 1998–2000. Republic of Mozambique. Washington DC, 1998.

BENAKOUCHE, Rabah. Crise e dívida externa: o caso brasileiro. São Paulo- Diniz, 1984.

BOWER, Merle L. Beyond Reform: Adjustment and Political Power in Contemporary Mozambique. In the Journal of Modern Studies. Volume 30. Número 2. 1992.

BRANCO, Luís Castelo. Das Razões políticas da SADCC às razões econômicas da SADC. Edições da Universidade de Lusíadas. Lisboa, 1997.

CHANAIWA, David; KODJO. Edem. Pan-africanismo e libertação In MAZRUI. Ali A. WONDJI. C. (org.) História Geral da África – VIII: África desde 1935, Brasília: UNES-CO, 2010 pp. 897-924.

CARDOSO, Fernando Henrique. As ideais e seu lugar: Ensaio sobre as teorias de desenvolvimento. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

CARDOSO, Fernando Henrique; ENZO, Falletto. Dependência e Desenvolvimento na América Latina: Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro, 3ª Edição. Zahar Editores, 1975.

CARVALHO, Wolney Roberto. As possibilidades do desenvolvimento econômico num país de capitalismo dependente: o caso do Brasil. In Textos de Economia do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Número 2. Volume 14. Florianópolis, 2011.

CONSELHO DE MINISTROS DO GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. Resolução número 5/99: aprova a política da população. I Série. Número 14. Maputo, Abril de 1999.

DA CRUZ, Márcio José Vargas; CURADO, Marcelo. Investimento direto externo e industrialização no Brasil. In Revista de Economia Contemporânea do Instituto de Economia da Universidade Federal de Rio de Janeiro. Volume 12. Número 3. Rio de Janeiro: Setembro-Dezembro de 2008.

DELAMAIDE, Darrell. O choque da dívida: A história completa da crise mundial de crédito. Rio de Janeiro: Editora Recorde, 1984.

DEVÉS-VALDÉS, EDUARDO. El pensamiento latinoamericano en el siglo XX. Tomo II. Desde la CEPAL al neoliberalismo (1950-1990). Editorial Biblos Centro de Investigaciones Diego Barros Arana, Santiago, 2003.

DE MELLO, João Manuel Cardoso. O Capitalismo Tardio: Contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira. 8ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. 17. Ed. Tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.

FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE (FRELIMO). Moçambique: 35 Anos da Independência Nacional: Principais Realizações 1975 – 2010. 1ª Edição. Maputo, Junho de 2010.

FURTADO, Celso. O mito de desenvolvimento econômico. Paz e terra. Rio de Janeiro, 1974.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Economia Política e desenvolvimento. Centro Internacional Celso Furtado. Contraponto. Rio de Janeiro: 2009.

FURTADO, Celso. Raízes do subdesenvolvimento. 2ª Edição. Civilização brasileira. Centro Internacional Celso Furtado. Rio de Janeiro, 2011.

Grupo Moçambicano da Dívida. Dívida Externa e Interna de Moçambique: Evolução, Desafios e Necessidade de uma Estratégia Consistente e Inclusiva. Maputo, Moçambique, Julho de 2006.

GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL; Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil; CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (CGEE). Padrões de Desenvolvimento Econômico (1950–2008): América Latina, Ásia e Rússia. Volume 1 e 2. Brasília: 2012.

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. AGENDA 2025. Visão e Estratégia da Nação. Comité de Conselheiros. Maputo, Novembro de 2003.

HERMELE, Kenneth. Guerra e Estabilização: Uma Análise em Médio Prazo do Programa de Recuperação de Moçambique (PRE). In Revista internacional de Estudos Africanos, Volume 8. Número 9, 1988, p. 247–293.

HERMELE, Kenneth. Nas encruzilhadas: Alianças Políticas e Ajustamento Estrutural: Dois Ensaios sobre Angola Guine Bissau e Moçambique. Uppsala, Akut, 1989.

HABLON, Joseph. Peace without Profit: How the IMF Blocks Rebuilding in Mozambique. Oxford, 1996.

IMF Country Report No. 16/9 Republic Of Mozambique. Washington DC, January 2016.

INTERNATIONAL COLLOQUIUM (Brasília, Distrito Federal). Proceeding [of the III International Colloquium: Growth, redistribution and structural change]. Editado por TEIXEIRA, Joanelio Rodolpho, CARNEIRO, Francisco Galrão. Brasília: Universa, 2001.

SCOTT, James M. *Deciding to Intervene: The Reagan Doctrine and American Foreign Policy*. Durham: Duke University Press, 1996.

KYLE, S. *Mozambique: Structural Adjustment in a Country at War*. In *Adjusting to policies failure in African Economies*. Cornell University Press, 1994.

LEITE, Joana Pereira. *A emergência improvável de empresários nacionais nos países da África subsaariana*. Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG). Centro de Estudos sobre África. Lisboa, 1996.

MARINI, Ruy Mauro. “Dialética da dependência”: Uma antologia sobre a obra de Ruy Marini; Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2012.

MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Biotempo, 2015.

MARTINS, Pedro S.; ESTEVES, Luiz A. *Nacionalidade das Empresas e Fluxo de Emprego: Evidências da Indústria Brasileira de Transformação*. In *Estudos Econômicos do Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FAE-USP)*. Vol. 40. Número 1. São Paulo, 2010.

MEDEIROS, Eduardo. *O desenvolvimento em Moçambique*. In *cadernos de Economia*. Número 60, Ano XV, Setembro de 2002.

MOSCA, João. *S.O. S África*. Instituto Piaget, Colóquio de Economia e Política. 2004.

NELSON, Richard. *As fontes de Crescimento Econômico*. Editora Unicamp. São Paulo: Campinas, 2006.

PAIVA, José Francisco Lynce Zagallo. Economia e Política: Moçambique e as Instituições de Bretton Woods. Veja Universidade – Ciências Sociais e Política. Dissertação de Mestrado, Lisboa, 2000.

PERROUX, François. Ensaio sobre a Filosofia do Novo Desenvolvimento. UNESCO. Lisboa, 1981.

PEREIRA, Wallace Marcelino. Mudança Estrutural e Desindustrialização na Região Sul do Brasil: Um Estudo Comparado. Florianópolis: 2016. Dissertação de Mestrado. Centro Socioeconômico – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

PEREIRA, Laércio Barbosa, CÁRIO, Sílvio António Ferraz, KOEHLER, Márcio. Padrão produtivo e dinâmico Econômico competitivo: estudo sobre setores selecionados em Santa Catarina. Programa de pós-graduação em Economia – Florianópolis [s.n.]. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC.

PIKETTY, Thomas. O capital no século XXI. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PINTO, Maurício Barata de Paula. Comercio, Crescimento e Distribuição: Ensaio sobre Estruturas Assimétricas. São Paulo: 1987. Instituto de Pesquisas Econômicas da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (IPE-USP).

PRADO, Fernando Correa. Textos para Discussão: El debate entre la teoría marxista de la dependencia y el análisis de sistemas-mundos: un posible camino para “impensar el desarrollo en América Latina. Instituto de Estudos Latino Americanos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Número 2. Florianópolis, 2009.

PRADO, Fernando Correa. Texto para Discussão: Uma crítica à Perspectiva da Economia Nacional a partir da Noção de Economia-mundo. Instituto de Estudos Latino Americanos da

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Número 3. Florianópolis, 2009.

PROENÇA, Carlos Sangreman. Políticas econômicas de estabilização e ajustamento estrutural em África. Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), Departamento de Economia, 1991, Documento de Trabalho, 21.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta – PARPA – (2001-2005): Documento de Estratégia e Plano de Ação para a redução da Pobreza e Promoção do Crescimento Econômico. Maputo, Abril de 2001.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Plano Quinquenal do Governo (1994–1999). Maputo, 1995.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Plano Quinquenal do Governo (2000–2004). Maputo, 2000.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Plano de Ação para a Redução da Pobreza Absoluta – PARPA II – (2006-2011). Maputo, Maio de 2006.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Ministério da Indústria e Comércio. Estratégia para a Melhoria do Ambiente de Negócios em Moçambique 2008–2012. Gabinete de Apoio ao Setor Privado. Maputo.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Programa Estratégico para a Redução da Pobreza Urbana (2010-2014). Moçambique: Maputo, Agosto 2010.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Governo de Moçambique. Programa Quinquenal do Governo para 2010-2014. Maputo, Abril de 2010.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Ministério da Planificação e Desenvolvimento. Programa Integrado de Investimentos

(infraestruturas prioritárias para 2014–2017). Aprovado pela 32ª Sessão do Conselho de Ministros. Maputo, Setembro de 2013.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2015-2035). Maputo, Julho de 2014.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. Ministério da Economia e Finanças. Síntese da 16ª sessão plenária do Observatório de Desenvolvimento. Maputo, Maio de 2015.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE; MINISTÉRIO DO TRABALHO, EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL. PROPOSTA DE POLÍTICA DE EMPREGO: “Promovendo mais e melhores empregos em Moçambique”. Maputo. Maio, 2016.

ROSS, Doris C. (Coord.). Fundo Monetário Internacional, Departamento de África. Moçambique em Ascensão. Construir um novo dia. Washington, D.C.: Fundo Monetário Internacional, 2014.

SABBI, Alcides Pedro. O que é FMI? Brasilense. São Paulo, 2004.

SANTOS, Theotônio Dos. Países Emergentes e os novos caminhos da modernidade. Brasília: Cátedra da UNESCO em Economia Global e Desenvolvimento Sustentável, UNESCO, 2008.

SANTOS, Theotônio Dos. Teoria da Dependência: Balanços e Perspectivas. Obras Escolhidas. V.1. Florianópolis: insular. Reedição Ampliada e atual. 2016.

SAVASINI, José A. A.; MALON, Pedro; BAER, Werner (Org.). Economia Internacional. São Paulo: Saraiva 1979, p. 89-107. (Serie ANPEC de leitura de Economia).

SERRA, A. M. Almeida. Moçambique: uma síntese da evolução econômica. Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG). Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento. Lisboa, 1991.

SERRA, A. M. Almeida. Moçambique: da independência a atualidade. Evolução econômica e social, 1970-1990. Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG). Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento. Estudos de Desenvolvimento. Lisboa, 1993.

SERRA, A. M. Almeida. O (s) modelo (s) de desenvolvimento da Ásia Oriental e África Subsaariana. Centro de Estudos sobre África. Brief Paper. Lisboa, 1994.

TAVARES, Maria da Conceição, FIORI, José Luís (Org.) Poder e Dinheiro: Uma economia política da globalização. Vozes. Petrópolis. Rio de Janeiro: 1997.

TRASPADINI, Roberta. A teoria da (Inter) Dependência de Fernando Henrique Cardoso. 2ª Edição. São Paulo: Editoras Outras Expressões.

THE HERITAGE FOUNDATION, MOZAMBIQUE MERITS THE REAGAN DOCTRINE. Washington DC. March 31, '1987, 572.

VERNON, Raymond. Investimento externo e comércio internacional no ciclo de produto. In Universidade de São Paulo: Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FAE-USP). Estudos Econômicos: I Periódico. São Paulo. Volume 40. Número 1, 2010.

VIEIRA, Pedro António, OURIQUES, Helton Ricardo (org.). Textos de Economia: Economia Política dos Sistemas-mundo. Vol. 10. Número 2. Centro Socioeconômico. Curso de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2007.

WUYTS, Marc. Money and planning for socialist transition: The Mozambique experience. Aldershot, Hants, England; Brookfield, Vermont, USA: Grower, 1989.

_____. Da divisão do trabalho social. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ENTREVISTA DO HISTORIADOR MICHEL CAHEN “Á CRÍTICA MARXISTA”. Moçambique: o Marxismo, a Nação e o Estado conduzido pela Ângela Lazagna. Bordeaux (França), Fevereiro de 2006.

ANEXO

Anexo 1: Principais Produtos de Importação e Exportação de Moçambique (2015).

DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	EXPORTAÇÕES (US\$)	EXPORTAÇÕES (%)	IMPORTAÇÕES (US\$)	IMPORTAÇÕES (%)
Alumínio	US\$ 1.074.467.998	33.62 %	US\$ 518.913.901	6.57 %
Petróleo e Combustíveis Minerais	US\$ 971.283.209	30.39 %	US\$ 1.026.976.921	13.01 %
Tabaco	US\$ 292.850.476	9.16 %	US\$ 20.017.994	0.25 %
Minérios	US\$ 147.421.006	4.61 %	US\$ 4.538.455	0.06 %
Açúcar & Confeitaria	US\$ 123.366.131	3.86 %	US\$ 42.140.631	0.53 %
Pedras preciosas e metais	US\$ 99.398.492	3.11 %	US\$ 383.566	0.00 %
Madeira	US\$ 48.385.559	1.51 %	US\$ 49.361.786	0.63 %
Frutas e nozes	US\$ 45.868.548	1.44 %	US\$ 7.242.193	0.09 %
Maquinaria industrial	US\$ 39.564.173	1.24 %	US\$ 952.509.931	12.07 %
Algodão	US\$ 39.058.143	1.22 %	US\$ 12.011.473	0.15 %
Frutos do mar	US\$ 37.333.820	1.17 %	US\$ 80.948.057	1.03 %
Bebidas	US\$ 32.232.263	1.01 %	US\$ 90.445.149	1.15 %
Legumes	US\$ 30.592.547	0.96 %	US\$ 19.546.015	0.25 %
Gorduras e óleos	US\$ 25.177.012	0.79 %	US\$ 100.467.192	1.27 %
Sementes oleaginosas	US\$ 24.201.114	0.76 %	US\$ 11.134.794	0.14 %
Aeronaves	US\$ 18.582.304	0.58 %	US\$ 39.897.591	0.51 %
Instrumentos de Precisão	US\$ 18.268.906	0.57 %	US\$ 94.870.261	1.20 %
Flores e Penas	US\$ 17.952.172	0.56 %	US\$ 817.269	0.01 %
Produtos para moagem	US\$ 11.066.808	0.35 %	US\$ 24.307.424	0.31 %
Alimentos para Animais	US\$ 10.772.447	0.34 %	US\$ 20.987.735	0.27 %
Artigos de	US\$ 9.286.098	0.29 %	US\$	4.22 %

Ferro e Aço			333.084.029	
Minerais naturais e pedra	US\$ 8.603.587	0.27 %	US\$ 112.051.569	1.42 %
Máquinas Elétricas	US\$ 8.469.086	0.26 %	US\$ 609.026.501	7.72 %
Equipamento Ferroviário	US\$ 7.648.686	0.24 %	US\$ 141.095.018	1.79 %
Navios e Barcos	US\$ 7.056.098	0.22 %	US\$ 535.411.252	6.78 %
Fertilizantes	US\$ 6.604.890	0.21 %	US\$ 35.650.299	0.45 %
Veículos automotores e peças	US\$ 5.205.595	0.16 %	US\$ 724.509.159	9.18 %
Ferro e aço	US\$ 3.851.772	0.12 %	US\$ 169.747.190	2.15 %
Produtos Químicos Inorgânicos	US\$ 3.609.501	0.11 %	US\$ 103.554.748	1.31 %
Produtos químicos	US\$ 2.483.764	0.08 %	US\$ 84.756.182	1.07 %
Papel	US\$ 2.359.003	0.07 %	US\$ 89.686.589	1.14 %
Cereais	US\$ 1.963.845	0.06 %	US\$ 323.713.190	4.10 %
Plásticos	US\$ 1.914.019	0.06 %	US\$ 164.387.624	2.08 %
Couro	US\$ 1.771.129	0.06 %	US\$ 391.246	0.00 %
Fibras naturais	US\$ 1.607.166	0.05 %	US\$ 314.176	0.00 %
Ferramentas e Talheres	US\$ 1.491.600	0.05 %	US\$ 30.859.243	0.39 %
Alimentos Preparados	US\$ 1.341.365	0.04 %	US\$ 38.255.009	0.48 %
Cosméticos	US\$ 1.234.750	0.04 %	US\$ 55.220.362	0.70 %
Cobre	US\$ 1.091.523	0.03 %	US \$4.166.939	0.05 %
Frutas e Vegetais Conservados	US\$ 1.076.744	0.03 %	US\$ 32.111.375	0.41 %
Material impresso	US\$ 989.758	0.03 %	US\$ 47.849.781	0.61 %
Vestuário	US\$ 986.588	0.03 %	US\$ 18.285.227	0.23 %
Cereal. Farinha e amido.	US\$ 946.202	0.03 %	US\$ 25.333.343	0.32 %
Mobília	US\$ 874.496	0.03 %	US\$ 104.413.223	1.32 %

Produtos animais	US\$ 819.777	0.03 %	US\$ 252.189	0.00 %
Rubber	US\$ 651.099	0.02 %	US\$ 75.067.566	0.95 %
Café e especiarias	US\$ 602.126	0.02 %	US\$ 8.771.977	0.11 %
Sabonetes e Ceras	US\$ 415.613	0.01 %	US\$ 54.758.658	0.69 %
Explosivos	US\$ 396.446	0.01 %	US\$ 5.068.505	0.06 %
Artigos de Metal Básico	US\$ 369.922	0.01 %	US\$ 23.907.063	0.30 %
Plantas vivas	US\$ 360.282	0.01 %	US\$ 2.830.520	0.04 %
Artigos Têxteis	US\$ 325.912	0.01 %	US\$ 80.396.828	1.02 %
Chumbo	US\$ 283.600	0.01 %	US\$ 426.833	0.01 %
Vestuário: Malha	US\$ 233.880	0.01 %	US\$ 21.197.989	0.27 %
Animais vivos	US\$ 172.702	0.01 %	US\$ 5.149.352	0.07 %
Filamentos sintéticos	US\$ 149.345	0.00 %	US\$ 34.514.127	0.44 %
Vidro e vidro	US\$ 120.781	0.00 %	US\$ 42.950.175	0.54 %
Tintas e Corantes	US\$ 115.023	0.00 %	US\$ 27.402.842	0.35 %
Artigos Diversos	US\$ 82.470	0.00 %	US\$ 9.868.433	0.13 %
Pedra. Tijolo & telha	US\$ 80.015	0.00 %	US\$ 23.002.313	0.29 %
Cacau	US\$ 67.742	0.00 %	US\$ 7.933.121	0.10 %
Zinco	US\$ 64.671	0.00 %	US\$ 2.932.204	0.04 %
Colecionáveis	US\$ 56.757	0.00 %	US\$ 233.258	0.00 %
Têxteis impregnados	US\$ 54.330	0.00 %	US\$ 2.950.093	0.04 %
Calçados	US\$ 48.821	0.00 %	US\$ 29.449.940	0.37 %
Armas e munições	US\$ 38.151	0.00 %	US\$ 799.671	0.01 %
Produtos Químicos Orgânicos	US\$ 35.706	0.00 %	US\$ 14.034.820	0.18 %
Corda e fio	US\$ 33.768	0.00 %	US\$ 12.598.720	0.16 %
Produtos de couro	US\$ 30.619	0.00 %	US\$ 8.530.387	0.11 %
Produtos Cerâmicos	US\$ 27.018	0.00 %	US\$ 59.763.925	0.76 %

Polpa de madeira	US\$ 24.205	0.00 %	US\$ 408.247	0.01 %
Itens nesoi	US\$ 18.393	0.00 %	US\$ 44.251	0.00 %
Outros metais comuns	US\$ 17.867	0.00 %	US\$ 79.468	0.00 %
Carne	US\$ 17.558	0.00 %	US\$ 40.778.743	0.52 %
Lã	US\$ 16.831	0.00 %	US\$ 1.921.453	0.02 %
Colas e Enzimas	US\$ 7.765	0.00 %	US\$ 5.139.209	0.07 %
Lacticínios	US\$ 6.630	0.00 %	US\$ 44.555.032	0.56 %
Relógios	US\$ 5.419	0.00 %	US\$ 833.752	0.01 %
Vime e Trança	US\$ 4.592	0.00 %	US\$ 169.090	0.00 %
Rendas e tapeçarias	US\$ 3.820	0.00 %	US\$ 1.946.325	0.02 %
Brinquedos e Equipamentos Esportivos	US\$ 2.918	0.00 %	US\$ 7.383.959	0.09 %
Gomas e Resinas	US\$ 2.916	0.00 %	US\$ 348.937	0.00 %
Níquel	US\$ 1.894	0.00 %	US\$ 166.658	0.00 %
Engrenagem principal	US\$ 1.610	0.00 %	US\$ 4.079.616	0.05 %
Tapete	US\$ 1.605	0.00 %	US\$ 1.860.949	0.02 %
Materiais fotográficos	US\$ 763	0.00 %	US\$ 1.176.039	0.01 %
Produtos farmacêuticos	US\$ 199	0.00 %	US\$ 315.640.637	4.00 %

Fonte: <https://globaledge.msu.edu> (2015).

